



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Smart Power da Austrália nas Ilhas do Pacífico: 2000-2012

Susana Margarida Gonçalves Reis



Orientador: Professor Doutor Pedro Borges Graça

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Lisboa

2013

“More than four centuries ago, Niccolo Machiavelli advised princes in Italy that it was more important to be feared than to be loved. But in today’s world, it is best to be both.”

Joseph Nye (Nye, 2004, p. 1)

ÍNDICE

ÍNDICE DE ABREVIATURAS	7
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS.....	8
DEDICATÓRIA.....	9
AGRADECIMENTOS	10
RESUMO	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
Porta de entrada e Contextualização do Objeto de Estudo.....	13
Relevância para a Estratégia	16
NOTA METODOLÓGICA	19
CAPÍTULO I.....	22
ESTRATÉGIA E POLISSEMIA DO PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	22
1. PODER, <i>SOFT POWER</i> , <i>HARD POWER</i> E <i>SMART POWER</i>	23
1.1. Poder	23
1.2. <i>Soft Power</i>	24
1.3. <i>Hard Power</i>	27
1.4. <i>Smart Power</i>	28
2. CRÍTICAS.....	30
2.1. <i>Smart Power</i> é Estratégia	32
CAPÍTULO II	35
POSICIONAR A AUSTRÁLIA E O PACÍFICO.....	35
1. <i>TERRA AUSTRALIS</i> : COMO A GEOGRAFIA MOLDOU O <i>MODUS COGITARE</i> AUSTRALIANO.....	36
1.1. Posicionamento estratégico: os Dilemas australianos	41
1.1.1. Entre o “Tio Sam” e o Panda	41
1.1.2. Em isolamento e em expedição	45
1.1.3. Continente ou ilha, ou simplesmente Austrália.....	45
1.1.4. O ornitorrinco cultural.....	46
1.2. Posicionamento estratégico australiano: principais correntes	47
2. AS ILHAS DO PACÍFICO: O CONTINENTE ESQUECIDO.....	48
2.1. Uma questão de nome	48
2.2. Uma região caleidoscópica.....	51

2.2.1.	Prisma Político	51
2.2.2.	Prisma geográfico.....	53
2.2.3.	Prisma económico	53
2.2.4.	Prisma Demográfico-Cutural	55
3.	A AUSTRÁLIA E AS ILHAS DO PACÍFICO ATÉ 2000	57
3.1.	Interesses e Perspetiva australianos	57
3.2.	“Quintal” Negligenciado?	60
CAPÍTULO III		64
SMART POWER AUSTRALIANO NO PACÍFICO		64
1.	ELEMENTOS DE <i>HARD POWER</i> E <i>SOFT POWER</i> AUSTRALIANO	65
1.1.	Poder Duro australiano: assente noutras potências	65
1.2.	Poder Suave australiano: Mais do que Cangurus e a Ópera de Sydney	66
1.3.	Poder Inteligente: <i>not so smart?</i>	69
2.	A AUSTRÁLIA NAS ILHAS DO PACÍFICO: AS INTERVENÇÕES COOPERATIVAS	72
2.1.	2000-2003: uma Austrália assertiva, mas não tanto.....	72
2.1.1.	Nauru e a “Pacific Solution”	74
2.1.2.	Golpe de 2000 nas Ilhas Fiji	75
2.1.3.	Golpe de 2000 nas Ilhas Salomão: o princípio	76
2.2.	2003-2007: o “punho” australiano faz-se sentir	76
2.2.1.	Regional Assistance Mission in the Solomon Islands (RAMSI)	79
2.2.2.	Vanuatu, ingerência e <i>bullying?</i>	82
2.2.3.	Papuásia Nova Guiné: Programa Reforçado ou Forçado de Cooperação?	83
2.2.4.	Críticas às intervenções cooperativas	85
3.	OUTROS INSTRUMENTOS	88
3.1.	Ajuda ao Desenvolvimento/Cooperação	88
3.2.	Instrumentos de <i>Soft Power</i>	90
3.3.	Mecanismos regionais de <i>smart power</i>	93
3.4.	Dinâmicas concorrenciais: o sub-regionalismo como ameaça	95
4.	2007-2012: RIVALIDADES E COOPERAÇÃO.....	96
4.1.	Fiji: um estudo de caso	96
4.2.	Jogos Regionais	100
4.2.1.	França	101
4.2.2.	Nova Zelândia	102
4.2.3.	Japão	103

4.2.4. EUA.....	103
4.2.5. China, cada vez mais no Pacífico, através... das Fiji.....	105
4.3. Mudança de Rumor.....	108
CONCLUSÃO: POSIÇÃO AUSTRALIANA E EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO	110
Aproximação e Afastamento com persistência de políticas <i>ad hoc</i> : da Era Dourada, à Era de Marte e à Era de Vénus.....	111
Excesso de Hard Power.....	112
... que não impediu a penetração da China na região.....	112
...Obrigando a uma Revisão.	112
Questões em Aberto	114
BIBLIOGRAFIA.....	118
OBRAS, ARTIGOS E ENSAIOS	118
DOCUMENTOS OFICIAIS.....	136
TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	138
ARTIGOS DE IMPRENSA /BLOGOSFERA.....	139
OUTROS.....	144
ANEXOS.....	146

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ADF *Australian Defense Forces*

AFP *Australian Federal Police*

ANZUS *Australia New Zealand United States*

ASEAN *Association of South East Asian Nations*

ASPI *Australian Strategic Policy Institute*

AUD *Dólar australiano*

AuSAID *Cooperação Estatal Australiana*

DFAT *Department of Foreign Affairs and Trade*

DoD *Department of Defence*

FIP *Fórum das Ilhas do Pacífico*

MSG *Melanesian Spearhead Group*

OSINT *Open Source Intelligence*

PACER *Pacific Agreement on Closer Economic Relations*

PIDF *Pacific Island Development Forum*

PNG *Papuásia Nova Guiné*

PRC *Programa Reforçado de Cooperação*

USD *Dólar norte-americano*

ZEE *Zona Económica Exclusiva*

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Ilustração 1	37
Ilustração 2	49
Ilustração 3	55
Ilustração 4	59
Ilustração 5	70
Ilustração 6	79
Ilustração 7	93
Ilustração 8	99

Upside down Map

Estados Independentes do Pacífico insular e Australásia

Melanésia, Polinésia e Micronésia

Rotas Comerciais Marítimas no Indo-Pacífico

Joseph Nye dirige-se ao Australian Institute of International Affairs

Soldado australiano aterriza em Honiara, julho de 2003

Primeira-Ministra da Austrália, Julia Gillard, à chegada a Rarotonga

(Ilhas Cook) para a 43ª Cimeira Anual do FIP, agosto de 2012

Comodoro 'Frank' Bainimarama

Tabela 1	52
Entidades do Pacífico	
Tabela 2	89
Ajuda australiana às Ilhas do Pacífico (2000-2010)	
Tabela 3	114
Eras no Relacionamento Austrália-Ilhas do Pacífico	

Fotografias na capa: *Imagens da Regional Assistance Mission in the Solomon Islands*

http://farm9.staticflickr.com/8028/6968909004_069226d1ca.jpg

<http://www.ramsi.org/Media/images/The%20Team%20-%20Landing%20feature-3daf5833-69ed-4f3b-95f8-09d260f4ade9-0-424x285.jpg>

<http://www.abc.net.au/news/image/4154186-3x2-940x627.jpg>

DEDICATÓRIA

À minha família,

Aos meus pais, pela demora de dez anos, pela paciência e pelo apoio

Ao Bairo, por entrecortar os meus longos monólogos com perguntas pertinentes

Ao meu filho, Luís Filipe/Kaebo'o, porque ele saberá melhor que ninguém fazer a ponte entre o Atlântico e o Indo-Pacífico.

*

Ao fotógrafo português Fernando Pereira,

que pereceu no afundamento do Rainbow Warrior, na Nova Zelândia, em 1985, quando cobria as tensões entre a Australásia e a França por força dos testes nucleares na Polinésia Francesa.

A Cristóvão de Mendonça e a Gomes de Sequeira,

os primeiros europeus, portugueses, a aportar no continente-ilha, no século XVI.

A Emanuel Godinho de Erédia,

cartógrafo luso-indonésio que, secretamente, mapeou a Austrália.

AGRADECIMENTOS

A todos os que me apoiaram, incluindo os que não são nomeados, e em particular à minha família, que esteve sempre comigo, nos momentos de entusiasmo e nos momentos de cansaço.

Ao meu orientador, por perceber os meus pontos fortes e os meus pontos fracos, indicando-me caminhos tão sábios quanto pragmáticos.

Aos meus colegas, Luís e Luís, por me terem auxiliado.

Ao ISCSP, por me ter permitido desenvolver sob o ponto de vista humano e académico.

RESUMO

A Austrália é a grande potência do Pacífico insular, independentemente dos seus complexos de isolamento e singularidades identitárias. Trata-se de um truísmo consubstanciado pelo gigantismo territorial, militar e económico da Austrália, tornando-a incontornável na região, a ponto de ter sido denominada de “*Deputy-Sheriff*” do Pacífico (expressão que sintetiza, igualmente, o facto de manter uma relação simbiótica com os EUA). Todavia, o sobredimensionamento comparativo da Austrália face ao Pacífico terá levado, cremos, ao excessivo uso de instrumentos de *hard power* (relacionados com os meios militares e económicos), em particular entre 2003 e 2007, em detrimento de uma utilização balanceada de mecanismos de *soft* (indutores de cooptação e influência sem coação) e de *hard power*, colocando, porventura, em causa os objetivos estratégicos australianos, numa região tida como uma espécie de barreira de proteção do continente-ilha.

Utilizando o conceito de *smart power*, de Joseph Nye, que consiste no uso contextualizado de instrumentos de *soft* e *hard power* consoante os objetivos fixados – definição que consideramos próxima e menos completa do que o conceito de Estratégia delineado na academia portuguesa –, procuramos avaliar de que modo a Austrália tem vindo a manter ou não a sua influência numa região do mundo em que a tirania da distância parece ter sido ultrapassada pela tirania da proximidade face ao novo centro geopolítico mundial: a Ásia-Pacífico.

Palavras-chave: Austrália – Ilhas do Pacífico – *Smart Power* – *Hard Power* – *Soft Power* – Estratégia

ABSTRACT

Australia is the great power of the Pacific Islands, despite her isolation and identity specificities. This affirmation is a truism based on the territorial, military and economical gargantuan dimensions of Australia, inescapable in the region, until the point it was named Deputy-Sherriff (an expression which also synthesizes the symbiosis maintained with the USA). However, we believe that the comparative gigantism of Australia might have led the State to excessively use hard power instruments (connected to military and economic tools), particularly between 2003 and 2007, instead of using soft power (inducing cooption and influence without coercion) and hard power instruments in a balanced way, perhaps putting into question the Australian strategic goals, in a region that works like a protection barrier to the island-continent.

Making use of Joseph Nye's smart power concept, which means the contextualized use of soft and hard power instruments, according to the determined goals – a definition which we think to be close and even less complete than the concept of Strategy made by the Portuguese Academia –, we attempt to evaluate how Australia has been able to maintain or not her influence over a region where the tyranny of distance seems to have been overcome by the tyranny of proximity towards the new geopolitical center of the world: the Asia-Pacific.

Key-Words: Australia – Pacific Islands – Smart Power – Hard Power – Soft Power – Strategy

INTRODUÇÃO

Porta de entrada e Contextualização do Objeto de Estudo

Num período em que, tal como anunciado pela ex-Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, na *Foreign Policy* em novembro de 2011 (Clinton, 2011), os EUA estão a efetivar uma «rotação para a Ásia», espaços geográficos outrora longínquos do eixo atlântico assumem uma relevância estratégica acrescida. O destacamento rotativo de fuzileiros norte-americanos para a cidade setentrional australiana de Darwin parece ser disso uma evidência, sendo sintomático que a medida foi anunciada pelo Presidente norte-americano em visita à Austrália, também em novembro de 2011 (Calmes, 2011). O Pacífico e em particular o complexo Austrália - Nova Zelândia - Pacífico insular (vulgarmente e porventura, erroneamente, denominado de Pacífico sul, como adiante veremos) encontra-se, pois, cada vez mais próximo desse novo “centro” geopolítico internacional, assumindo um crescente protagonismo.

Culturalmente um país anglo-saxónico, mas inserido numa região povoada por asiáticos (na frente Norte) e oceânicos (na frente Leste), a Austrália cedo procurou desenvolver estratégias de abordagens regionais, numa perspetiva quase sempre defensiva, que atestam quer a singularidade do seu *modus cogitare*, quer ainda as oscilações entre um certo isolacionismo e um maior intervencionismo nas regiões que circundam o continente-ilha (Evans, 2005). Neste particular, as Ilhas do Pacífico têm sido consideradas como uma zona natural de influência australiana, onde Camberra, com maior ou menor grau de assertividade, tem vindo a pugnar pela estabilidade da grande região oceânica, visando manter a sua liderança e limitar a influência de rivais (Bopp *et al*, 2007). As Ilhas do Pacífico – conjunto gigantesco, múltiplice, estrategicamente um “continente esquecido” onde, não obstante, existem importantes recursos minerais e haliêuticos e onde se entrecruzam rotas marítimas de importância extrema para a Austrália (Bopp *et al*, 2007; Dasque, 2011) – são consideradas por vários autores como o “círculo interior de defesa” (Bopp *et al*, 2007; Dibb, 2012) e, por outros, uma das frentes do “arco de instabilidade” (também de Dibb) ou “arco de responsabilidade” (Wallis, 2012b), ou simplesmente o “Arco do Pacífico”, conceito que tem estribado não apenas a política externa australiana como, de forma coordenada, a sua política de defesa (2012b). Estes conceitos baseiam-se na avaliação da existência de um conjunto de Estados suscetíveis à criminalidade organizada e à rutura política, económica e securitária que, colocando em risco a segurança regional, colocam em risco a segurança da própria Austrália (MacDougall, 2007; Wallis, 2012b) - conceito que terá vindo a justificar

uma crescente aproximação de Camberra a estes países e, bem assim, várias intervenções militares e policiais de reposição da ordem pública e consequente construção do Estado (Barbara, 2008).

A Austrália é a grande potência do Pacífico, padeça ou não de complexos de isolamento e de singularidades identitárias. Trata-se de um truísmo, de uma obviedade consubstanciada pela dimensão territorial, militar e económica relativa da Austrália – e até mesmo pela dimensão demográfica, por comparação com a escassez populacional do Pacífico – tornando-a incontornável na região. No entanto, será o gigantismo *gulliveriano* da Austrália suficiente para assegurar a manutenção da *quasi*-hegemonia sobre os *liliputianos* do Pacífico insular? Ou estará o continente-ilha a ser incapaz de manter a sua própria Doutrina de Monroe?

Explorando um objeto de estudo já analisado, sob outros prismas, por Schultz (2012), Mrgudovic (2006), Herr & Bergin (2011), Evans (2005), Dobell (2012), Thompson (2010) e outros (Bopp *et al.*, 2007), procuramos utilizar o enquadramento teórico conferido por Joseph Nye e o tríptico *soft power* (poder brando ou a capacidade de cooptar), *hard power* (coação exercida por meios militares e por via económica) e *smart power* (a conjugação astuciosa de ambos) (Nye, 2012a) para compreender o poder exercido pela Austrália sobre o Pacífico insular, incluindo os instrumentos utilizados, a influência do contexto internacional, incidindo o esforço analítico sobre um período de tempo (2000-2012) que medeia entre o dealbar das primeiras intervenções australianas e o fim anunciado (mas não plenamente cumprido em 2012) da missão nas Ilhas Salomão, culminando, cremos, um ciclo de intervencionismos denominados de “cooperativos” (Fry & Kabutaulaka, 2008). Este parece ter sido um período em que, simultaneamente, se registaram alterações substanciais do jogo de forças concorrencial que tradicionalmente se opera no Pacífico insular desde o século XIX. Ainda que Herr e Bergin (2011) refiram que as políticas australianas deveriam ser mais astuciosas do que o *smart power* até aqui empregue – até como forma de dirimir algumas acusações de neocolonialismo que, amiúde, surgem na região (World Socialist Web Site, 2006; Fry & Kabutaulaka, 2008; Herr, 2010; Herr & Bergin, 2011), tal preocupação poderá residir num recrudescimento das rivalidades na área de influência australiana. Para além de algumas fricções com oceânicos *maxime* as Fiji, a rivalidade histórica com a França - fruto do condomínio com o Reino Unido (Aldrich, 1987) - e a cooperação com a Nova Zelândia, a Austrália enfrenta a competição estratégica da “recém-chegada” China (Dobell, 2007; Congressional Research Service, 2008).

Optámos, por princípio e por lógica, extirpar a análise vertente de um enfoque na situação em Timor-Leste – sendo feitas menções ao país quando considerado fundamental –

porquanto: **i)** geograficamente, em *strictu sensu* e de acordo com a esmagadora maioria da bibliografia consultada, Timor-Leste não se incluirá no continente oceânico (Oceânia) nem tampouco no Pacífico insular, embora possua traços culturais próximos da Melanésia, a sub-região do Pacífico mais proeminente em termos político-económicos (Mendes, 2009); Marques Guedes (2005) enquadra Timor-Leste, refira-se, no sudeste asiático, ainda que reconhecendo o peso regional fundamental da Austrália nas mudanças históricas, operadas naquela ex-colónia portuguesa; **ii)** geopoliticamente, apenas os australianos, estribados na sua *raison d'état*, tendem a incluir Timor-Leste nas Ilhas do Pacífico (Herr & Bergin, 2011); **iii)** o objeto deste estudo incide na observação da capacidade de projeção de poder da Austrália, numa região onde se movimenta com relativa liberdade de ação, situação que não acontecerá em Timor-Leste – país, recorde-se, ocupado pela Indonésia entre 1975 e 1999, sendo este o maior Estado arquipelágico e o quarto mais populoso do mundo que, até 2009, foi observado como a principal ameaça estatal externa para Camberra (Commonwealth of Australia, 2009; Frühling, 2012).

Estabelecidos os limites do objeto de estudo, colocamos a questão de base, ou pergunta de partida. Atendendo aos seus interesses estratégicos, de que modo tem a Austrália aplicado o seu *smart power* nas Ilhas do Pacífico de forma a, pelo menos, manter a sua influência?

Percecionar-se-iam, à partida, duas hipóteses não necessariamente conflituantes:

- A.** A Austrália continuará a ser o centro nevrálgico nas Ilhas do Pacífico, não obstante rivalidades com outras potências, situação ancorada na hábil gestão do seu *hard power* e do seu *soft power* (*smart power*), e na constante adaptação às transformações geopolíticas na região – na qual se inclui a rotação norte-americana para a Ásia-Pacífico;
- B.** A Austrália tem vindo a perder alguma capacidade de influência nas Ilhas do Pacífico, não sendo o seu *smart power* suficiente para defender adequadamente os seus interesses estratégicos na região, podendo vir a depender ainda mais do respaldo norte-americano.

Restaria ainda uma terceira hipótese (**C**), à partida a que se apresentaria menos provável, de acordo com a qual a Austrália estaria inequívoca e comparativamente a perder a sua capacidade de influência nas Ilhas do Pacífico, estando o *smart power* a ser insuficiente para defender os interesses estratégicos australianos, perdendo terreno para potências rivais e exigindo maior esforço por parte dos EUA.

Relevância para a Estratégia

Apesar de apartada da realidade geográfica e securitária portuguesa, a Austrália e as Ilhas do Pacífico encontram-se, contudo, demasiado próximas de Portugal na medida em que, em Timor-Leste, ex-colónia portuguesa, a projeção de poder de Camberra aparenta ser uma realidade bem mais contígua do que a “tirania da distância” faria supor. Importará, pois, compreender o *modus cogitare* austral em região *australocêntrica*, onde, ainda assim, atuarão Estados fatigados pelo peso da Austrália, numa região onde se esbatem rivalidades antigas (França) e emergem outras mais recentes (a China). Por outro lado, o estudo da Austrália no Pacífico poderá produzir respostas e uma pletora de questões no âmbito da arquitetura estratégica na Ásia-Pacífico, que se torna o fulcro geopolítico do mundo.

Outrossim, as conclusões da dissertação a que nos propomos poderão induzir, *mutatis mutandis*, um estudo de caso, porventura útil para o Estado português, no sentido de uma atuação holística em determinados teatros externos, contribuindo, ainda que focalizando-se numa realidade muito concreta, para o planeamento de ações estratégicas que envolvam vários níveis de decisão, várias modalidades de ação e vários instrumentos – áreas abordadas em múltiplas disciplinas do Mestrado em Estratégia.

Acresce ainda que, como será posteriormente escarpelizado, *smart power* e Estratégica, do modo como abordado por Silva Ribeiro (2010) são conceptualmente muito próximos, sendo um primeiro o estrangeirismo profusamente disseminado e articulado pelos e nos EUA, mas que encontra, se não na totalidade pelo menos parcelarmente, reflexos congéneres na Academia portuguesa. Para além de Silva Ribeiro (2010), encontramos Graça (1991) e Bessa (2001); o primeiro aprofundando a teorização da Estratégia; o segundo invocando, de modo contemporâneo às primeiras formulações de Nye, os pressupostos subjacentes ao conceito de *soft power*; o terceiro abordando vários instrumentos ao dispor do Estado na sua política externa, o que é magistralmente escarpelizado por Adriano Moreira (2010).

Para além da curiosidade pessoal sobre uma das regiões do globo mais esquecidas pela Academia portuguesa – não obstante o facto de terem sido portugueses os primeiros a aportar em território australiano –, a compreensão do comportamento da Austrália em território “seu”, tendo nós observado o comportamento australiano em território timorense e, em menor grau, em território indonésio, tornou-se num dos principais catalisadores subjacentes ao esforço de investigação e analítico que desejamos espelhado nesta dissertação, seguindo a senda de autores lusos que já se debruçaram sobre objetos de estudo similares, designadamente, *inter alia*, Canas Mendes (1997, 2009), Tomé (2010), Marques Guedes (2005, 2006), Paulo Gorjão (2003) e Barbedo de Magalhães (2007).

Por último, dado o interesse das instituições australianas pelas questões de *soft power* e *hard power* (Dudgeon & Tyler, 2012; Nye, 2012b), a opção pela conceptualização de Nye tornou-se quase *natural*, conquanto não sustente a secundarização da produção autóctone portuguesa – porventura menos disseminada que a norte-americana, também em face da necessidade de adensar os instrumentos de *soft power* português, ou seja, em língua portuguesa.

Da bibliografia consultada, foi-nos possível verificar três grandes visões sobre o objeto de estudo a que nos propomos – embora o trinómio *smart power*/Austrália/Pacífico insular surja marginalmente na produção a que nos foi possível aceder:

- a. A visão de Herr e Bergin (2011) e Evans (2005), uma perspetiva que cremos eminentemente crítica da atuação australiana nas Ilhas do Pacífico (e noutros locais, de acordo com Evans), denotando alguma preocupação em que a delineação de estratégias futuras tenha em consideração evitar que o oposicionismo fijiano venha a repetir-se ou a produzir uma sorte de “efeito dominó” na região. É Evans (2005) quem, aliás, alerta para uma redefinição das missões regionais congregando todos os departamentos de Estado de uma forma holística (*whole-of-government*) que evite o “departamentalismo”, proposta na qual Thompson (2010) vem a aprofundar de modo caracteristicamente australiano, ou seja, pragmático, com indicações concretas muito precisas;
- b. A de Graeme Dobell (2007a; 2008; 2012), de teor igualmente crítico mas defensor de uma abordagem menos constrangida, relativamente ao papel de potência regional que a Austrália deve, na opinião deste autor, assumir na região, tirando igualmente partido, enquanto é possível, das ligações pessoais/emocionais, fruto do colonialismo australiano até 1975 (na Papuásia Nova Guiné).
- c. A da Escola de Guerra Económica, da França (Bopp *et al* 2007), que parece-nos parcialmente subscrita por Mrgudovic (2006) e que atribuiu à Austrália uma ambição de poder na região (e para além dela) – o que não contrastará substancialmente, cremos, com as visões anteriormente plasmadas, sendo apenas mais acutilante nas críticas.

Refira-se que o recurso profuso a fontes de origem australiana e, em menor grau, de origem insular (porque menos disponíveis), teve por base o intuito de observar o comportamento da Austrália numa perspetiva do “interior” do fenómeno, embora ciente da possibilidade de “intoxicação” e risco de colagem acrítica à visão australiana e/ou das Ilhas. No entanto, verificamos que parte das linhas analíticas australianas são críticas da própria ação do Estado Federal – veja-se, a título exemplificativo, Graeme Dobell (2007a; 2008; 2012),

Michael Evans (2005; 2007) ou Alison Broinowski (2012) –, procurando apenas melhorar a formulação e planeamento estratégico, apartando-se de grandes formulações teóricas.

Parece-nos, aliás, bastante claro que a Academia australiana tende a produzir ciência enquanto apoio direto à formulação de políticas do Estado – refletindo, mais uma vez, o lado pragmático do seu modo de pensar –, tendo alguns dos documentos produzidos pelos principais *think tanks* australianos, como o *Lowy Institute*, a *Kokoda Foundation* e o *Australian Strategic Policy Institute* (patrocinado pelo Governo Federal), sido estruturais no apoio à decisão e mesmo na alteração de políticas para o Pacífico. Estes *think tanks* serão, aliás, porventura mais do que os documentos oficiais do Estado Federal, antecâmaras da própria atuação da administração, fornecendo pistas relativas ao futuro e ao intuito subjacente às políticas adotadas, na senda, aliás, do que já é burilado por Marques (2009) e entendido como fundamental por Guedes (2006).

Por forma a concretizar o que nos propusemos, iniciaremos a dissertação com uma abordagem à polissemia do poder nas relações internacionais, conceptualizando e operacionalizando o fundo teórico subjacente ao esforço analítico desenvolvido, o qual se entronca nas definições de poder, de poder duro, de poder suave – no qual nos detemos pela peculiaridade do seu âmago, frequentemente utilizado de forma dúbia em meio académico e fora dele - e de *smart power*, operando então uma incursão de crítica às teses de Joseph Nye e abordando autores portugueses que aprofundaram conceitos semelhantes. Apropriar-nos-emos, aliás, das provas da Estratégia de Silva Ribeiro (2010), para fazer frente à pergunta de partida de modo mais sistemático.

Posteriormente, faremos uma abordagem de contextualização aprofundada da Austrália e das Ilhas do Pacífico e da sua geopolítica. A pormenorização descritiva conferida a alguns aspetos, designadamente aos dilemas australianos e à multiplicidade de características das pequenas ínsulas, dever-se-á à forma como a escalpelização destes aspetos tornará quase intuitiva a compreensão do comportamento australiano em vários períodos. Dado que a dissertação aborda um período temporal iniciado em 2000 e tendo em consideração que o relacionamento da Austrália com o Pacífico insular, pelo menos em moldes semelhantes à atualidade, encontra raízes e nexos de causalidade em eventos anteriores à entrada do novo milénio, abordaremos alguns dos episódios mais marcantes que permitirão, cremos, uma melhor compreensão das “eras” seguintes.

O último e mais extenso e denso capítulo inicia-se com uma análise dos elementos de *hard* e *soft power* australianos, independentemente da sua focalização numa área geográfica em específico. Verificando que a imagem da Austrália é também projetada pelo seu próprio

comportamento na região que se lhe encontra adjacente – é, aliás, o próprio Nye (2012b) quem invoca este raciocínio, se bem que elogiando o comportamento australiano que os ilhéus criticam veementemente (Fry & Kabutaulaka, 2008) –, o mapeamento de elementos de poder suave e poder duro australiano (se bem que, neste caso, ao invés do elenco de meios militares e episódios de aplicação de poder económico, optamos por uma mais concisa alusão à relação simbiótica com os EUA) poderá contribuir para a compreensão da Austrália como ator no Pacífico insular e como ator a nível global.

Decompomos, posteriormente, o período de enfoque em vários subperíodos, marcados por alterações na política de Camberra face à região e ao mundo, estribadas essencialmente em elementos de poder duro, sem esquecer uma escalpelização de elementos de poder suave e mistos, numa análise menos focada no diacronismo, dado que alguns elementos, como é o caso da língua inglesa, parecem menos permeáveis à oscilação das políticas produzidas em Camberra. É conferido grande protagonismo ao período dos intervencionismos australianos – que tornaram particularmente evidente o facto de a Austrália perfilar-se como sorte de “polícia regional” – que levariam à agudização do ressentimento dos ilhéus e, concomitantemente, a alterações “tectónicas” no xadrez estratégico da região.

Concluimos com a catalogação dos subperíodos identificados, procurando responder à pergunta de partida e pretendendo delinear assunções de carácter prospetivo. Rematamos, lançando questões para debate futuro, dado que nesta dissertação não soubemos responder e que apenas conseguimos vislumbrar.

NOTA METODOLÓGICA

Para concretizar o objetivo a que nos propusemos, e não obstante os naturais constrangimentos impostos pela “tirania da distância” – que procuramos colmatar com a vividez de algumas experiências obtidas em países do sudeste asiático, limítrofes à Austrália -, optamos por selecionar um método de investigação qualitativa – até porque o poder de um Estado, podendo ser aferido, é de difícil mensurabilidade, como atestam o próprio Nye (2012a) e Adriano Moreira (2010), sobretudo no que se refere o *soft power*. Tomamos como oportunidade certo contacto prévio com o objeto de estudo, dependendo um pouco a escolha das fontes, dessa experiência passada. Recorremos, pois, à indução e a procedimentos interpretativos, de carácter não experimental e assentes numa base descritiva (Sousa & Baptista, 2011).

Utilizamos ainda, fazendo uso do segmento curricular do Mestrado, metodologia assente na recolha e tratamento de dados provenientes de fontes abertas, ou *Open Source Intelligence*

(OSINT) que, não sendo exclusivo dos serviços de informações ou de agências de *competitive intelligence*, se pauta pelo critério da eficiência, já que permite contornar a onerosidade e a perigosidade de obtenção de dados de forma dissimulada (Graça, 2004) com um menor grau de dispêndio e de risco (Best Jr & Cumming, 2007). Não estando em causa o comprometimento da nossa segurança física na recolha de dados e sendo efetivamente onerosa a observação *in loco* de alguns fenómenos – o que procurámos colmatar inclusivamente através do visionamento de filmes e documentários que, não interessando particularmente para a investigação em apreço contribuíram para a vividez da mesma –, optamos por nos concentrar em autores que nos pudessem fornecer uma perspetiva tão próxima quanto possível dos fenómenos a perscrutar. Em alguns casos específicos, foi necessário alcançar algumas publicações físicas através de mercados virtuais de obras usadas. Foi nesse âmbito adquirido a obra de Michael Evans, *The Tyranny of Dissonance: Australia's Strategic Culture and Way of War, 1902-2005* (2005), disponível eletrónica e gratuitamente no passado recente, deixando de estar no presente – o que suscitou ainda acrescida curiosidade sobre uma obra profusamente citada noutros trabalhos –, encontrando-se esgotada há já algum tempo em livrarias físicas e virtuais.

Ademais, procuramos sistematizar o trabalho de seleção, confirmação e burilamento dos dados obtidos, tendo por base o seguinte conjunto de elementos (Graça, 2004):

- uma teoria tão fiável quanto possível, realista, da Ciência Política e das Relações Internacionais, que nos permite adquirir conhecimento de forma segura e consequente capacidade prospetiva;
- uma observação constante dos *núcleos de poder*, pois nada acontece sem as *personas*¹ (...);
- uma observação igualmente constante de fatores-chave que condicionam a evolução da conjuntura (...). (p. 435)

Com efeito, a escolha das teorias de Nye, tal como anteriormente referido, prendeu-se com o facto de estas estarem a ser atualmente integradas na formulação da política externa norte-americana e australiana, sendo evidência disso mesmo o estabelecimento de um centro de *Smart Power* em Sydney (Broinowski, 2012), pelo que a sua utilização, mais do que obedecer a um princípio de tentativa respeito pelas regras de produção de trabalhos científicos, responde igualmente ao esforço de compreensão do enquadramento mental antípoda, de acordo com o enquadramento teórico ali utilizado. A escolha da mesma teoria

¹ Itálicos no original.

que parece atualmente estar a ser utilizada por indivíduos próximos dos núdulos de decisão do Estado Federal australiano terá, igualmente, contribuído para que a conclusão desta dissertação possa vislumbrar, ainda que timidamente, eventuais passos futuros. Observando os núcleos de poder – sendo notório, a título exemplificativo, a importância das personalidades no poder para o estabelecimento das políticas australianas para o Pacífico insular, padrão que Schultz (2012) nos parece descrever com argúcia e que a própria formulação de Doutrina Howard é exemplo cabal –, demandámos os fatores-chave que contribuíram para alterar políticas (como é o caso do ocorrido em 2003, com o inusitado intervencionismo australiano no Pacífico, que não seria apenas espoletado por circunstancialismos gerados pelo 11 de setembro de 2001, mas por questões domésticas) e para sustentar, ou não, um determinado padrão de comportamento.

Para além da revisão de bibliografia e da constante problematização das questões com que nos deparamos com o contínua leitura e desbravamento do objeto de estudo – e que inicialmente nos apontavam para uma hipótese, posteriormente não verificada, de reforço da influência australiana no Pacífico insular – procurámos manter, ainda para além do horizonte temporal estabelecido, monitorizar sítios eletrónicos de notícias, como a *Radio Australia* ou o *Pacific Institute* – via *Facebook* –, que nos dá conta de pormenores, eventualmente perdidos sob volume gigantesco de informações veiculadas na *internet*. Dada a curiosidade sobre o tema, algumas das notícias foram recolhidas há já vários anos, tornando-se, agora, úteis.

Ainda que alguns autores portugueses tenham abordado a questão da influência australiana no Pacífico insular – parecendo-nos questão de obrigatório enfoque para quem estuda Timor-Leste e para quem, de forma eventualmente “epidérmica”, se debruça sobre as grandes questões estratégicas do sudeste asiático, em especial a política externa indonésia, a ASEAN ou a *pax americana* vs *pax sinica* na Ásia-Pacífico –, o principal obstáculo residiu na dificuldade de acesso “direto” a opiniões sobre o objeto de estudo, que procuramos colmatar com as ferramentas que se nos afiguravam disponíveis. Tal não nos tolheu o ânimo nem a curiosidade e muito menos a perspetiva de poder vir a observar o desenvolvimento de alguns padrões aqui identificados, podendo, porventura mais tarde, vir esta dissertação a ser por nós criticada, alterada e aprofundada, contornando os aspetos tirânicos da distância física.

CAPÍTULO I

ESTRATÉGIA E POLISSEMIA DO PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. PODER, *SOFT POWER*, *HARD POWER* E *SMART POWER*

A Austrália é a grande potência do Pacífico, padeça ou não de complexos de isolamento e de singularidades identitárias. Trata-se de um truísmo, de uma obviedade consubstanciada pela dimensão territorial, militar e económica relativa da Austrália – e até mesmo pela dimensão demográfica, por comparação com a escassez populacional do Pacífico – tornando-a incontornável na região, esteja ou não nela particularmente interessada. Este sobredimensionamento comparativo explicará, cremos, as fases cíclicas de relacionamento menos próximas e atentas de Camberra, face ao seu “quintal”, por se tornar, nesses períodos, por si só evidente e necessária a dimensão relativa de uma potência *quasi*-hegemónica. Por outras palavras, o gigante australiano parece negligenciar o Pacífico quando dele não necessita, ocorrendo com grande rapidez quando se encontra ameaçado. A posição de John Howard, tida como arrogante e até neocolonial por alguns parceiros do Pacífico (Ratuva, 2008; Zajec, 2010), respingará uma certa atitude de sobrançeria que tem sido sobreposicionada por períodos de maior proximidade e mesmo intervencionismo, os quais, sendo entendidos pelo prisma do circunstancialismo, não o são pelo prisma da perenidade dos interesses australianos, quase sempre enformados pela noção de cerco.

Os conceitos de *soft power* ou poder suave/brando, *hard power* ou poder duro e, por fim, de *smart power*, ou poder inteligente, contemporaneamente debatidos na arena política e dos *fora* académicos, vêm cada vez mais a ser utilizados por estrategistas australianos, tanto em relação ao posicionamento de Camberra face à Ásia, como face ao seu “quintal”, tornando, pois, a sua operacionalização particularmente útil na compreensão do poder australiano na região.

1.1. Poder

Nas suas múltiplas obras sobre o assunto, Nye começa precisamente pela operacionalização do conceito de poder, alertando tratar-se de um conceito contestado (Nye, 2012a), descrevendo-o como “the ability to do things and control others, to get others to do what they otherwise would not” (Nye, 1990, p.154) ou, numa formulação próxima, “the ability to influence the behaviour of others to get the outcomes one wants” (Nye, 2004, p.2).

O académico de Harvard, antigo Presidente do *National Intelligence Council* e teórico das relações internacionais, refere ainda que o poder depende do contexto e não apenas das fontes de poder (Nye, 2012). Indicadores clássicos como a população, o território, os recursos naturais, a robustez económica, a dimensão e capacidade militar e a estabilidade política estão frequentemente associados ao conceito de poder – tradicionalmente o poder

de um Estado está, em grande parte, relacionado com a sua capacidade de empreendimento de uma guerra (Nye, 1990) –, fatores que conferem alguma previsibilidade ao processo decisório dos responsáveis políticos, mas que não abrangem o carácter pouco fungível do poder (Nye 2004 e 2012a).

Na visão de Silva Ribeiro (2012), o poder, em tese, traduz a “capacidade (aptidão) para influenciar as ações dos outros de maneira previsível alcançando, assim, um efeito pré-determinado” (p. 29), definição que, complementarmente à de Nye, verte uma ideia de avaliação após resultados. Possuir os instrumentos de poder sem a habilidade (a capacidade/aptidão) de os converter em ações concretas de nada servirá. No caso concreto da Austrália, ser, pois, em termos dimensionais, o maior Estado do continente Oceânia e, incluindo-se ou não, no Pacífico insular, não se traduz necessariamente na capacidade de influenciar as ações dos Estados do Pacífico.

1.2. **Soft Power**

Nye tornou-se mundialmente famoso por conceptualizações mais detalhadas de poder, dimanadas da sua perspetiva neoliberal e assente na proliferação de atores não-estatais. Apela à distinção entre *hard power* e *soft power*, debatendo-se profusamente na descrição do segundo. No dealbar do pós- Guerra-fria cunhou o conceito, *Soft Power*, ou a “segunda face do poder”, que ele próprio reconhece não ser inovador, apenas reformulador no que concerne o enfoque que lhe é conferido, sobretudo num contexto de crescente omnipresença das tecnologias de informações (1990; 2012a e 2012b).

Com efeito, verificamos que, apesar da sonoridade do invólucro semântico, o conceito não é novo. O próprio Nye identifica na criação da *Alliance Française*, no século XIX, e, bem assim, na propaganda nazi, esforços iniciais de angariação de *soft power* (Nye, 2004). Tal como afirma Bessa (2001) “O *soft power* é a influência cultural” (p. 100). A projeção de poder cultural normalmente associada a grandes potências, incluindo a disseminação de uma língua, a arte, a moda, a tecnologia, as realizações históricas, as bolsas de estudo concedidas a estrangeiros, poderão, a par da criação de uma imagem, ser incorporados na definição de *soft power*. Também Ribeiro (2010), na sua conceptualização do processo estratégico, alerta para a existência de uma dimensão de coação psicossocial.

Graça (1991) explorou já esta questão, reconhecendo a existência de Estratégias Culturais Nacionais e a importância da informação cultural de um Estado, admitindo que, até aquela data, não só seria particularmente difícil encontrar definições de tais Estratégias, como informações especificamente sobre a questão em textos académicos sobre Estratégia. Num diapasão próximo de Nye – que alerta para o facto de os instrumentos de *soft power* não

serem do controlo exclusivo do Estado (Nye, 2004) –, Graça reconhece, quase contemporaneamente com o primeiro, que “[a] imagem cultural nacional não pode ser controlada pelo Estado Nação” (1991, p. 123), que “é muito difícil determinar até que ponto é que o Estado intervém na acção, por via directa ou indirecta” (1991, p.102), sublinhando que “(...) também há produtos culturais privados, sem ligações de nenhuma espécie, que transmitem uma eficaz propaganda cultural, devendo-se isso simplesmente à afirmação da identidade cultural ou consciência nacional do agente cultural” (1991, p. 112). Tal como Nye, Borges Graça reconhece igualmente o peso da informação, afirmando que “[a]s estratégias culturais nacionais têm cada vez mais razão de ser num mundo que se encontra cada vez mais unido em termos de comunicação, por meio do fenómeno da simultaneidade da informação (1991, p. 102).

No entanto, Nye introduz algumas características de um conceito que será, cremos, a descrição de mais um instrumento de poder, como veremos adiante. Para Nye, o *soft power* “rests on the ability to shape the preferences of others” (Nye, 2004: 5), ao invés de os forçar, característica, aliás, intrínseca ao *hard power*. Nye distingue ainda *soft power* da “simples” capacidade de influência – termo frequentemente aplicado no âmbito da definição lata de poder, sendo mais do que a persuasão, tratando-se da capacidade de atrair (2004: 6). Numa operacionalização completa (Nye, 2012a):

(...) o poder suave é a capacidade de afetar os outros através dos meios de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e atração positiva com o intuito de obter os resultados desejados. (p. 39)

Defende Nye que o *soft power* vai para além da diplomacia cultural, já que as fontes do poder brando se encontram na cultura, mas também nos valores políticos e nas políticas externas dos Estados, devendo por isso evitar-se uma discrepância entre os princípios propalados e a *praxis* (Nye, 2004). Recorda que a União Soviética foi particularmente prolífera na disseminação de uma certa “alta cultura”, quase icónica, embora tal não pareça ter sido suficiente para fazer face à cultura popular dos EUA e à força dos programas radiofónicos e televisivos que destruíram a propaganda soviética, a qual assentava na ideia de decadência do ocidente (Nye, 2012a). Nye vai mais além e refere que “narrow values and parochial cultures are less likely to produce soft power” (2004, p.11).

Adverte que *soft power* não poderá ser visto como propaganda, colando o conceito a uma certa publicidade, determinada a projetar a imagem de um “produto” sem qualidade inerente. Aconselha, outrossim, que se evite confundir propaganda e *soft power*, dado que o público-

alvo, tendo consciência de que está perante uma ação de propaganda, tende a descredibilizar o conteúdo (Nye, 2004 e 2012a e 2012b). Nye confere, com efeito, especial ênfase às questões da credibilidade e da legitimidade do poder, bem como à reputação, também ela uma importante fonte de *soft power* (2012a, p.126). Alerta, aliás, para a conclusão de que o *soft power* torna-se mais visível quando não funciona, como aconteceu em 2003, aos EUA, no âmbito da intervenção no Iraque (2012a, p. 119), pelo que conclui ser positivo o estabelecimento de uma narrativa que seja percecionada como credível e legítima – ao contrário do discurso relativo à existência de armas de destruição maciça – que marque a agenda internacional e justifique uma determinada ação, sob a ótica do bem-comum e não do interesse de um Estado (mesmo que o primeiro discurso o camufle) (Nye, 2004).

O *soft power* possui ainda várias outras características, como o seu carácter difuso – adequado a um ambiente internacional de crescente complexidade, como conceptualiza Adriano Moreira (2010) –, indireto, de longo prazo, estrutural e não comensurável – apesar dos esforços no sentido da sua quantificação² – e, por isso, menos palatável aos espíritos mais apressados que pretendam resultados imediatos e que facilmente caiam na “falácia do concreto” (Nye, 2012a, p. 104). Pode, no entanto, produzir resultados assinaláveis: a política de *perestroika* e *glasnost*, na União Soviética, foi gizada sob influência de Alexander Yakovlev, que apreendeu o seu substrato, algumas décadas antes, nos EUA, num programa de intercâmbio estudantil (2012a, p. 118-119).

Soft Power não se restringe, outrossim, à mera contagem de Prémios Nobel, medalhas olímpicas, institutos de língua e restaurantes MacDonald's, nem tampouco parece unicamente associado aos EUA ou sequer apenas a Estados – Nye, refere, aliás, que Osama Bin Laden também possui instrumentos de *soft power* (2012a, p. 08). Pelo volume de custos associados aos instrumentos bélicos, tanto por grandes potências como pequenos Estados, e atendendo à emergência de atores não-estatais e, consequentemente, de conflitos assimétricos, o *soft power* e os seus instrumentos parecem de utilidade extrema para Estados e para atores não estatais. Estados sem capacidade de coação bélica, como o Vaticano e a Noruega, conseguem produzir *soft power* (Nye, 2012b), projetando-se internacionalmente. Por outro lado, o Japão e o Brasil possuem vários ícones culturais passíveis de produzir *soft power* (2012b).

A China, que terá copiado integralmente a teorização de Nye (Lo, 2013), vem crescentemente conferindo importância ao seu *soft power*, como atestará a proliferação de Institutos Confúcio (Kluver, 2013), pese embora não ter ainda aperfeiçoado alguns instrumentos de poder brando. As narrativas de ascensão pacífica e de tentativa

² Vide Monocle, 2012.

desmitificação de uma eventual ameaça global, que poderá daí advir, entram em marcado contraste com dois azimutes que Nye considera fundamentais: a sincronia entre narrativa e ação e a atratividade de alguns elementos próprios. Verifica-se, aliás, uma acentuada discrepância entre o discurso de Pequim, muito ancorado, ainda, no consumo doméstico e nacionalista (Hayden, 2012), e a assertividade sínica no emprego de *hard power* no mar do sul da China, que vem minando o seu *soft power* (Feffer, 2013). Por outro lado, o “*Chinese Way of Life*” parece não se ter tornado especialmente sedutor a nível internacional (Breslin, 2011; Goldkorn, 2013) – e daí a necessidade de estribar o *soft power* de um Estado em valores tão universais, genuínos e legitimadores quanto possível.

Acrescente-se, ainda, que a China tem revisitado Sun Tzu, procurando no estrategista clássico supostas formulações de *soft power*, que observadores atentos pretendem de imediato desconstruir³. Mas parece também apostar em Nye, como se observará nas suas políticas para o desporto (Lo, 2013), na sua aproximação aos vizinhos asiáticos (Feffer, 2013; Lee, 2013), na reconstrução do passado para projeção de uma imagem de benignidade (Breslin, 2011) e, essencialmente, no relacionamento com os EUA (Congressional Research Service, 2008; Cohen, Greenberg, & McGiffert, 2009).

A tentativa “estatização” do *soft power* pela China é, com efeito, sintomática da dificuldade de incorporação de poder suave na estratégia governamental. Como adverte Nye (2012a), o êxito depende também do alvo – sendo de frisar, aqui, a importância conferida por este autor à proximidade cultural, para que se produza *soft power* efetivo. Ademais, o horizonte temporal para o alcance de resultados é sempre dilatado. Por último, os instrumentos de *soft power* não se encontram – nem devem encontrar, frisa Nye⁴ – sob exclusivo controlo Estatal, na medida em que os valores e a cultura integram as sociedades civis (2012a). Em síntese, “o poder suave é mais difícil de usar, fácil de perder e oneroso de restabelecer” (2012, p. 105).

1.3. *Hard Power*

Nye frisa que o *soft power* não é, por vezes, suficiente para alcançar os resultados desejados (2002a). Espirituosamente, Nye alerta para o facto de o mero visionamento de filmes de Hollywood, ou o consumo de produtos icónicos norte-americanos, não parecer ser suficiente para alterar a perceção e as ações de terroristas de matriz islâmica (Nye, 2004 e 2012a). Joseph Nye é, aliás, particularmente prolífico na operacionalização do conceito de

³ Vide The Economist, 2011b.

⁴ Hayden (2012) subscreve a visão de Nye quanto à necessária ausência de controlo absoluto sobre o Estado, linhas de pensamento que parecem, em parte, refletir a onnipresença e a importância da “internet 2.0”, onde o indivíduo já não é um simples consumidor de conteúdos, mas fonte de geração dos mesmos. Ainda num período contemporâneo da denominada “Primavera Árabe”, vide esta abordagem em Oliveira (2012).

hard power. O poder duro não se circunscreve, ao contrário de algumas leituras superficiais, ao poder militar. Nye refere-se ao uso da força, aos pagamentos e à definição de objetivos com base neles para descrever *hard power*, incluindo o poder económico e as pressões exercidas com as ameaças de estancamento de fluxos de ajuda financeira como características de poder duro (Nye, 2012a). A tangibilidade é característica de *hard power*, assim como comportamentos que variam numa amplitude bastante alargada, desde o comando, passando pela coerção, a ameaça, o pagamento e a sanção (2012a). Em Wong (2012), refere-se que o *soft power* será eminentemente defensivo por natureza e o *hard power* carrega características ofensivas. Numa nota quase física, Nye (2012a) infere que o poder duro pressupõe empurrar, enquanto o poder suave pressupõe puxar.

Notamos, ainda, que Nye (2012a) tem o cuidado de mencionar que o poder duro pode gerar poder suave e vice-versa, numa relação que nem sempre é perfeita. Dá como exemplos a imagem de invencibilidade associada às Forças Armadas nazi e soviética que geraram atração e influência – e, portanto, *soft power*. Também a vulgarmente denominada “diplomacia do tsunami”, cunhada após o apoio humanitário prestado às vítimas do tsunami na Bacia do Índico, em 2004, pela Marinha dos EUA, parece ter gerado *soft power* junto de populações, onde a imagem dos norte-americanos se encontrava particularmente danificada na sequência da intervenção no Iraque, como é o caso da Indonésia (2012).

Por seu turno, também o *soft power* pode gerar *hard power*, já que o “comportamento de cooptação pode ser usado para gerar recursos de poder duro na forma de alianças militares ou de apoios económicos” (Nye, 2012a, p. 40).

1.4. Smart Power

A distinção entre *soft* e *hard power* daria posteriormente origem ao conceito de *smart power*, ou poder inteligente. Nye abordara já este conceito em 2004, considerando-o como “(...) learning better how to combine our hard and soft power” (Nye, 2004, p. 32) ou “(...) developing a better balance of hard and soft power in our foreign policy” (2004, p. 147). Define-o, posteriormente, como “a capacidade de combinar os recursos do poder suave e do poder duro em estratégias eficazes” (Nye, 2012a, p. 41), sendo um conceito não apenas descritivo como avaliável.

No rescaldo do intervencionismo “evangélico e militarista” de Bush, a antiga diplomata norte-americana, Suzanne Nossel (2004), alertaria para a necessidade de refocalizar a política externa norte-americana.

Progressives must therefore advance a foreign policy that renders more effective the fight against terrorism but also that goes well beyond it – focusing on the smart use of power to promote the U.S. interests through a stable grid of allies, institutions and norms. (p. 132)

Como conceito, semanticamente sonante, seria alavancado nos EUA, em 2007, por comissão especializada constituída para o efeito (Armitage & Nye, 2007) e em 2009, quando, em 13 de janeiro de 2009, perante o Senado, Hillary Clinton (citada em Dimitrova, s/ data) afirmou:

I speak often of smart power because it is so central to our thinking and our decision making. It means the intelligent use of all means at our disposal, including our ability to convene and connect. It means our economic and military strength; our capacity for entrepreneurship and innovation; and the ability and credibility of our new President and his team. It also means the application of old-fashioned common sense in policymaking. It's a blend of principle and pragmatism. (p. 5)

Internacionalmente, o termo seria catapultado por Hillary Clinton, em 2010, quando, em artigo da *Foreign Affairs*, alerta para a necessidade de colocar a diplomacia e a defesa em patamares de igualdade, referindo-se a uma abordagem de *smart power* (Clinton, 2010).

Graficamente, Nye (2012b) descreve a existência de três tipos de poder, simbolizados pelo pau (*stick*, ou poder militar), pela cenoura (*carrot*, o poder económico) e atração (*soft power*), concebendo que o contexto determinará a forma como usamos os instrumentos disponíveis e os selecionamos do interior da nossa caixa de ferramentas. Sucintamente, refere ainda que *smart power* é a combinação de *soft* e *hard power*, numa estratégia bem-sucedida (2012b).

Em conjunto com Armitage, Nye definiu *smart power* como “the skillfull combination of both [smart e hard power]” (Armitage & Nye, 2007, p.7), propondo ainda um plano de ação concreto, desenhado para a política externa americana (2007). Essa sorte de plano de ação incluiria várias “áreas críticas” de atuação dos EUA, designadamente alianças, parcerias e instituições, desenvolvimento global, diplomacia pública e integração económica, tecnologia e inovação (2007, p. 5). A diplomacia pública – ou seja, o relacionamento direto entre os representantes diplomáticos de um Estado e o público do Estado onde se encontram

acreditados (Hayden, 2010) – perfila-se, aliás, como um dos principais instrumentos de que o vertente relatório e a *praxis* americana parecem fazer uso prolífero (Floyd, 2010; Claxton 2013).

2. CRÍTICAS

O conceito de *soft power* tem sido o mais amplamente criticado na arena política, sobretudo pelos que advogam a importância primordial dos instrumentos de *hard power*, numa visão clássica de poder. Em Wong (2012), é advogado que o poder militar ainda detém uma posição proeminente entre os vários instrumentos de poder. Por outro lado, será caricatural a forma como Donald Rumsfeld, Secretário de Estado de Defesa dos EUA, disse desconhecer o termo em 2003 (Alves, 2011), ou a forma como Estaline indagou, jocosamente, qual o número de divisões militares de que disporia o Papa (Nye, 2004). Bessa, alerta, aliás, para o facto de a política cultural ser “sempre uma política cara” (2001, p. 101), associada a grandes poderes, embora lhes confira importância, no quadro das finalidades da política externa de um Estado.

Tratando-se de um debate ao nível da dicotomia entre neoliberais, como Nye, e neorrealistas, como Aron e Waltz⁵ que ultrapassa, cremos, o escopo desta análise, não deixa de se constituir, em parte, uma crítica que as teses de Nye, sobretudo no que concerne o *smart power*, parecem contornar. Nye não parece descurar, de todo, a importância do *hard power*, mas tão-só pretende sublinhar a relevância do *soft power*, num momento em que o ciberespaço, as novas tecnologias de comunicação e o aumento dos custos, sobretudo políticos, parecem tornar particularmente onerosa a utilização do *hard power* e, em particular, o poder militar nas relações internacionais. Insiste na destrição entre ambos e assinala que “[n]uma era de economias baseadas na informação e na interdependência transnacional, o poder está a tornar-se menos transferível, menos tangível e menos coercivo” (Nye, 2002b, p. 74). Em suma, o aparente maior enfoque conceptual no *soft power* não significará uma alienação dos instrumentos tradicionais de poder, apenas uma adaptação ao contexto, conferindo uma certa tridimensionalidade ao poder do Estados, anteriormente porventura não tão conscientemente avaliada (Nye, 2012a).

Por outro lado, a produção teórica de Nye – que parece estar a ser profusamente aplicada na prática, tanto nos EUA como inclusivamente na Austrália⁶ – padece ou sobressai, com

⁵ Vide Oliveira, 2012. De referir que, criticando os realistas, Nye (2004) dá, aliás, conta de que um ex-oficial da Central Intelligence Agency, Ray Cline (também citado em Bessa & Dias, 2007), teve de adaptar a sua fórmula de avaliação do poder percebido da União Soviética e dos EUA (que não incluiria a intangibilidade do *soft power*) depois de ter chegado à conclusão de que a primeira seria duas vezes mais poderosa que os segundos, resultando numa previsão falhada.

⁶ Vide *infra*.

efeito, através dos circunstancialismos históricos. Se em 1990 – como assume posteriormente – o académico norte-americano escrevia num ambiente em que os razoados de declínio norte-americano pareciam dominantes, em 2004 escreve no pós-11 de setembro e no limiar do insucesso de campanhas de *hard power* no Afeganistão e no Iraque. Em 2008, num livro em que adapta os conceitos de *soft*, *hard* e *smart power* ao estilo de liderança (Nye, 2008), o académico parece estar a conferir substrato à liderança do atual Presidente dos EUA, Barack Obama – cuja campanha parece ter sido dominada pelo *smart power* (Alves, 2011).

Podemos, por isso, argumentar que os conceitos de Nye, continuamente refinados e adaptados às mudanças contextuais, refletem também as alterações de perceção do *establishment* norte-americano, de acordo com as quais a quase exclusiva aplicação de *hard power* parece ter falhado em teatros concretos, sendo necessário o recurso complementar a outros instrumentos de poder anteriormente existentes. Outrossim, Nye reforça este argumento, ao defender a reativação de antigos instrumentos de poder brando, como as rádios estatais, cuja interrupção das emissões foi sendo realizada progressivamente após o fim da Guerra-fria (Nye, 2004).

O enfoque na diplomacia pública, no *soft power* gerado pela diplomacia de defesa e a apologia da reativação de instrumentos clássicos de poder brando norte-americano parecem contrastar, à primeira vista, com a asserção de que os instrumentos de *soft power* não se encontram sob exclusivo controlo estatal (Nye, 2012a). Nye chega mesmo a afirmar que é preferível falar abertamente do que investir em agências noticiosas (2012b) – numa clara alusão, parece-nos, aos esforços chineses realizados neste sentido⁷. No entanto, Nye parece pretender assinalar a necessidade de entender que nem tudo pode ser controlado pelo Estado – embora possa existir a tentativa de o fazer, mesmo que sob a capa do aparentemente impossível controlo⁸.

Tese apelativa a norte-americanos – e de outras nacionalidades, incluindo a Austrália (Broinowski, 2010; Thompson, 2010; Dudgeon & Tyler, 2012; Wong, 2012) – o *smart power* não deixa, contudo, de ser algo de antigo sob aparência inovadora. Em Wong (2012), alude-se criticamente ao termo, por se pressupor que existirá um adversativo, tornando-se a

⁷ Vide Breslin, 2011.

⁸ De referir que a *Central Intelligence Agency* terá organizado operações de controlo de uma “rede global de ativos mediáticos”, que permeabilizasse a intervenção norte-americana em certos teatros, sendo a mais conhecida a “*Mighty Wurlitzer*”, ainda durante a Guerra-fria, pelo que se poderá aduzir da existência de outras operações similares em curso no presente (Reis, 2011). Broinowski (2012) alerta, com efeito, para a existência de um *Advanced Research Projects Agency* (DARPA) no Pentágono norte-americano, anunciado em 2011 e com um orçamento de 42 milhões de dólares, tendo por objetivo detetar, classificar, medir e monitorizar a informação, o desenvolvimento e a disseminação de ideias e conceitos (“*memes*”) nas redes sociais. Nye (2012a) dá também conta da interferência dos serviços de informações norte-americanos na produção de filmes de Hollywood, durante a II Guerra Mundial.

denominação numa fonte de um espúrio debate polarizado: em oposição a um poder inteligente, poderá existir um poder “estúpido”, concluindo-se que, ao invés, o poder deverá ser encarado como “as optimal to achieve maximum effect” (p. 5).

Adriano Moreira (2010), operacionalizando o conceito de poder, abrange elementos de *soft* e *hard power* e da sua congruente conjugação, como se patenteia *infra*:

Deste modo, o poder é o produto de recursos materiais (*tangible*) e imateriais (*intangible*) [ambos *soft* e *hard power*], que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses. (p. 247)

Dado o seu uso cada vez mais generalizado por decisores políticos e académicos, o próprio termo *smart power* poderá ser considerado em si mesmo como um instrumento de poder brando, na medida em que, enquanto utilizarmos enquadramentos analíticos fabricados nos EUA, poderemos estar a ser por eles cooptados e moldados, relegando para um segundo plano a produção teórica própria. Note-se, neste contexto, que sem as roupagens da classificação de Nye, Graça adverte que a propaganda se camufla frequentemente sob o conceito de Diplomacia Pública (Graça, 1991, p. 107), conceção profusamente utilizada por Nye e por outros, inclusivamente no contexto australiano, como se de algo não propagandístico e relativamente inovador se tratasse.

2.1. **Smart Power é Estratégia**

Nye operacionaliza *smart power* de forma concisa: a combinação de *hard* e *soft power* em estratégias bem-sucedidas (Nye, 2012b), sendo aqui “estratégia” a palavra-chave. *Smart power* mais não nos parece do que a definição de estratégia. Até na descrição dos vários passos inerentes ao poder inteligente, Nye parece-nos muito próximo da definição lusa de Estratégia, já que inclui a capacidade de, determinados os objetivos ou resultados desejados, identificar os recursos disponíveis e os contextos⁹ e, bem assim, as posições e as preferências do alvo de influência, bem como as formas de comportamento com maior probabilidade de serem bem-sucedidas (2012a, p. 231-233).

Segundo o Professor António Silva Ribeiro (2010), e aplicável tanto a Estados, como empresas e outras organizações, a Estratégia é definida como:

⁹ Nye alude, aliás, ao conceito de inteligência contextual que define como “a capacidade de entender um ambiente envolvente e de aproveitar as tendências” (Nye, 2012a, p. 17).

(...) a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo. (p. 22)

Esta operacionalização será porventura menos vistosa, embora mais abrangente do que a definição de *smart power*, na medida em que:

- a) Pressupõe inteligência (*smart*), dado tratar-se de uma ciência, que exige uma pletora de âncoras científicas, e de uma arte, pois que também dependerá da capacidade dos decisores – situação igualmente explorada por Nye em *The Powers to Lead* (2008);
- b) Abarca, mais do que uma escolha adequada de “ferramentas” retiradas da sua “caixa”, a criação ou obtenção dessas ferramentas (a Estratégia Genética), a sua organização de acordo com uma análise de vulnerabilidades e potencialidades dos instrumentos já existentes (a Estratégia Estrutural) e a sua implementação efetiva (a Estratégia Operacional) (Ribeiro, 2010, p. 32-34);
- c) Inclui o contexto, a que Nye alude (2012a), fornecido nesta operacionalização de Estratégia através da descrição do meio; o Professor Silva Ribeiro é, parece-nos, mais explícito do que Nye, decompondo o contexto em meio e em tempo – pois que nem sempre é possível a utilização dos instrumentos de *soft power*, acaso se pretendam efeitos imediatos, sem que tenham sido previamente edificados instrumentos de poder suave; Nye refere situações similares, mas não as inclui na sua operacionalização de *smart power*, como se este fosse apenas uma arte, dependente do génio estrategista dos decisores e não um processo, mais complexo, como defende Silva Ribeiro (2010).
- d) Salaria a coacção e a existência do Outro, bem como a tentativa de contorno de ameaças e aproveitamento de oportunidades, elementos que serão abordados por Nye de forma muito focalizada e contextualizada – dirigindo-se contra o terrorismo de matriz islâmica, na obra de 2004 (*Soft Power*) e, subtilmente, contra a China e um conjunto pulverizado de atores não-estatais, na obra de 2012 (*O Futuro do Poder*) –, sem a abrangência teórica necessária para que outros Estados, noutras latitudes, compreendam de imediato o conceito; descrevendo Nye que será preferível ter poder *com* do que ter poder *sobre* (Nye, 2012a) e evitando o académico a utilização da palavra coacção e da noção – percebida mas não explícita – de ambiente de desacordo – parecendo, estas omissões seletivas, exalar tentativa produção de *soft power* –,

aduzimos que o Professor Silva Ribeiro, sem a presunção de influenciar mas de esclarecer o leitor, seja mais abrangente e exato na sua definição. Em suma, se estratégia implica poder, haverá sempre coação (prevalência e imposição de vontade alheia), seja ela realizada de modo brando ou duro. Nye parece-nos procurar camuflar esta situação, quando se refere ao *soft power*, ao passo que Silva Ribeiro a esclarece.

Utilizaremos a terminologia de Nye para nos referirmos à Estratégia da Austrália nas Ilhas do Pacífico, não por considera-la mais abrangente, mas por ser mais próxima do *modus cogitare* australiano, que vem mimetizando os EUA. Uma definição mais completa de *smart power* incluiria os elementos acima escarpelizados e poderia, como faz o Professor Silva Ribeiro, construir ainda uma grelha de avaliação da Estratégia – que nos parece particularmente útil para posterior avaliação do *sucesso* do *smart power* australiano no Pacífico insular, ou seja, relativamente à prossecução de objetivos de Camberra, tendo em consideração as escolhas que o Executivo australiano tem feito, de entre os instrumentos de poder que vem escolhendo na sua “caixa de ferramentas”.

Sucintamente, as provas da Estratégia (Ribeiro, 2010, p. 190-195), que permitem a escolha informada dos instrumentos (modalidades de ação¹⁰) a utilizar incluem:

- a adequabilidade, ou o critério a partir do qual se “avalia se a modalidade de acção contempla as circunstâncias em que o Estado atua e tem possibilidade de desenvolvimento” (2010, p. 190), ou seja, respondendo à questão “a modalidade é boa?”;
- a exequibilidade, por seu turno, “está associada à avaliação dos recursos e capacidades estratégicas necessárias à operacionalização da modalidade de acção, e à identificação das deficiências que necessitam de ser colmatadas, bem como a possibilidade de o fazer, de forma a garantir o sucesso” (2010, p. 192);
- a aceitabilidade, que se escora nos subcritérios de consistência entre os objetivos fixados e os resultados atingidos, a atratividade dos resultados e riscos envolvidos na prossecução de objetivos (2010, p. 194-195).

¹⁰ Modalidade de ação ou manobra estratégica assenta na previsão das ações do outro a cada uma das ações próprias, sejam de natureza militar, política, económica ou psicossocial, sendo por isso necessário articular fatores de decisão (meios, meio e tempo) de forma a alcançar vantagem estratégica (Ribeiro, 2010).

CAPÍTULO II

POSICIONAR A AUSTRÁLIA E O PACÍFICO

1. *TERRA AUSTRALIS*: COMO A GEOGRAFIA MOLDOU O *MODUS COGITARE* AUSTRALIANO

Nos antípodas da tradicional perspectiva ocidental, a Austrália construiu parte da sua identidade com base na distância geográfica face aos centros de decisão político-económicos de envergadura mundial, localizados no hemisfério norte e a ocidente. De *terra australis incognita*, a colónia penitenciária e a país afortunado (“*lucky country*”) – por via da abundância de recursos e apartamento dos cenários de guerra passados (Dudgeon & Tyler, 2013) –, a terra *down under*, normalmente associada a símbolos culturais próprios, facilmente reconhecíveis (como o canguru ou o *boomerang*), tem sido perspectivada como estando no outro lado do mundo, ou mesmo no fim deste. Acresce, ainda, que o eixo australo-neozelandês se encontra localizado a sul da denominada linha de Sandisson¹¹, tornando o grande gigante austral geopoliticamente pouco visível, pelo menos até muito recentemente.

Este “complexo de marginalidade” tratar-se-á de um produto do centralismo conferido ao eixo do Atlântico norte, que facilmente os mapas invertidos acabaram por desmistificar, tornando-se assim, mais visível a dimensão da Austrália no globo terrestre, bem como onde se localiza o seu “sul” (os mercados asiáticos, para onde exporta os seus produtos), o seu “norte” (a Austrália meridional, onde se encontram as principais cidades) e o seu “Mediterrâneo”, que se estende deste o sudeste asiático até ao Pacífico insular. Por outro lado, notemos que, numa visão hemisférica meridional, a Austrália parece, a par do Brasil e da África do Sul, assumir outra visibilidade, tendo recentemente surgido o termo “potência do hemisfério sul” (Reilly, 2013).

O complexo de marginalidade ou síndrome da periferia extrema é, contudo, seminal na construção da identidade australiana, de matriz anglo-celta. Desde cedo, a ex-colónia penal se observou enformada pela distância face ao centro do Império Britânico que deu origem ao termo “tirania da distância” (Rehman, 2011¹²), conjugando-se com uma geografia peculiar: estendendo-se por mais de 7 741 220 milhões de Km², uma boa parte dos quais deserto, com 25 000Km de costa e apenas 22 milhões de habitantes, concentrados na região sudeste da ilha (Bopp *et al*, 2007; Lyon, 2007; Central Intelligence Agency, 2013)¹³, a ilha que é simultaneamente um continente, é o sexto maior Estado do mundo em termos de

¹¹ Linha imaginária estabelecida entre as principais rotas de comércio marítimo mundiais, conectando o Médio Oriente à Ásia-Pacífico e à Costa leste do continente americano. A sul destas ilhas é considerado território sem importância geoestratégica, aí localizando-se grande parte do Pacífico insular, a Austrália e a Nova Zelândia (Zucchelli, 2010).

¹² O termo é originalmente atribuído ao historiador australiano Geoffrey Blainey (Evans, 2005).

¹³ Woolner refere que a Austrália tem cerca de 36 000 Km de costa e não 25 000 (Woolner 2008, p.2).

dimensão do seu território terrestre, com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende desde os Trópicos até ao Antártico, representando 12% da superfície da Terra (Woolner, 2008). Sem fronteiras terrestres com nenhum Estado, é no mar que a Austrália se torna excecionalmente gigantesca: com uma jurisdição marítima cerca de 40% maior do que o território terrestre, a Austrália possui a terceira maior área de pesca do mundo, a maior bacia de corais a nível mundial e jurisdições marítimas – com inclusão da expansão de plataforma continental para lá das 200 milhas – que ascende aos 10,7 milhões de Km². Apesar da falta de reconhecimento internacional, a Austrália reclama ainda 40% do Antártico continental (2008; Fogarty, 2011).

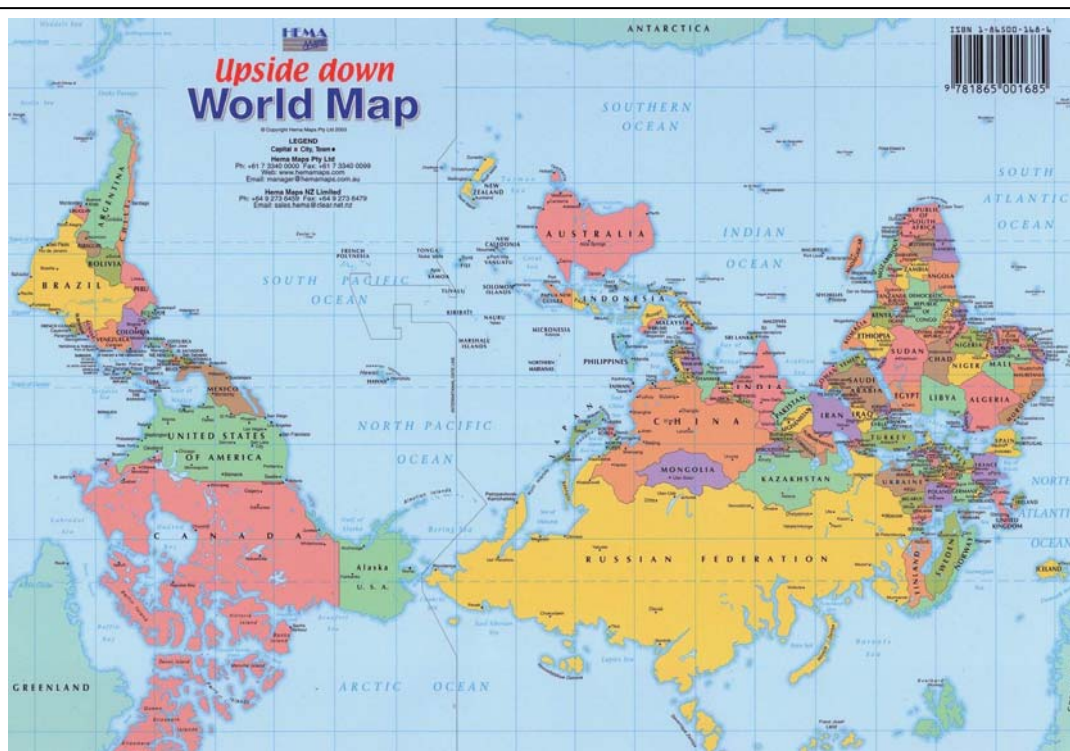


Ilustração 1

Upside down Map

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_IBVPgalgRAk/S89zGrafJAI/AAAAAAAAABFE/Dsj8ag-ICHw/s1600/Upsidedown+Map+Of+The+World--Optimized.JPG

Classificada como Grande Potência de Segunda Ordem (*Apud* Cohen, Bessa & Dias, 2007, p.42¹⁴), cujo ininterrupto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desde há cerca de 20 anos lhe tem granjeado desempenhos de topo em matéria também de desenvolvimento humano¹⁵, a Austrália tem baseado a sua pujança económica no comércio com o nordeste Asiático, sobretudo a China. O apetite asiático pela abundância de recursos naturais,

¹⁴ “(...) Estados considerados de segunda ordem, ou seja, aqueles cuja influência se estende em grande parte da região geopolítica onde convivem e, podendo distender a outras partes do globo, nichos de especialização (...)” (Bessa & Dias, 2007, p. 42). A Austrália surge a par de outros Estados como a Índia, o Brasil, o Canadá, a Turquia, o Irão, a Nigéria, Israel e África do Sul (2007).

¹⁵ Vide United Nations Development Programme (2013). Em 2013, a Austrália ocupa o segundo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

momento hidrocarbonetos, minérios de ferro, carvão, chumbo, zinco, prata, urânio¹⁶, cobre, manganésio, ouro, níquel, bauxite e gás de xisto¹⁷ tem fundeado boa parte da prosperidade australiana (AA.VV., 2007). Com efeito, estima-se que o PIB australiano tenha alcançado os 3,5% em 2012 (The Economist, 2012), podendo vir a tornar-se numa espécie de *Golden State*, em referência ao Estado norte-americano da Califórnia (The Economist, 2011a). A inclusão da Austrália no grupo das vinte maiores economias do mundo (G20) é também sintomática do reconhecimento internacional que é conferido à sua robustez económica.

Acima de tudo, a Austrália é um Estado de contrastes. Com várias zonas climáticas, cuja amplitude se estende desde as áreas de clima equatorial e tropical, no norte, passando pelas regiões desérticas interiores (*Outback*), pelas regiões pantanosas e de extensas florestas tropicais (*Bush*, do Território norte a Queensland), pelo cinturão cerealífero do sudoeste, pelas áreas de clima mediterrânico (*Sunshine Australia*) propício à produção de vinho (Argounès, 2006), a Austrália padece, também internamente, da tirania da distância. Como refere Chapman (2011), o noroeste Australiano está geograficamente mais próximo do sul das Filipinas do que da capital, Camberra. Darwin, banhado pelo Mar de Timor, encontra-se mais perto de Singapura do que de Melbourne. A rarefação populacional australiana – sobretudo por contraste com os “gigantes” mais próximos, *maxime* a Indonésia, com cerca de 240 milhões de habitantes (Stratfor, 2012a) – e a sua concentração no sudeste da ilha-continente, onde se encontram os principais portos, tornam o país ainda mais longínquo dos mercados do nordeste Asiático, tornando o país particularmente dependente do comércio marítimo. De acordo com Woolner (2008), 99% dos fluxos comerciais australianos com os mercados externos atravessa as jurisdições marítimas do continente-ilha, tendo um total de 3 517 navios efetuado 10 127 viagens entre 2005 e 2006 (p. 4).

O sentido de isolamento geográfico e cultural estará, cremos, na origem de um constante receio face aos vizinhos asiáticos, sendo que o medo de uma “invasão asiática” e a manutenção de uma matriz de sociedade anglo-celta parece ter estado subjacente às sucessivas políticas de imigração seletiva que estiveram patentes no país até 1975 (MacIntyre, 1999). O medo de uma “invasão amarela” e a xenofobia estarão porventura particularmente evidentes nas declarações de um antigo sindicalista, Caldwell, que, em 1947, no contexto da deportação de refugiados chineses, afirmou que “[t]wo “Wongs” [chineses] do not make a White” (MacIntyre, 1999, p. 199). Mais recentemente, em 1996, a defesa de políticas tendencialmente xenófobas por Pauline Hanson, na campanha para as

¹⁶ 40% das reservas mundiais de urânio encontram-se na Austrália (Pajon, 2008).

¹⁷ De acordo com o Courrier International (2013), estima-se que no Estado de Queensland e junto à Barreira de Coral existam reservas de gás de xisto de cerca de 22 mil milhões de barris.

eleições legislativas de 1996, fez renascer a temática racial na sociedade australiana (Kelly, 2001).

Pese embora a colonização do vasto território esparsamente habitado – mesmo pelas populações aborígenes (cerca de 2,5% da população¹⁸) – tenha sido considerada, desde a chegada da Primeira Frota, em 26 de janeiro de 1788, como essencial à sobrevivência do Estado, uma vincada política de imigração xenófoba limitou os fluxos de migração, expurgando o país dos denominados “indesejáveis” (MacIntyre, 1999). Até aos anos 20 do século XX, apenas seriam aceites habitantes das ilhas britânicas, em política escorada pela suposta superioridade dos caucasianos, sendo instituídas cotas à imigração de outros povos europeus, designadamente gregos, polacos e jugoslavos (Argounès, 2006).

A ortodoxia racial australiana permaneceria no pós-II Guerra Mundial, pese embora uma maior abertura a imigrantes europeus não anglo-celtas, que se tornariam essenciais como mão-de-obra para a recuperação económica de um país fortemente afetado pela Grande Depressão e pelo esforço bélico (MacIntyre, 1999). Num projeto assimilacionista forçado, com base na matriz anglo-celta (monocultural), as populações aborígenes, alvos de massacres desde o século XVIII (levando mesmo à extinção das populações autóctones da ilha da Tasmânia), foram igualmente sujeitas à inserção na *Australian Way of Life* (Argounès, 2006)¹⁹. Nos anos 50 e 60 do século passado, vigoraram políticas de adoção de crianças aborígenes por casais caucasianos que aprofundaram as fraturas sociais entre australianos “originais” e os outros (MacIntyre, 1999).

Embora o conservador e profundamente anglófilo Sir Robert Menzies²⁰ tivesse já encetado uma política migratória de maior abertura e multiculturalismo, apenas com a chegada ao poder do trabalhista Gough Whitlam, em 1972, seria abandonada a *White Australia Policy*, tendo esta viragem constituído umas das primeiras tentativas no sentido de consubstanciar o tropismo asiático que sempre esteve subjacente à geopolítica australiana²¹ (Jones & Lawrence, 2000).

Assente numa espécie de conceção própria de excecionalidade, ao contrário de outras colónias britânicas, a Austrália desenvolveu uma postura e uma cultura política próprias que influenciam diretamente o modo como se projeta internacionalmente. De acordo com Michael Evans (2005), a cultura política australiana reflete quatro grandes características

¹⁸ De acordo com Argounès (2006), embora a Central Intelligence Agency mencione uma cifra inferior a 1% (2013).

¹⁹ *Vide infra*.

²⁰ Primeiro-Ministro entre 1939-41 e entre 1949 e 1966, Liberal.

²¹ *Vide infra*.

que o autor considera serem as pedras de toque da Federação criada em 1901, designadamente:

- i) o utilitarismo, que dota o ideal nacionalista australiano de uma tônica social e conservadora, apartada do carácter utópico e ideológico do nacionalismo norte-americano²²;
- ii) o igualitarismo, intrínseco à necessidade de cooperação intracomunitária em ambiente isolado e inóspito;
- iii) o conformismo, que tende a coarctar a iniciativa privada;
- iv) e o materialismo, como consequência do utilitarismo e de uma certa postura contrária à apologia do trabalho intelectual.

Em constante paralelismo com os Estados Unidos da América (EUA), Evans vai mais além, dando conta da existência de uma natureza eminentemente pragmática do *modus cogitare* australiano, expurgado de retóricas do moralismo e das ideias da liberdade individual patentes no homólogo americano, que aduzimos basear-se não só no momento histórico da fundação da Federação – sendo já um Estado moderno que não necessitou de uma revolução, como a americana, para se estabelecer – como num pormenor histórico, porventura seminal. Em contraste com a viagem bem-sucedida dos norte-americanos Merithemer Lewis e Lewis Clark que entre 1803 e 1805 atravessaram a América do norte de leste para oeste, encontrando vastas terras férteis, uma das principais viagens exploratórias do continente-ilha, realizada por Robert O'Hara Burke e William Wills, entre 1860-61, partindo do sul da Austrália e procurando alcançar o Golfo de Carpentária, na região setentrional tropical, culminaria no desaparecimento dos dois exploradores nas inóspitas regiões interiores (2005, p. 17). Este fracasso expedicionário e a noção de ambiente hostil à sobrevivência humana ajudaria a forjar a identidade australiana (caucasiana).

Afastados do Reino Unido, rodeados por asiáticos, cedo os australianos de matriz anglo-celta desenvolveram um espírito comunitário, de procura de bem-estar comum, num ambiente natural ingrato que os dotou de uma certa dose de tenacidade, frontalidade e mesmo de alguma rudeza (Bopp *et al.*, 2007, p. 8). Estas características têm, aliás, sido fortemente invocadas e criticadas pelos pares asiáticos, sobretudo em momentos marcados pela tentativa de integração da Austrália na Ásia. Se Lee Kuan Yew, de Singapura, catalogou a Austrália de “novo caixote de lixo branco da Ásia” (*Vide* Huntington, 1999, p. 179), Mahatir, da Malásia, acusou o europeísmo australiano e, indiretamente, a arrogância discursiva de grande parte dos seus representantes (1999).

²²O utilitarismo australiano baseou-se fundamentalmente no utilitarismo de Jeremy Bentham (Evans, 2005, p. 14).

As críticas à extroversão australiana podem, inclusivamente, ter origem doméstica. Num artigo provocatório, Alecia Simmonds (2013) alega que a Austrália e os australianos não gostam de pensadores, possuindo inclusivamente uma panóplia de termos depreciativos para catalogar académicos. Refletindo, cremos, as características inóspitas do continente australiano, que o tornou excêntrico na sua região e moldou o carácter das populações de origem europeia, o artigo alude à suposta ligação entre o igualitarismo australiano e um certo posicionamento anti-intelectual, focado na busca de soluções práticas e imediatas, mais do que em teorias e conceptualizações. Este pragmatismo, na necessidade de contornar o isolamento australiano, estribado no medo da invasão de hordas asiáticas que transformou o continente-ilha numa sorte de fortaleza (Argounès, 2006).

1.1. Posicionamento estratégico: os Dilemas australianos

Culturalmente um país anglo-saxónico, mas inserido numa região povoada por asiáticos (na frente norte) e oceânicos (na frente leste), a Austrália cedo procurou desenvolver estratégias de abordagens regionais, numa perspetiva quase sempre defensiva, categorizada de *israelisé* por Fabrice Argounès (2006, p. 10), atestando quer a singularidade do seu *modus cogitare*, quer ainda as oscilações entre um certo isolacionismo e um maior intervencionismo nas regiões que circundam a ilha (Evans, 2005 e Schultz, 2012).

Existirão, pois, vários dilemas e dissonâncias que enformam o pensamento estratégico australiano – essencial, cremos, para compreender a forma como tem vindo a projetar-se nas Ilhas do Pacífico.

- i. Em primeiro lugar, a Austrália é um Estado cuja segurança é co-mantida por uma potência externa (atualmente os EUA) e cujo desenvolvimento socioeconómico depende do comércio com a Ásia (sobretudo a China).
- ii. Em segundo lugar, um Estado que, mantendo-se genericamente isolacionista durante os períodos de paz, tende a enviar forças expedicionárias de apoio à potência protetora – *vide* I e II Guerra Mundial, Guerra da Coreia, Vietname e, mais recentemente, Iraque e Afeganistão (Evans, 2005).
- iii. Em terceiro lugar, parece-nos persistente o debate sobre a natureza geográfica do país (se é uma ilha ou um continente).
- iv. Em quarto lugar, um Estado que não se encaixa culturalmente em nenhuma das regiões que o circunda.

1.1.1. Entre o “Tio Sam” e o Panda

Fazendo jus aos princípios enformadores da sua cultura política, a Austrália observa-se constrangida pela manutenção de uma postura tão pragmática como dilemática:

estabelecendo fortes laços de interdependência comercial com as principais potências da região (designadamente o Japão e a Indonésia, mais tardiamente a China), depende de potências extrarregionais para a sua defesa, situação frequentemente denominada de *imperial assurance policy* ou apenas *insurance policy*.

A ligação imperial – a “filial do Império” (Huntington, 1999, p. 177) – à Grã-Bretanha, baseada em pressupostos comerciais e de defesa, tornou-se excecionalmente visível com o destacamento de forças expedicionárias australianas, para apoio de Londres na Guerra dos Boers e durante a I Guerra Mundial, tendo a batalha de Gallipoli, na Turquia, sido transformada numa espécie de marco fundador da identidade australiana, celebrada anualmente (MacIntyre, 1999). Em troca do apoio militar inglês, a Austrália disponibilizava-se a enviar forças expedicionárias, mesmo que tal significasse manter o continente-ilha temporariamente desprotegido. Evans (2005) refere-se inclusivamente a uma “tirania da dissonância”, porquanto o *ethos* continental subjacente às várias doutrinas militares de defesa parece sucumbir perante as exigências da potência externa defensora do país.

A relação umbilical com a “mãe-pátria”, como a denominava Menzies, terá sido, aliás, legalmente rompida de forma gradual e bastante tardia: a Federação, em 1901; com a adoção do Estatuto de Westminster, em 1941; e, em 1986, o derradeiro corte imperial, com o *Australia Act* que terminou com algumas normas coloniais vigentes desde 1865²³ (Hamid, 1999, p. 25). A relação com a Grã-Bretanha continua a ser de excecional proximidade, como atestará o facto de a *Commonwealth of Australia* manter o/a monarca britânica/o como Chefe de Estado, não obstante o crescimento do movimento republicano, em finais dos anos 90 do século passado, que levou à realização de um referendo.

Mas a *insurance policy* com apoio britânico seria traumáticamente terminada em 1942 com o que foi, na época, percebido como uma traição²⁴. O ataque japonês a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, concretizaria os piores temores australianos com o avanço nipónico, por toda a Oceânia e sudeste asiático. Não tendo assumido plenamente o compromisso de defesa de Singapura (enviando, apenas, um porta-aviões e um cruzador, que rapidamente foram destruídos), a Grã-Bretanha seria derrotada naquela cidade sudeste-asiática, em 1942. Em consequência, foram capturados 16 000 soldados australianos, a grande parte eliminada fisicamente. Simultaneamente, o Japão ocupava o anel de ilhas a norte da Austrália, incluindo Timor Português e a Nova Guiné, tendo sido bombardeada a cidade setentrional de Darwin (MacIntyre, 1999, Kelly, 2004; Argounès, 2006). O episódio de

²³ Designadamente a supervisão do Supremo Tribunal Britânico relativamente ao processo legislativo (Hamid, 1999).

²⁴ De tal forma que a *Australian Broadcast Commission* deixou de divulgar a canção “*The British Grenadiers*”, passando a optar por “*Advance Australia Fair*”, que se tornaria hino oficial décadas mais tarde (MacIntyre, 1999).

negligência defensiva britânica produziria efeitos imediatos: para além da queda do primeiro Governo de Menzies, a tomada de Singapura levaria a que o novo Governo Trabalhista se voltasse para os EUA, não respondendo ao pedido britânico de destacamento de forças expedicionárias para a Birmânia e outros pontos (1999).

De regresso à defesa do continente, na Batalha da Austrália, as tropas autóctones foram voluntariamente colocadas sob comando americano no Pacífico (General Douglas McArthur), tendo o continente-ilha sido tornado em base norte-americana regional, de onde partiriam destacamentos conjuntos. A reconquista da Nova Guiné – onde o *Kokoda Track*, passagem estratégica de defesa de Port Moresby se tornou emblemático para a Austrália – e a participação na batalha de Guadalcanal (Ilhas Salomão, agosto de 1942), impedindo o avanço nipónico nas Ilhas do Pacífico, transformariam as tropas australianas em sorte de apoio auxiliar americano, marcando uma nova fase da *insurance policy* (Gilbert, 2007). É neste âmbito que surge o Pacto ANZUS (*Australia-New-Zealand-United States*) e é também nesta lógica que sucessivos governos australianos tenderam sempre a assistir Washington, nas mais diversas missões militares – Coreia, Malásia (1963-1965), Vietname, Iraque e Afeganistão.

Encetada em 1944 uma aproximação entre a Grã-Bretanha, a Austrália e a Nova Zelândia, numa espécie de tentativa de regresso britânico à região e ainda sob o espectro da ameaça nipónica, o Pacto ANZUS, decalcado de outros pactos regionais enformados pela confrontação bipolar e, no caso específico da Ásia-Pacífico, no âmbito da política de *containment*, seria celebrado em setembro de 1951 (Baker, 1994; AA.VV., 2007). Para além do aspeto mutualista de defesa e da institucionalização da *insurance policy* – que, ao contrário do Tratado do Atlântico Norte, não possui estruturas ou comandos comuns –, o Pacto ANZUS permitiria (e permite ainda hoje) que bases conjuntas, em território australiano, fossem responsáveis pela recolha de *Signals Intelligence* (SIGINT) em todo o sudeste asiático e Ilhas do Pacífico (AA.VV., 2007; Taylor, 2007; Broinowski, 2012). Em virtude da política antinuclear da Nova Zelândia – que, em 1984, proibiria o uso das suas águas por submarinos nucleares, levando Washington a suspender a sua aliança com Wellington –, o ANZUS perderia o seu carácter tripartido. Atualmente, o ANZUS é uma espécie de triângulo com apenas dois lados, compreendendo, separadamente, a aliança militar australo-americana e australo-neozelandesa, não existindo, oficialmente, a terceira face, a parceria direta entre os EUA e a Nova Zelândia (Baker, 1994; Frühling, 2012).

No que se refere à Ásia e, em particular, à China, a Austrália tem revelado um comportamento itinerante. Durante décadas, o problema da imigração chinesa transformou-se numa espécie de ameaça, especialmente exacerbada com a ascensão do comunismo,

em contexto de Guerra-fria e no âmbito da Guerra da Coreia. A noção da ascensão da China enquanto potência regional por analistas australianos tem, aliás, vindo a ser objeto de previsões excecionalmente exatas (Rehman, 2011), tendo a abordagem à China, enquanto ameaça primordial ao continente-ilha, sido relegada para um segundo plano, com a emergência de instabilidade no arquipélago indonésio, especialmente em 1965 (queda de Sukarno), em 1975 (independência da Papuásia Nova Guiné – PNG –, e a invasão de Timor Português) e em 1998/1999 (queda de Suharto e autodeterminação de Timor-Leste) (Frühling, 2012).

Reproduzindo a política externa norte-americana, o Governo de Gough Whitlam (1972-1975) estabeleceria relações diplomáticas com a República Popular da China em 1972. Pese embora as retóricas de reconhecimento da importância regional do país, até meados dos anos 90 do século XX, a Austrália apenas mantinha relações comerciais com Hong Kong, sendo frequentes as reações negativas, na esteira da vinculada defesa dos Direitos Humanos, como aconteceria em 1989, na sequência dos acontecimentos na praça de Tiananmen ou com a receção oficial do Dalai Lama (Argounès, 2006).

Se o Primeiro-Ministro Paul Keating (1991-1996) procurou uma aproximação à Ásia e uma maior familiaridade nas relações com a China, tentando, sem sucesso e sob fortes críticas²⁵ a inclusão em associações regionais²⁶, John Howard (1996-2007) ficou conhecido pelo regresso à visão de um país caucasiano, próximo dos EUA e acidentalmente implantado na Ásia, caricaturalmente designado de “*Deputy-Sheriff*” (Jackson, 2005) ou “*regional Sheriff*” (Gorjão, 2003).

Contudo, menos dependente do cunho pessoal dos Chefes de Governo e dos circunstancialismos regionais – à frente abordados – que levaram a um alinhamento securitário mais vincado com os EUA, o padrão de crescente aproximação à Ásia e especificamente à China, começou a ser particularmente visível a partir do ano 2000 (Argounès, 2006). Em 2002, Camberra e Pequim assinariam um acordo de fornecimento de gás natural a que se seguira, em 2006, um acordo que facilitaria o acesso chinês às reservas de urânio australianas. Em 2005, encetar-se-iam negociações – ainda por concluir na actualidade – relativas ao estabelecimento de um acordo de livre comércio entre os dois países (2006). Se em 2009, o Livro Branco de Defesa reconheceria a China como a principal ameaça à Austrália, em 2013, o novo Livro Branco retrai-se nessa asserção²⁷, refletindo o ambiente de aproximação patenteado pelo estabelecimento, em 2013, de uma parceria estratégica entre os dois países (Jakobson, 2013). O entendimento celebrado em

²⁵ Vide *supra* referências a Mahatir e a Lee Kuan Yew.

²⁶ Designadamente a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

²⁷ Vide Commonwealth of Australia, 2009 e Commonwealth of Australia, 2013b.

abril de 2013 (“Parceria Estratégica”) parece marcar mais uma fase do tropismo asiático, característico da geopolítica australiana e que parece tratar-se de um ativo de política externa particularmente importante, quando a Ásia parece ser o centro geopolítico do mundo (Clinton, 2011) e a “tirania da distância” parece estar a transformar-se em “tirania da proximidade”.

1.1.2. Em isolamento e em expedição

De acordo com o General Serong (Evans, 2005, p. 47), as ações militares servem de apoio à política e à diplomacia – frequentemente a política imposta pela *insurance policy* ou pelo imperialismo benévolo (Rehman, 2011), tendendo, em tempos de paz, a optar por doutrinas de defesa de um perímetro continental que se afigura imutável na mente de estrategistas militares australianos. Isolacionista em tempos de paz, a Austrália extroverte-se apenas em períodos de crise ou de conflito, ou quando endossa o apoio à potência protetora. Como sublinha Evans (2005):

In Australian strategic²⁸ history – again with the exception perhaps of the maligned ‘forward defence’ era of the 1950s and 1960s where ideas matched practice – peacetime strategic theory has usually tended to be the exact opposite of military operational practice. (p.40)

No entanto, na formulação doutrinária de defesa australiana, vacilando entre uma estratégia marítima e a defesa continental – que Evans acusa de ser mais próxima das perspetivas da Rússia ou da China e não um decalque do prisma norte-americano – parece quase sempre observar os mares circundantes e a sorte de “barreira de coral defensiva”²⁹ dos arquipélagos a norte e a ocidente, como um fosso de uma guarnição, mais do que um espaço de manobra, que normalmente se denomina de *sea-air gap* (Davies & Schreer, 2011). Em suma, a perspetiva australiana, de tipo “bastião”, escondida por detrás de uma linha Maginot oceânica, será comparável ao desconforto sentido pelo Reino Unido em relação à Europa continental, embora num outro contexto geográfico (Evans, 2005).

1.1.3. Continente ou ilha, ou simplesmente Austrália

Dependente do comércio marítimo e de uma potência marítima extrarregional, a Austrália tem uma visão porventura excessivamente introvertida e continental em períodos de estabilidade, como terá acontecido entre 1975 (a queda de Saigão) e 1997 (com a

²⁸ De acordo com a literatura revista, na Austrália e diferentemente do abordado no Mestrado de Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a Estratégia parece-nos ser considerada uma ciência estritamente militar, embora os observadores e estrategistas australianos tendam a fazer igualmente incursões no domínio da geopolítica e da política externa.

²⁹ Expressão de Zajec (2010b).

intervenção no conflito secessionista de Bougainville, na PNG). Estes paradoxos/oscilações, estão assentes no constante debate sobre a natureza geográfica do país: se é uma ilha ou um continente. De acordo com Evans (2007), tem vindo a persistir a ideia de que se trata, acima de tudo, de uma ilha detentora, um “*ethos* continental”, não obstante a natureza marítima do seu comércio.

Sendo porventura universalmente aceite que se trata de uma massa de terra geoposicionada entre os oceanos Índico e Pacífico, a Austrália é catalogada como continente – preferencial para a *Central Intelligence Agency* que a considera parte da Oceânia e o mais pequeno continente do mundo (2013) – ou mesmo inserida num complexo geopolítico que compreende também a Nova Zelândia, denominada de Australásia. Esta inventariação não será, ademais, aleatória, na medida em que pressupõe um apartamento cultural relativamente às entidades políticas da restante Oceânia – as Ilhas do Pacífico – determinante, como veremos, no relacionamento entre a Austrália (e em menor grau, a Nova Zelândia) e os pequenos Estados insulares do Pacífico.

1.1.4. O ornitorrinco cultural

Talvez a mais evidente de todas as contradições australianas será o facto de se tratar um Estado que não se encaixa culturalmente em nenhuma das regiões que o circunda, sendo uma espécie de navio errático afundado no lado errado da Terra (Kelly, 2001) ou, adicionamos, um animal, como o endémico ornitorrinco, que é quase o único mamífero ovíparo em toda a *faunae* conhecida.

Huntington (1999) denominou a Austrália de país dilacerado “com uma única cultura dominante que determina a pertença a uma civilização, mas cujos dirigentes querem que passe para outra civilização” (1999, p.161). Huntington defende ainda que “a economia ultrapassa a cultura na construção dos destinos das nações” (1999, p. 177), embora argumente não existirem, em finais do século XX, indícios de que a Austrália viesse a tornar-se num país asiático, mesmo que os seus dirigentes insistam em tal tropismo. Huntington considera, aliás, que apesar de algumas tentativas de “asiatização”, a Austrália tem-se mantido culturalmente mais próxima dos EUA do que de qualquer outro país asiático (1999, p.180) – situação que estrategicamente poderá tornar-se ainda mais vincada nos próximos tempos, em face da competição sino-americana observada na Ásia-Pacífico (Campbell, 2010; Clinton, 2011), mesmo que a Austrália procure um maior conhecimento relativamente à Ásia (Commonwealth of Australia, 2012).

No entanto, Evans contrapõe o conceito de dilacerado ao de estatuto limiar – que empresta de Higgot e Nossal (Evans, 2005) – um país entre localizações. Ainda na senda da

contradição identitária australiana, Kelly (2011) aflora igualmente a noção de “nação para um continente” e o carácter específico da identidade australiana, adequando os vários tropismos ao contexto histórico-regional vivido: se Paul Keating procurou tornar a Austrália mais asiática, enquanto reflexo da ascensão económica de várias economias nos anos 90, Howard refocalizou as suas políticas na aliança com os EUA, enquanto reação à crise asiática de 1997.

1.2. Posicionamento estratégico australiano: principais correntes

Dilemática e contraditória, a Austrália tem, pois, desenvolvido várias correntes ou escolas de política externa e de defesa que expressarão particularmente bem os debates internos e os tropismos que têm atravessado a sua existência (Elliott *et al.*, 2008). Referindo que a Austrália não tem uma região, Lyon (2007) confere ênfase ao que conclui ser a procura de um equilíbrio entre os interesses continentais, regionais e globais, evidenciando a existência de três escolas de posicionamento estratégico:

- i) os globalistas – centrados na noção de que a segurança do país é determinada pela ordem global, apelando, por isso, a uma extroversão da política externa e de defesa do país;
- ii) os regionalistas - que colocam a Austrália como fazendo parte da Ásia-Pacífico e que terão estado na origem da postura de *forward defense*, que justificou o envio de forças expedicionárias para um arco de ilhas próximo (o *sea-air gap*);
- iii) e, por fim, os continentalistas, defensores de uma *continental defense* – os que se tornam mais proeminentes em períodos de paz, embora partilhem de alguns princípios da *forward defense* – o destacamento preventivo de forças militares australianas para lá do *sea-air gap*, como aconteceu na II Guerra Mundial (Evans, 2005 e Lyon 2007).

Em qualquer uma das correntes, a prioridade deve ser sempre colocada na vizinhança imediata. (2007)

Complementarmente, Evans considera existirem três tradições na política externa australiana, que, não sendo mutuamente exclusivas, refletem, igualmente, a postura de defesa do continente-ilha:

- i) a tradição Menzies, homónima do Primeiro-Ministro que a articulou, conservadora e ancorada num reforço do relacionamento com as potências anglo-saxónicas e na criação de zonas tampão que impedissem uma

eventual invasão militar asiática – o que viria a denominar-se igualmente de “Doutrina Menzies”;

- ii) a tradição Evatt, associada aos Trabalhistas, de apologia do internacionalismo, dando preferência ao multilateralismo e a causas transnacionais (como as questões nucleares³⁰);
- iii) a tradição Spender-Casey ou Keating, com maior enfoque nas questões regionais, sendo de notar que, de acordo com Schultz (2012), foi no mandato de Keating que se observou uma maior aproximação aos Estados insulares do Pacífico, desde o fim do período colonial.

2. AS ILHAS DO PACÍFICO: O CONTINENTE ESQUECIDO

2.1. Uma questão de nome

Outrora a última fronteira de conquista de território pelas potências coloniais europeias e frequentemente batizado de “continente esquecido” (Dasque, 2011), a vasta região insular do Pacífico parece ser objeto de debate, relativamente à sua nomenclatura, oscilando entre a Oceânia, o Pacífico sul, sudoeste do Pacífico, Ilhas do Pacífico ou Pacífico insular.

Fry e Kabutaulaka (2008) utilizam tanto as noções de Pacífico como Oceânia, compreendendo uma área com extensão superior ao continente africano e albergando catorze Estados independentes (Fiji, Kiribáti, Nauru, Papuásia Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu) e cinco Estados “associados” (as Ilhas Cook, os Estados Federados da Micronésia, as Ilhas Marshall, Niue e o Palau). Extirpando da lista o arquipélago do Havai (e Guam), parte integrante dos EUA, mas geograficamente pertencente à Oceânia, notamos que esta catalogação evita o termo “sul”, pois que a Micronésia, as Ilhas Marshall, o Palau, parte de Nauru e do Kiribáti se situam no Pacífico norte.

Dasque (2011) apresenta uma perspetiva mais abrangente do que considera ser “[l]es États insulaires du Pacifique Sud”: compreendendo um espaço que se estende desde a linha de Wallace³¹ até às costas americanas, englobando 33 milhões de Km² de extensão, dos quais apenas 568 mil Km² representam terra firme (e incluindo aqui a Papuásia Ocidental, território que integra, atualmente, a República da Indonésia). Esta denominação poderá colidir, não em designação, mas em substância, com a definição mais lata de Bacia do Pacífico, explorada por Schultz (2012) e presente na definição alargada de Ásia-Pacífico,

³⁰ Vide Schultz (2012) e Mrgudovic (2006) relativamente ao envolvimento da Austrália nas campanhas pelo fim dos ensaios nucleares na Polinésia Francesa.

³¹ Fronteira biogeográfica que divide o arquipélago indo-malaio sensivelmente entre as ilhas indonésias de Bali e Lombok.

conclusões de Mendes (2009) para tentativa de resolução do dilema de classificação de um Estado, notamos a natureza política das classificações regionais – o que é subscrito, aduzimos, por Mrgudovic. Parece-nos particularmente pertinente a asserção de que as classificações regionais não deixam de “representar uma certa “mundivisão” australiana” (Mendes, 2009, p. 72), o que, no âmbito da avaliação do *smart power* australiano a que nos propomos, poderá ser mais útil do que outras classificações, dado que permitirá compreender, julgamos, essa “mundivisão” e, assim, aprofundar o esforço analítico³³.

De ressaltar, ainda, a existência do termo Australásia, destrinçando a Austrália e a Nova Zelândia das restantes ilhas, o que transportará conotações adicionais e divisionismos de natureza política “passadista”, como refere Mrgudovic (2006). Conceito geográfico, económico e geoestratégico forjado por anglo-saxónicos no século XIX, aquando do estabelecimento de condomínios com outras potências coloniais europeias (mormente a França e a Alemanha), o termo Australásia compreende o complexo australo-neozelandês ou eixo trans-tasmaniano e, enquanto se manteve como colónia australiana, a PNG, sorte de principais bastiões da presença colonial britânica na região (2006). A Australásia poderá, contudo, ser um termo útil, não só para apartar o complexo australo-neozelandês das Ilhas do Pacífico – onde, depois da independência, em 1975, se inclui a PNG – como para abordar as causas subjacentes ao comportamento australiano de *Big Brother* no Pacífico insular (Kelsey, 2004; Argounès, 2006).

Optamos pela utilização mais comumente efetuada por australianos – Ilhas do Pacífico, Pacífico insular, Estados insulares do Pacífico –, refletindo não só o *modus cogitare* da Austrália, que se projeta na região como potência regional (Bopp *et al.*, 2007), como o que transparece da perceção dos ilhéus (Ratuva, 2008), que exclui a Austrália e inclui a Nova Zelândia apenas de forma marginal, como veremos. Para nos referirmos exclusivamente aos pequenos Estados insulares do Pacífico, escusamo-nos, pois, tanto quanto possível, a utilizar o termo “Oceânia”, porquanto este englobará formalmente a Austrália e a Nova Zelândia. Dispensamos igualmente o termo “Pacífico sul” – já descartado pela região, quando se alterou o nome do mais emblemático organismo regional, o Fórum do Pacífico Sul, para Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), em 1999 –, por o considerarmos geograficamente incorreto. Neste contexto, cumprirá mencionar que, por exemplo, o intervencionismo australiano, registado na última década, bem como programas de

³³ De referir que, não obstante algumas alterações muito recentes (Bateman, Bergin & Channer, 2013; Schultz, 2012), a produção académica australiana tende a definir um espaço determinado como “Timor-Leste e as Ilhas do Pacífico” (*Vide* a título exemplificativo Dobell, 2003), classificação que procurará, cremos, colocar Timor-Leste numa região “australocêntrica”.

assistência e de vigilância marítima, têm incluído países pertencentes geograficamente ao norte do Pacífico (Hughes, 2003; Dinnen, 2004; Fry & Kabutaulaka, 2008).

2.2. Uma região caleidoscópica

2.2.1. Prisma Político

Pese embora a dificuldade de estabelecimento de fronteiras definidas nesta região (*Vide Bopp et al.*, 2007), plenas de complexidade, variedade e peculiaridades, as Ilhas do Pacífico são aqui tentativamente circunscritas a todas as ínsulas do Oceano Pacífico, excluindo as que se encontram muito próximas de massas continentais ou a sul da Nova Zelândia. Possessões que façam parte de Estados da Bacia do Pacífico (como o Havai, a Ilha da Páscoa, Galápagos, Norfolk e Ilhas Chatman) não se incluirão nesta delimitação do Pacífico insular por serem parte integrante desses Estados, estando, por isso, politicamente excluídas. Ex-colónia australiana, a PNG é incluída, ao passo que a Papuásia Ocidental, integrando a Indonésia, é politicamente excluída, assim como Timor-Leste, geopoliticamente inserido no sudeste asiático (Guedes, 2005; Schultz, 2012).

Politicamente, o Pacífico poderá ser definido como estando relacionado com a pertença a um de dois organismos regionais: o FIP³⁴ ou a Comunidade do Pacífico³⁵, excluindo as potências metropolitanas (Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia e EUA) (Schultz, 2012).

Apresentando a maior concentração de microestados do mundo – da maior importância na angariação de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas –, o Pacífico insular continua a ser uma sorte de último bastião do colonialismo novecentista, já que um terço das suas entidades políticas permanece, com maior ou menor sofisticação semântica, dependente de países-metrópole (incluindo países da região, como será o caso de Niue, relativamente à Nova Zelândia) (2012).

De entre os Estados independentes – grande parte tardiamente descolonizada³⁶ –, prolifera a heterogeneidade, cuja amplitude vai desde a monarquia tendencialmente absolutista (Tonga), até à República. Vários dos Estados do Pacífico³⁷, fruto da sua ligação colonial, continuam a ter Isabel II de Inglaterra como Chefe de Estado, integrando também a *Commonwealth*. Por outro lado, a União Europeia – e, mormente o Euro – estende-se territorialmente até ao Pacífico insular, já que a Nova Caledónia, a Polinésia Francesa e os

³⁴ Organismo inicialmente denominado de Fórum do Pacífico Sul, criado em 1971, compreendendo a Austrália, as Ilhas Cook, os Estados Federados da Micronésia, as Fiji, o Kiribáti, Nauru, Niue, a República das Ilhas Marshall, a Nova Zelândia, o Palau, a PNG, Samoa, as Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

³⁵ Para além dos referidos anteriormente, a Comunidade do Pacífico inclui ainda a Samoa Americana, a França, a Polinésia Francesa, Guam, a Nova Caledónia, as Marianas do Norte, as Ilhas Pitcairn, Toquelau, os EUA e Wallis e Futuna.

³⁶ Entre finais dos anos 60 e anos 80 do século XX.

³⁷ Designadamente as Fiji, Kiribáti, Ilhas Salomão, PNG, Nauru, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu (para além da Austrália e da Nova Zelândia).

arquipélagos de Wallis e Futuna são territórios ultramarinos franceses. Os EUA possuem ainda algumas dependências na região, bem como o Reino Unido, que mantém Pitcairn sob a sua soberania.

Entidade	Capital	Terra emersa (Km ²)	ZEE (Km ²)	População [ano]	PIB (USD) [ano]	Estatuto Político
Estados Federados da Micronésia	Pohnpei	702	2,9 milhões	110 000 [2012]	269,7 milhões [2009]	Estado associado
Fiji	Suva	18 300	1,3 milhões	900 000 [2010]	3,3 mil milhões [2011]	República independente
Guam	Agaña	544	221 504	183 286 [2011]	n.d.	Território dependente
Ilhas Cook	Rarotonga	236	1,8 milhões	13 200 [2009]	206,5 milhões [2009]	Estado associado
Ilhas Marianas do Norte	Saipan	464	758 121	40 050	633,4 milhões [2000]	Território dependente
Ilhas Pitcairn	Adamstown	47	842 000	48 [2011]	n.d.	Território dependente
Ilhas Salomão	Honiara	28 900	1,6 milhões	500 000 [2010]	770 milhões [2011]	Monarquia constitucional
Kiribáti	Tarawa	811	3,6 milhões	100 000 [2010]	163 milhões [2011]	República independente
Nauru	Yaren	21	320 000	9 771 [2009]	55 milhões [2009]	República independente
Niue	Alofi	260	390 000	1 536 [2009]	15,8 milhões [2009]	Estado associado
Nova Caledónia	Nouméa	18 600	1,4 milhões	245 580	8,9 mil milhões	“Coletividade especial”
Palau	Koror	458	600 900	20 397 [2009]	179,6 milhões [2009]	Estado associado
Papuaásia Nova Guiné	Port Moresby	463 000	3,1 milhões	6,5 milhões [2010]	11 mil milhões [2011]	Monarquia constitucional
Polinésia Francesa	Papeete	4000	4,8 milhões	267 000 [2009]	5,6 mil milhões	Território ultramarino francês
República das Ilhas Marshall	Majuro	181	2,1 milhões	54 000 [2009]	161,7 milhões [2008]	Estado associado
Samoa	Apia	2 944	120 000	187 000 [2010]	606 milhões	República independente
Samoa Americana	Pago Pago	199	404 391	67 242 [2011]	462,2 milhões [2005]	Território dependente
Toquelau	Centros administrativos em cada atol	12	319 031	1 384 [2011]	n.d.	Território dependente
Tonga	Nuku'alofa	748	700 000	103 000 [2010]	378 milhões [2011]	Reino independente
Tuvalu	Funafuti	26	757 000	11 093 [2009]	32 milhões [2010]	Monarquia constitucional
Vanuatu	Port Vila	12 200	680 000	200 000 [2010]	767 milhões [2011]	República independente
Wallis & Futuna	Mata-Utu	142	258 269	15 398 [2011]	n.d.	Território dependente

Tabela 1
 Entidades do Pacífico
 Fonte: Herr & Bergin, 2011, p. 8-9

2.2.2. Prisma geográfico

Marcadas pela insularidade – inseridas no maior oceano do mundo, mas incluindo, também, os Estados mais pequenos do mundo, em termos de território emerso –, as Ilhas do Pacífico exibem grande variedade geográfica. Estendendo-se no denominado Anel de Fogo do Pacífico, a grande maioria apresenta características vulcânicas e intensa atividade sísmica. Na PNG, os cumes cobertos de neve contrastam com os atóis e lagoas internas típicas da Polinésia (Herr & Bergin, 2011).

Terra emersa é um bem cada vez mais escasso: das vinte e duas entidades políticas da região, menos de um terço possui mais de 1 000 Km² (Herr & Bergin, 2011). Esta assimetria no rácio terra-mar, associada a fenómenos ambientais, como a subida do nível médio da água do mar, e a alterações do sistema internacional de regulamentação de jurisdições marítimas (designadamente a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar) têm contribuído para a emergência de fragilidades e, simultaneamente, de oportunidades para as ínsulas do Pacífico. Com efeito, o Direito do Mar vigente confere vastíssimas regiões marítimas, plenas de recursos haliêuticos³⁸. A título exemplificativo, refira-se que as Ilhas Marshall, com apenas 182 Km² de território emerso, possuem uma ZEE que ascende aos 2,1 milhões de Km² (2011, p.10).

2.2.3. Prisma económico

Se o potencial de exploração destas águas não tem escapado à atenção de Estados como a Austrália (e, no passado, a União Soviética), a sua exiguidade territorial tem colocado entraves ao desenvolvimento económico dos Estados e entidades do Pacífico insular. Para além da distância física, relativamente a grandes mercados e dos elevados custos de transporte (os custos da insularidade remota), as dimensões territoriais de grande parte das Ilhas do Pacífico tem impedido a formação de economias de escala (Herr & Bergin, 2011), tornando-as excecionalmente dependentes da ajuda externa – o que também explica a proeminência australiana na região, bem como alguma competição sino-taiwanesa, vigente até muito recentemente³⁹. A fragilidade económica será também visível na permeabilidade das Ilhas a aliciamentos externos. De acordo com Joseph Nye, em 2009, a Rússia terá alegadamente pago 50 milhões USD a Nauru para que reconhecesse as províncias da Abecácia e Ossétia do sul (Geórgia). Por seu turno, a China terá pago cerca de 5 milhões USD anuais ao Nauru para que este continue a reconhecer Pequim e não Taipé (Nye, 2012, p. 97-98).

³⁸ De acordo com Mrgudovic, cerca de 70% do atum pescado em todo o mundo provém do Pacífico (Mrgudovic, 2006, p. 74)

³⁹ *Vide infra*.

Dependentes, igualmente, do comércio externo, das remessas de emigrantes e, em casos específicos (como as Fiji) do turismo, algumas das Ilhas do Pacífico ancoram as suas economias em recursos florestais (como é o caso da PNG e Ilhas Salomão), minerais (cobre, ouro) e haliêuticos⁴⁰, sendo frequente a identificação dos sintomas da denominada “maldição dos recursos”, que terão contribuído para acelerar algumas crises políticas, sendo o caso do conflito secessionista de Boungaiville, em torno da mina de Panguna, o mais visível (Schultz, 2012). Ainda a título de exemplo, recordemos o Nauru, Estado que logo após a independência, em 1968, chegou a ter o segundo PIB *per capita* mais elevado a nível mundial, fruto da exploração de fosfatos. Esgotadas as reservas de rocha fosfática, o pequeno Estado insular de cerca de 10 000 habitantes entrou em insolvência em finais da década de 90, permanecendo particularmente dependente do apoio financeiro australiano (Fry & Kabutaulaka, 2008).

No plano agrícola, as ínsulas do Pacífico dependem fortemente da exportação de açúcar, óleo de palma, copra, café, frutas, vegetais, carne bovina e kava⁴¹, enquanto este não foi ilegalizado. As políticas protecionistas europeias, sobretudo após o fim da vigência dos acordos de Lomé e Cotonou, e o corte de subvenções canalizadas pela Austrália – através do Grupo de Cairns - penalizariam fortemente a indústria do açúcar nas Fiji, provocando alguma instabilidade político-social (Schultz, 2012).

Verifica-se que também no plano socioeconómico as Ilhas do Pacífico exibem assimetrias extremas. Grande parte dos arquipélagos são considerados pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como “*developing*”, enquanto o Banco Mundial as cataloga de “*lower middle income*”. Territórios ultramarinos ou politicamente dependentes, como é o caso da Nova Caledónia ou das Ilhas Cook, são considerados “*high income*” ou em escalão muito próximo (Schultz, 2012).

As Ilhas do Pacífico exibem o que é frequentemente denominado de “Paradoxo do Pacífico”: apesar de fluxos maciços de ajuda financeira, sobretudo australiana, mesmo os países dotados de abundantes recursos naturais continuam a exhibir fracos desempenhos económicos (Fry & Kabutaulaka, 2008; Herr & Bergin 2011; Schultz, 2012). Acresce ainda que, por vezes, estes arquipélagos servem-se da sua pequenez para vender ativos menos ortodoxos, designadamente a criação de paraísos fiscais frequentemente associados a sindicatos do crime internacional (como Nauru e o Vanuatu), a venda de pavilhões, domínios de internet e até de passaportes (Schultz, 2012).

⁴⁰ Embora Herr e Bergin (2011) advertam para a porventura excessiva importância conferida à possibilidade de alguma flora e fauna marinhas poderem vir a ser extensamente utilizadas na indústria biomédica e farmacêutica.

⁴¹ Espécie de pimenta com efeitos tranquilizantes cuja comercialização foi banida na Austrália e na União Europeia (Schultz, 2012).

2.2.4. Prisma Demográfico-Cutural

Em termos populacionais, as Ilhas do Pacífico caracterizam-se pela rarefação humana em termos genéricos – pese embora a elevada taxa de natalidade (Schultz, 2012). Cerca de 9,7 milhões de pessoas encontram-se distribuídas de forma heterogénea: a PNG com 6,5 milhões de habitantes, sendo uma sorte de “gigante populacional” e territorial, contrastando com os cerca de 10 000 nauruanos (Dasque, 2011). Também a densidade populacional se caracteriza pela assimetria, destacando-se os 17 habitantes por Km², nas Ilhas Salomão, e os 380 habitantes por Km², no Tuvalu (2011).

Embora, etnograficamente, a tradicional divisão das Ilhas do Pacífico possa ser objeto de discussão, da literatura consultada, o tríptico Micronésia, Polinésia e Melanésia parece surgir como uma constante, sobretudo enquanto tentativa de catalogação das sub-regiões do Pacífico, sob lentes australianas, tendo em consideração certas características sociopolíticas, culturais e mesmo de âmbito securitário.

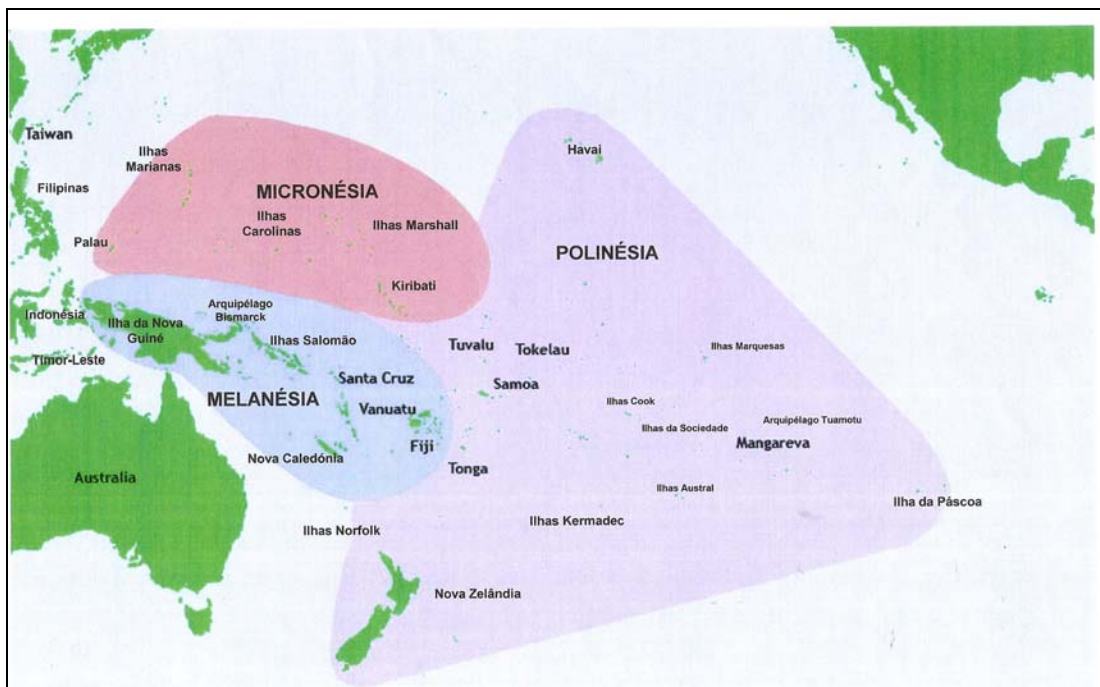


Ilustração 3

Melanésia, Polinésia e Micronésia

Fonte:

<http://www.giraffedays.com/wp-content/uploads/2013/03/south-pacific-islands.jpg>

- A Micronésia, que compreende os Estado Federados da Micronésia, as Ilhas Marshall, Kiribáti, Nauru, Palau, as Marianas do Norte e Guam, surge como uma faixa equatorial de pequenos Estados, genericamente dirigidos por chefes aborígenes, cujo poder é de natureza hereditária (Bopp *et al.*, 2007; Herr & Bergin, 2011). Com grande influência da cultura polinésia, a Micronésia destaca-se dos restantes conjuntos

insulares do Pacífico, pelo facto de acomodar uma maior percentagem de populações de origem asiática, fruto de migrações sino-taiwanesas e do passado colonial nipónico em algumas das ínsulas (Dasque, 2011).

- A Polinésia consiste num gigantesco triângulo de arquipélagos equatoriais a norte da Melanésia, que compreende o Havai, a Nova Zelândia, a Ilha da Páscoa, a Samoa, a Tonga e a Polinésia Francesa. Distinguem-se dos restantes grupos pela relativa uniformidade linguística e cultural e pela estabilidade política, cujo exemplo máximo será a monarquia da Tonga (Bopp *et al.*, 2007; Herr & Bergin, 2011).

- Invocando, no seu étimo latino, a negritude da epiderme dos seus aborígenes, a Melanésia estende-se desde o norte da Austrália até ao Estado *pivot* das Ilhas Fiji – por se dividir culturalmente entre áreas polinésias e melanésias e ser o único Estado da região em que uma etnia não autóctone (indo-fijianos) representa mais de 40% da população (Schultz, 2012) –, incluindo o Vanuatu, as Ilhas Salomão, a Nova Caledónia e a PNG, sendo a sub-região mais vasta em termos de território emerso e em termos populacionais (Bopp *et al.*, 2007 e Herr & Bergin, 2011). As sociedades melanésias, por contraste com as polinésias, são profundamente fragmentadas em termos linguísticos – só na PNG persistirão mais de 750 das 1000 línguas faladas em todo o Pacífico insular (Lynch & Mugler, 1999, p. 3).

Sob o prisma sociológico, os Estados da Melanésia apresentam algumas similitudes, designadamente a prevalência do cristianismo, trazido pelos missionários protestantes e católicos desde o século XVIII e que até hoje desempenha um papel económico e social considerável, sobretudo devido à rarefação dos serviços de saúde e de educação disponibilizados por grande parte dos Estados melanésios (Dasque, 2011).

Na Melanésia, é também generalizada a cultura do *Big Man* – em que o estatuto de um chefe é obtido ou mantido através da demonstração de capacidades que gerem respeito e distribuição de recursos materiais e políticos aos “subordinados” –, associada à *Cargo Culture* ou *Cargo Cult* – dependência material e espiritual do *Big Man* e da proteção de entidades divinas e semidivinas – e o *Kastom* (costume), em que os laços familiares e tribais se sobrepõem a todos os outros (Argounès 2006; Bopp *et al.*, 2007; Dasque, 2011; Schultz, 2012). Estas características, a que se somam o fenómeno *quasi*-natural da corrupção endémica, a falta de recursos humanos qualificados, e ainda um conjunto de circunstancialismos externos, explicariam a emergência de um “arco Melanésio” de

instabilidade, onde os Estados, sob o ponto de vista Ocidental do termo⁴², têm revelado, sobretudo desde 2000, alegada incapacidade de gestão de crises de natureza político-securitária, permeabilizando sucessivas intervenções australianas (Argounès, 2006, Fry & Kabutaulaka, 2008).

Atendendo a esta particular atenção, conferida por Camberra à Melanésia – que, numa asserção mais lata, englobará, inclusivamente, toda a região leste do arquipélago indonésio, a partir da linha de Wallace/Pequenas Sundas –, bem como às suas características intrínsecas e relações de tensão com a Austrália, esta sub-região do Pacífico insular será, pois, alvo de especial enfoque analítico e terreno privilegiado de observação do *smart power* australiano nas Ilhas do Pacífico.

3. A AUSTRÁLIA E AS ILHAS DO PACÍFICO ATÉ 2000

3.1. Interesses e Perspetiva australianos

Considerada como uma tentativa potência hegemónica regional (Ishizuka, 2004; Bopp *et al.*, 2007), a Austrália, não é, contudo, considerada, tanto por ilhéus como por australianos, como um Estado pertencente ao Pacífico insular. É, aliás, frequentemente excluída das representações gráficas dos três grandes agrupamentos sub-regionais do Pacífico, ao contrário do que acontece com a Nova Zelândia, normalmente incluída na Polinésia. Este fenómeno parece relacionar-se diretamente, numa relação de causalidade bidirecional, atendendo à singularidade identitária da Austrália, relativamente à sua frente norte (Ásia) e leste (Pacífico insular). Como referem Herr & Bergin (2011), subsiste uma perspetiva bifocal da Austrália: sendo o Estado mais desenvolvido dos FIP, a Austrália é um intruso (“*outsider*”), o que nos parece reforçar ainda mais o seu complexo de isolamento. Sintomaticamente, na visão dos ilhéus, as potências do Pacífico são a PNG e as Fiji (2011).

No entanto, a Austrália tem assumindo um papel de protagonista na região, assente numa dupla lógica: por um lado, “australocêntrica” e de interesse exclusivo, tendo em consideração questões de natureza de defesa do continente – constituindo a Melanésia a linha primária de proteção – e, por outro lado, num plano geoestratégico mais alargado, de apoio à potência protetora e de manutenção das rotas comerciais na *Transpacific Zone* que descreve Nicholas Spykman⁴³.

⁴² Nomeadamente o respeito pelo princípio do monopólio do uso legítimo da força, de Max Weber (Fry & Kabutaulaka, 2008)

⁴³ Geostrategista norte-americano de origem neerlandesa, considerado como o “pai” das doutrinas de *Containment* (contenção) da Guerra-fria, Spykman considerou a Austrália como um *Offshore Continent*, dependente da situação nas bacias marítimas do sudeste e nordeste asiático. Spykman considerou ainda toda a região do Pacífico (*Transpacific Zone*) como fundamental para a segurança dos EUA sendo uma via de comunicação e comércio e não apenas uma barreira (Spykman, 1970).

As Ilhas do Pacífico e a sua defesa, em sorte de Doutrina Monroe para a Australásia (Schultz, 2012), possuem uma relevância de natureza seminal para a constituição da Federação australiana. Na primeira Conferência relativa ao estabelecimento de uma Federação, realizada em Sydney, em 1883, a oposição ao colonialismo francês e alemão na região do então denominado “Pacífico sul” foi amplamente debatida (Dobell, 2012). Posteriormente, seria incluída na Constituição australiana uma cláusula, vigente até hoje, que confere a Camberra a responsabilidade de gestão das relações entre a *Commonwealth* e as Ilhas do Pacífico, tratando as questões da região como de âmbito doméstico e não externo (Wainwright, 2003).

Durante o período da Guerra-fria, e em especial após a celebração do Pacto ANZUS e, mais tarde, da Doutrina Nixon ou Doutrina Guam⁴⁴, a Austrália adquiriria responsabilidade delegada de manutenção de uma sorte de *pax australiana* no seu “quintal”, frequentemente designado por “*our patch*” (“a nossa área”). Apesar de apartado dos holofotes mediáticos internacionais o Pacífico insular e o eixo australo-neozelandês têm sido considerados como regiões de *access denial* a poderes externos, tendo-se transformado numa região de importância geoestratégica no quadro da contenção prevalecente durante a Guerra-fria, em que as Ilhas do Pacífico estiveram sob esfera de influência do Bloco Ocidental.

Tal não evitaria as tentativas incursões por parte da União Soviética, que perspetivaria, na região, o tentativo contorno de um “cordão sanitário”, marcado pela presença de bases militares, tal como explícito nas teorias geopolíticas de Alfred Thayer Mahan⁴⁵ e, décadas mais tarde, na Doutrina Truman⁴⁶. Assim se compreende a iniciativa soviética de apoio à exploração de recursos haliêuticos do Kiribáti, extenso Estado do ponto de vista marítimo, a que se adiciona o geoposicionamento equatorial, favorável à construção de plataformas de lançamento de satélites, motivos geoestratégicos que terão levado Camberra a procurar afastar a influência soviética sobre Tarawa (Windybank, 2007).

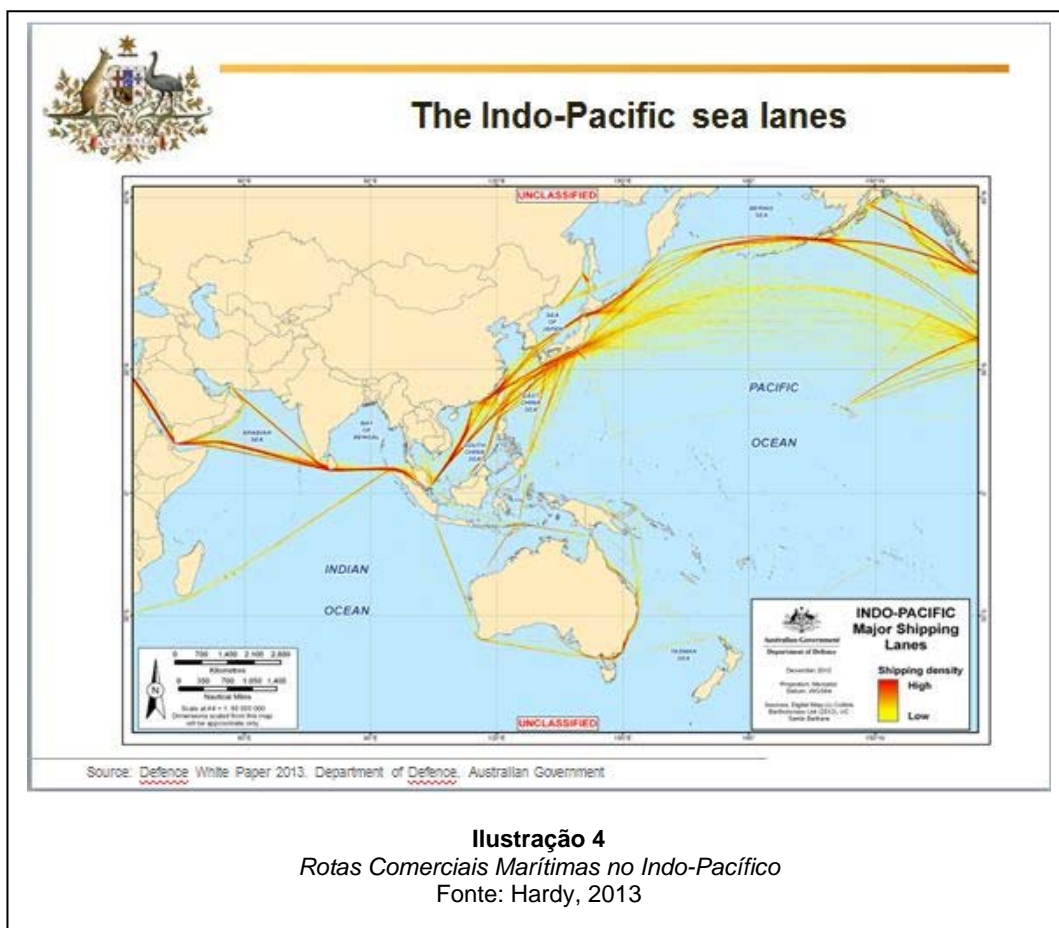
Efetivamente, a extrema periferia das Ilhas do Pacífico não parece camuflar a sua importância geoestratégica, como será evidente pela forte presença militar norte-americana no Pacífico norte. Para além das rotas comerciais do Pacífico, derivadas ou não do Canal do Panamá e subsidiárias dos estreitos do sudeste asiático – com especial destaque para o

⁴⁴ Doutrina expressa em 1969, quando a situação no Vietname se deteriorava, e na qual o Presidente norte-americano asseverava manter o compromisso de assistência militar aos seus aliados, embora fosse exigido que estes assumissem o papel primordial da sua defesa, em caso de ataque direto. (Vide Tomé, 2010)

⁴⁵ Recordemos que Mahan, Almirante norte-americano e geostrategista do poder naval, antecipou a importância crucial das dinâmicas de poder asiáticas para a segurança dos EUA, tendo o seu contributo sido decisivo na expansão da marinha norte-americana no Oceano Pacífico, designadamente com o estabelecimento de bases no Havai, no arquipélago das Midway, Filipinas e Samoa, o que ocorreu entre 1898 e 1908 (Green, 2010; Mahan, S/ Data).

⁴⁶ Relativa à contenção da União Soviética, a Doutrina Truman foi enunciada pela primeira vez em 1947, depois da vaga de “sovietização” da Europa (Tomé, 2010).

Estreito de Torres, entre a Austrália e a PNG⁴⁷ –, as Ilhas do Pacífico podem ser encaradas como “porta-aviões estacionários”, onde proliferam bases de lançamento de mísseis e radares particularmente palatáveis para as grandes potências – serviços geoestratégicos que os ilhéus tendem a trocar por recursos financeiros (Schultz, 2011, p. 80).



Para a Líbia – que encetou uma aproximação às Ilhas do Pacífico, ainda na década de 80, na senda do apoio à “libertação” de territórios não autónomos –, ou para a França – que observou, na Polinésia, um campo de testes nucleares alternativos à Argélia – e mesmo outros Estados⁴⁸, em busca da expressividade dos 14 votos que os Estados independentes da região podem significar, em sede da Assembleia Geral das Nações Unidas, as Ilhas do Pacífico sempre se revestiram de uma importância assimétrica, contextualizada, circunstancial. Mas não para a Austrália, cuja proximidade imediata ou vizinhança próxima se impõe como inevitabilidade geográfica incontornável, do ponto de vista estratégico. A sua importância é, aliás, de novo reconhecida no último Livro Branco de Defesa, onde,

⁴⁷ Para uma noção da importância do entrecruzamento de rotas de comércio marítimo, refira-se que, para os EUA, o Pacífico representa um fluxo comercial adicional de 30% por comparação com o comércio transatlântico (Tomé, 2010).

⁴⁸ Estados asiáticos, como o Japão (que chegou a ter possessões coloniais na Micronésia), a República da Coreia, a Malásia, a China, Taiwan e Indonésia têm, com oscilações, vindo a procurar estabelecer parcerias com as Ilhas do Pacífico (Windybank, 2007).

reciclando a tendência australiana para o estabelecimento de conceitos em torno de arcos arquipelágicos, para além do estabelecimento de um novo arco (do Indo-Pacífico, que abrange, *grosso modo*, sudeste asiático e o Índico oriental), recupera o seu “quintal estratégico”, como segundo anel imediato de defesa do continente (Ayson, 2013; Commonwealth of Australia, 2013b).

Observando a extensa análise de Herr e Bergin (2011), deparamo-nos, coincidentemente, com a manutenção dos mesmos interesses estratégicos australianos no Pacífico – em franco decalque dos interesses do que denominam de “Grandes Potências” para se reportar aos EUA. Se, ainda no período da Guerra-fria “[t]he principal postcolonial great power strategic objectives in the region consist primarily of military facilities for projecting power outside the region, activities to protect sea lanes through the region, and the strategic denial of island territory to potential enemies” (2011, p. 13), na atualidade, e mesmo não existindo potencial de conflito direto pelo controlo de rotas e recursos (como no mar do sul da China), “[t]he strategic interest in regional sea lanes for the immediate future is less for the protection of commerce and more for military access to the Asian littoral, at least from the perspective of the US and most of her allies.” (p. 17)

Contudo, ao contrário do tropismo asiático (o “*front yard*”) (AA.VV., 2007) que sempre foi percecionado como origem de preocupações de natureza securitária e, portanto, alvo de atenções redobradas por parte do *establishment* federal australiano, o “*backyard*”, ou o seu “quintal” (2007), tem sido objeto de oscilações, quanto ao enfoque mais ou menos privilegiado que lhe vem sendo conferido. Com efeito, apesar de se tratar da sua vizinhança próxima e dos interesses de exclusão de potenciais forças hostis e de exploração dos recursos económicos das Ilhas do Pacífico, a Austrália vem demonstrando um padrão dicotómico de aproximação e indiferença cíclicos, parecendo assentes numa política *ad hoc*, dependente das personalidades no poder e meramente reativa às crises políticas e securitárias nas ínsulas, pouco consentâneo com a importância que lhes é, em teoria, concedida por Camberra. Schultz (2012) explora aprofundadamente esta matéria, abrangendo um longo período (1988-2007), no qual deteta fases em que uma crise origina uma maior aproximação ao Pacífico, seguida de uma fase de desilusão e posteriormente de estagnação (ou desinteresse).

3.2. “Quintal” Negligenciado?

No final dos anos 80, o primeiro golpe de Estado nas Fiji, em 1987, seguido dos primeiros sinais de guerra secessionista em Bougainville (PNG), em 1988⁴⁹, tomariam Camberra

⁴⁹ Entre 1988 e 1997, entre 10 000 e 20 000 pessoas foram mortas na sequência de um conflito secessionista no arquipélago de Bougainville (mais próximo das Ilhas Salomão do que da PNG) onde operava, desde 1972, a

alegadamente de surpresa, já que, no quadro pós-colonial, subsistiria a imagem de que as Ilhas do Pacífico seriam particularmente estáveis. Estas duas crises levariam a um maior engajamento da Austrália, plasmada na doutrina de *Constructive Commitment*, esboçada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans. Baseada no estrito respeito pela soberania dos Estados do Pacífico, no estreitamento de laços bilaterais e em programas de assistência económica, a *Constructive Commitment* daria, simultaneamente, continuidade ao objetivo de tornar a região “free from destabilising activity by any external power or group” (Schultz, 2012, p. 94), estando Evans ciente da possibilidade de o conflito em Bougainville poder vir a ser explorado pela União Soviética, a China e Taiwan. No entanto, a *Constructive Commitment* estaria condenada por uma série de *faux-pas*, de entre os quais se destaca o apoio militar fornecido por Camberra a ambos os lados do conflito secessionista (2012, p. 138), regressando posteriormente a Austrália à fase de desilusão e afastamento.

O período seguinte, entre 1993 e 1996, seria profundamente marcado pela ascensão de algumas economias asiáticas e pela consequente emergência de um paradigma de cooperação australiana, assente no auxílio à ultrapassagem do “Paradoxo do Pacífico”. Verificado o insucesso da simples transferência de fundos⁵⁰ e tornando-se dispensável a manutenção de ativos geoestratégicos na região, com o fim da Guerra-fria, os países do Pacífico tornaram-se economicamente ainda mais vulneráveis ao processo de globalização económica. A Austrália, com respaldo internacional do Banco Mundial, viria a apostar em programas de ajuda financeira, assentes no “racionalismo económico” e no controlo apertado das despesas públicas das insulas (Schultz, 2012).

Esta nova fase no relacionamento entre a Austrália e o Pacífico, sempre enquadrada pelo carácter cíclico de uma maior ou menor aproximação, seria marcada, no seu início, pela criação de um Ministério do Pacífico, pasta tomada por Gordon Bilney, cujo longo percurso, pessoal e profissional de envolvimento nas Ilhas do Pacífico, auguraria uma fase de aprofundamento das relações entre Camberra e o Pacífico insular. Todavia, o desenvolvimento de políticas de ajuda ao desenvolvimento, com base em profundas reformas económicas, ligadas diretamente a exigências de natureza política (“*aid with strings attached*”), viria a gerar fricções com os países do Pacífico, que percecionavam uma discrepância entre os princípios articulados por Bilney e o que consideravam ser meros pretextos para a defesa dos interesses económicos australianos, sob a roupagem de um

maior mina de cobre do mundo, Panguna, explorada pela mineralífera australiana Rio Tinto. O conflito opôs o Governo de Port Moresby e o Exército Revolucionário de Bougainville tendo por base questões identitárias (os habitantes de Bougainville distinguem-se dos papuásios pela tez mais escura da sua pele, situação muito explorada durante o conflito) e económicas, já que a mina se encontrava em propriedades privadas cujos donos nunca foram ressarcidos pela expropriação, ainda em período colonial australiano (Fry & Kabutaulaka, 2008).

⁵⁰ Vide Hughes, 2003.

apoio desinteressado (Hughes, 2003; Schultz, 2012). Evidenciando-se cada vez mais o insucesso das políticas de ajuda ao desenvolvimento, a noção de que a Austrália pouco poderia fazer pelas ínsulas começaria a dominar o *establishment* australiano, regressando às fases de desilusão e afastamento.

Em 1996, com a eleição de John Howard – profundo crítico da aproximação do trabalhista Evans ao Pacífico –, inicia-se um novo ciclo, marcado internacionalmente pela crise asiática. A queda dos “Tigres Asiáticos” e o contínuo insucesso nas políticas de ajuda financeira às Ilhas do Pacífico levariam a que os programas fossem reformulados de modo (ainda mais) favorável aos interesses económico-comerciais australianos (Schultz, 2012). Mas, ao contrário do anterior Governo, Howard pretendia a manutenção de relações com o Pacífico, assentes no pragmatismo e no realismo, desejando que não fossem insufladas pela visão de uma influência australiana no Pacífico tendencialmente hiperbolizada, visão essa que imputava ao anterior Executivo. Abolido o cargo ocupado por Bilney, o primeiro teste à nova política australiana para o Pacífico surgiria em 1997, com o caso Sandline⁵¹, propiciador do primeiro intervencionismo australiano na região (Fry & Kabutaulaka, 2008; Schultz, 2012).

Apesar da perspetiva inicial de certa indiferença face ao Pacífico, Howard seria obrigado a envolver-se nas negociações finais de resolução do conflito de Bougainville, tendo revelado especial “ginástica diplomática”: ciente da má imagem de Camberra junto de Port Moresby – sobretudo por Camberra ter recusado fornecer apoio militar ao Executivo, a par do auxílio inicialmente prestado aos rebeldes – Howard colocaria a Nova Zelândia enquanto mediadora e líder do processo de paz, coadjuvada pelas Fiji e Vanuatu, fornecendo a Austrália apoio logístico, designadamente o transporte dos negociadores. Reiterando que o envolvimento da Austrália no processo não estaria ligado à reabertura da mina de Panguna (que estivera na origem do conflito e que seria explorada pela australiana Rio Tinto⁵²), o Governo australiano sairia da crise de Bougainville mais confiante e mais sensível a um maior envolvimento no Pacífico. Com efeito, o caso Sandline e o processo de paz de Bougainville parecem ter contribuído para o início da reconceptualização da região, com base em pressupostos de segurança regional, concedendo acrescido protagonismo a uma inicialmente relutante Austrália (Schultz, 2012).

Desastres naturais ocorridos no Pacífico entre 1997 e 1998, causados pelo fenómeno El Niño, exigindo a intervenção australiana imediata, ajudariam ainda a reforçar a perspetiva de que a Austrália, ao contrário da inicial visão algo negligente de Howard, teria de assumir o seu lugar *natural* de potência regional. Dobell (2003 e 2008) enfatiza, aliás, que estas

⁵¹ Em 1997, a PNG contratou mercenários britânicos da empresa *Sandline International*, com sede no Reino Unido, para colocar termo ao conflito secessionista de Bougainville, falhadas negociações com os rebeldes.

⁵² A mina permanece fechada até à atualidade (Nanau, 2008).

operações humanitárias serão exemplo perfeito da propensão australiana para exercer uma influência dominante no Pacífico, situação que se veria reforçada pelo sucesso da intervenção armada australiana em Timor-Leste, aquando da consulta popular de autodeterminação em 1999 (Evans, 2005; MacDougall, 2007; Magalhães, 2007; Tomé, 2010).

O “*reluctant saviour*”, como seria apelidado por Clinton Fernandes (2004), manteria, contudo, entre 2000 e 2003, uma política de não-intervencionismo no Pacífico, persistindo, parece-nos, alguns traços da doutrina da *Constructive Commitment* no que concerne a sensível questão do respeito pela soberania dos Estados do Pacífico. É no contexto de uma certa relutância em intervir, aliada à confiança adquirida em Bougainville e em Timor-Leste, que, em 2000, a Austrália parece alicerçar uma boa parte das perspetivas que lhe permitiriam, ao longo dos doze anos seguintes, uma política de relacionamento próximo e intervencionismo, dispondo, para isso, de múltiplos instrumentos de *hard* e *soft power*.

CAPÍTULO III

SMART POWER AUSTRALIANO NO PACÍFICO

1. ELEMENTOS DE *HARD POWER* E *SOFT POWER* AUSTRALIANO

1.1. Poder Duro australiano: assente noutras potências

Não cabendo nesta análise, cremos, escarpelizar exaustivamente o potencial estratégico da Austrália, avaliando-o ao pormenor sob o ponto de vista dos instrumentos de *hard power*, caberá, no entanto, recordar o gigantismo territorial relativo do Estado antípoda, que contrasta com a rarefação populacional e com uma economia que vem registando um crescimento ininterrupto nas últimas décadas. Cline reconhece a Austrália como uma média potência (*Apud* Cohen Bessa & Dias, 2007) e White (2012) acusa a mediocridade de um pensamento mediano para uma potência mediana, na senda dos constantes debates internos em torno de uma maior autonomia da Austrália em relação aos EUA, sob o prisma da defesa⁵³.

Com efeito, parece-nos um equívoco observar a Austrália enquanto potência do Pacífico sem o apoio militar dos EUA – as questões relativas à *insurance policy* são esclarecedoras, parece-nos, neste aspeto. Por outro lado, o debate relativo à autonomia australiana parece sucumbir à verificação de que as Ilhas do Pacífico se encontram numa “cintura de defesa” norte-americana (sobretudo o nordeste do Pacífico) face à Ásia Oriental e à China, na qual a própria Austrália, especialmente depois do anúncio do destacamento de fuzileiros norte-americanos para a base naval de Darwin, no norte da Austrália, parece desempenhar um papel de auxiliar dos norte-americanos – levantando suspeições na Ásia-Pacífico e, em particular, no sudeste asiático (Stratfor 2012a).

Também o poder económico australiano parece derivar de uma dependência face à China e aos mercados asiáticos. De acordo o *Department of Foreign Affairs and Trade* (DFAT), em 2012, o fluxo comercial bidirecional de bens transacionáveis alcançou os 117 mil milhões de dólares australianos ou AUD (79 mil milhões de Euros), dominado pela exportação australiana de minérios de ferro, carvão, ouro e crude (Commonwealth of Australia, 2013b), sendo ambos parceiros económicos cada vez mais importantes, numa perspetiva mútua (Thompson, 2012). Ainda assim, alguns observadores australianos têm vindo a acusar a excessiva dependência australiana sob o prisma económico-comercial, o que também deriva de uma certa política de lastro nacionalista e demonstrativa de traços da mundivisão

⁵³ Em Schreer (2013), é debatida uma maior ou menor autonomia da Austrália relativamente aos EUA, mantendo contudo a proximidade e beneficiando de transferências de tecnologia, e, bem assim, as implicações para a Austrália no quadro da viragem dos EUA para a Ásia-Pacífico designadamente ao nível dos planos bélicos norte-americanos para a Bacia do Pacífico (*Sea-Air Battle*). O debate alcança também questões relacionadas com aquisição de tecnologia americana ou desenvolvimento de tecnologia autóctone (Pacey, 2012).

de cerco que tem impedido a aquisição de empresas australianas por congêneres chinesas⁵⁴.

Expondo um dos principais dilemas australianos (comércio com a Ásia e defesa proveniente dos EUA), notamos que os recursos de *hard power* australiano se encontram primordialmente no hemisfério norte e não no hemisfério sul, ao qual a Austrália pertence. Com efeito, para além dos principais parceiros económicos australianos estarem geoposicionados a norte do Equador (China, Japão e parte do sudeste asiático), a potência protetora é também ela setentrional, exigindo, por vezes, o envio de forças expedicionárias australianas para o norte do globo (Reilly, 2013).

Ainda que a Austrália seja uma potência do hemisfério sul, cuja matriz cultural radica no hemisfério norte e cujo *hard power* é gerado por subalternidade em relação aos EUA e ancorado no relacionamento económico-comercial com a China, tal não parece impedir que o gigante austral disponha de um amplo leque de instrumentos de poder brando, colocando a Austrália no nono lugar da lista de Estados com o mais vincado *soft power* a nível global (Monocle, 2012).

1.2. Poder Suave australiano: Mais do que Cangurus e a Ópera de Sydney

Descrevendo a Austrália como um Estado outrora considerado como diplomaticamente periférico, a Monocle (2012) alerta para o facto de o país estar a ganhar visibilidade mundial, pelo seu envolvimento na “*Pacific Region*”, embora necessite de melhorar os seus instrumentos de *soft power*, acaso pretenda continuar a manter a reputação de acordo com a qual é um Estado “amigo de todos”.

Sob o mesmo diapasão, Joseph Nye (2012b) reconhece que a Austrália é observada pelos EUA como uma democracia robusta, possuindo uma “*well-runned society*”, coroada pelo sucesso económico e, bem assim, com forças armadas capazes de gerar *soft power* através de operações de manutenção da paz e intervenções humanitárias. Para além das intervenções regionais, consideradas pelos próprios australianos como possuindo uma pegada pouco marcada em termos de ingerência, que pode vir a ser replicada noutros contextos (Dudgeon & Tyler, 2012; Reilly, 2013), outros instrumentos de poder brando australiano têm vindo a ser equacionados.

Com efeito, no passado, a Austrália seria conhecida pelo seu papel interventivo no sentido da abolição da ameaça nuclear, tornando o Tratado de Rarotonga, de 1985, no corolário

⁵⁴ Em 2009, a Chinalco procurou, sem sucesso, adquirir a australiana Rio Tinto – tendo sido alegado, pelas autoridades australianas, a necessidade de evitar que o controlo da empresa austral viesse a redundar no controlo chinês sobre o preço dos minérios (Yao e Sutherland, 2009).

dessa defesa – pese embora certa ambiguidade pouco abonatória, dado que Camberra justificava os projetos norte-americanos no Pacífico, mas gerava uma profunda oposição aos testes nucleares franceses, chegando até, nos anos 70, a uma interposição judicial contra Paris (Mrgudovic, 2006).

Se a vocal defesa dos Direitos do Homem – *maxime* em 1989, na sequência dos acontecimentos na Praça de Tiananmen –, associada à defesa do ambiente e proteção dos grandes cetáceos⁵⁵ e ainda às intervenções humanitárias no Pacífico insular e em Timor-Leste, serviram para projetar uma imagem positiva da política externa australiana a nível internacional, o próprio “*Australian Way of Life*” parece ser suficientemente atrativo. Em decalque do congénere norte-americano, o modo de vida australiano ancora-se no consumo e na prosperidade económica, alcançada sobretudo no pós-II Guerra Mundial, ainda que as desigualdades de género e raciais (aborígenes e mesmo imigrantes do leste e sul europeus, face aos de ascendência anglo-celta) fossem particularmente vincadas até, pelo menos, meados dos anos 70. Nessa altura, e ao contrário dos EUA, os cidadãos australianos usufruíam de regimes de proteção social e de um nível de liberdade político-económica, superior à maioria dos países da América do norte e da Europa Ocidental (Argounès, 2006). A prosperidade económica levou a que a Austrália se tornasse particularmente atrativa para imigrantes do mundo inteiro, acelerando o processo de multiculturalização do país, iniciado sobretudo a partir de Whitlam, embora tingido por alguns acontecimentos. A Austrália tem, com efeito, vindo a tornar-se num destino privilegiado de asiáticos orientais e de alguns grupos étnicos, provenientes do Médio Oriente e da Ásia do sul (sobretudo minorias muçulmanas) – os denominados *boat people*, que já em consequência das guerras da Indochina, no anos 70, se tornaram conhecidos por procurar alcançar as costas australianas, em embarcações improvisadas. No entanto, as políticas de imigração e de asilo podem contribuir para danificar a imagem internacional da Austrália, como aconteceu em 2001, com o denominado “*Tampa Affair*”⁵⁶ e, na atualidade, com a forma como a Austrália procura, através da denominada “*Pacific Solution*”, colocar requerentes a asilo em centros de detenção localizados nas Ilhas do Pacífico (Emery & Dodd, 2005), como veremos adiante.

⁵⁵ Capturados essencialmente por baleeiros nipónicos em mares australianos, criando, por vezes, alguma fricção entre Tóquio e Camberra (Schultz, 2012).

⁵⁶ Em agosto de 2001, 433 *boat people*, na sua maioria provenientes do Iraque e do Afeganistão, foram socorridos pelo navio Tampa, de pavilhão norueguês, em águas territoriais indonésias, tendo sido impedidos de entrar na jurisdição marítima australiana da Ilha do Natal (ao largo de Java). Com esta proibição e com a tomada do navio por militares australianos – que levariam o navio para Nauru – o Primeiro-Ministro, John Howard, pretendia dissuadir novos requerentes a asilo que se deslocassem em embarcações improvisadas a procurar alcançar as costas australianas e, assim, resolver um problema considerado de âmbito securitário, satisfazendo a opinião pública doméstica, em período de campanha eleitoral (Argounès, 2006).

Notemos, ainda, a importância do futebol australiano, do *rugby* e do *cricket*, no qual a Austrália é considerada potência mundial, e até no futebol europeu – no qual a Austrália vai ganhando crescente notoriedade regional e internacional (Bubalo 2005; 2013), bem como de outros instrumentos potencialmente geradores de *soft power*. Para além dos ícones assinalados no capítulo introdutório, e da alavancagem concedida pela organização dos Jogos Olímpicos de Verão (Melbourne, 1956 e Sydney, em 2000), a Austrália possui ainda um relevante número de Prémios Nobel⁵⁷ atribuídos, a que se soma a notoriedade de alguns atores e atrizes de Hollywood, como Cate Blanchett – que é simultaneamente diretora da *Sydney Theatre Company* (Dudgeon & Tyler, 2012) – Nicole Kidman, Russel Crowe ou Paul Hogan, do emblemático filme “*Crocodile Dundee*”. Em suma, a Austrália possui várias fontes de *soft power*, tanto no âmbito da cultura erudita, como no âmbito da cultura popular e do desporto.

Para além disso, a Austrália é observada como cada vez mais um destino privilegiado para obtenção de graus académicos – sendo simultaneamente fonte de rendimento nacional assinalável⁵⁸ –, promovendo, desde há muito, intercâmbios estudantis e concessão de bolsas de estudo⁵⁹ a que se soma, na atualidade, o apoio à constituição de Centros de Estudos Australianos na Índia, na China e no Japão (Broinowski, 2012). Chin e Colazzo (2012) referem que as Universidades australianas estão a ganhar crescente prestígio internacional. Ultrapassando os contactos pessoais e a valorização profissional, a concessão de bolsas de estudo a estrangeiros tem contribuído para a formação de elites de outros países que nutrem sentimentos positivos pela Austrália, contribuindo para a formação de *soft power* (Hanson & Oliver, 2010) e, bem assim, construindo relações que podem favorecer, no futuro, os interesses australianos (Byrne & Hall, 2011).

Por outro lado, a Austrália parece estar, com algum desfasamento temporal, a adotar uma sorte de “comportamento-espelho” no que se refere à utilização de instrumentos de *soft power*, que já foram equacionados por norte-americanos (Armitage & Nye, 2007): para além do estabelecimento de intercâmbios académicos ultramarinos, o Governo australiano parece particularmente interessado no desenvolvimento de *know-how* linguístico (aprendizagem de

⁵⁷ Ao todo, foram atribuídos 12 Prémios Nobel a cidadãos australianos, incluindo os Prémios Nobel da Medicina, Literatura, Química e Física (Australian Academy of Science, 2013).

⁵⁸ Entre 2009 e 2010, a presença de estudantes internacionais gerou mais de 18 mil milhões de AUD na economia australiana, fornecendo emprego a cerca de 188 mil pessoas (Byrne & Hall, 2011, p. 1-2).

⁵⁹ O primeiro terá sido o Plano Colombo, iniciado nos anos 50 e dirigido sobretudo aos estudantes oriundos de Estados do sul da Ásia, Ásia Oriental e PNG, permitindo, *inter alia*, “limpar” a imagem da Austrália manchada pelas políticas de imigração. Seria, mais tarde, alargado a um número maior de países, sendo que Sri Mulyani Indrawati, ex-Ministra das Finanças da Indonésia e atual Economista-Chefe do Banco Mundial foi agraciada com uma bolsa de estudo do Plano Colombo (Byrne & Hall, 2011). Na atualidade, a Austrália recebe cerca de 233 mil estudantes universitários estrangeiros, provenientes de múltiplos Estados, nas suas universidades, representando 22% do total de estudantes universitários. (Australian Education Network, 2013) Englobando vários tipos de ensino, refira-se que em 2010, 620 mil estudantes estrangeiros se encontravam matriculados em instituições de ensino australianas (Byrne & Hall, 2011, p. 1).

línguas estrangeiras por australianos) que permita esbater algumas barreiras, sobretudo no quadro da “asiatização” da sua política externa (Commonwealth of Australia 2012 e 2013a).

Sendo perceptível o forte investimento governamental em instrumentos de *soft power*, o desenvolvimento da uma Diplomacia Pública⁶⁰ e reforço dos mecanismos de cooperação (a que os australianos apelidam de *Aid/Ajuda*), de molde a beneficiar a imagem da Austrália, parecem estar também na vanguarda das ferramentas ao dispor de Camberra. Com efeito, para além do esforço na amplificação da rede diplomática e do robustecimento da diplomacia de defesa (Bateman, Bergin & Channer, 2013), a Austrália tem merecido algum reconhecimento internacional pela ajuda externa, sendo o décimo primeiro maior doador a nível global e o décimo terceiro em termos de percentagem do PIB adstrito à cooperação (Dudgeon & Tyler, 2012, p. 23)

Apesar de algumas fragilidades e de uma comparação constante com a *British Broadcast Corporation* (Dudgeon & Tyler, 2012), a *Australian Network* (televisão), de fundos estatais, continua a ser observada como um ativo a desenvolver (Oliver, 2012a e 2012b), a par da *Radio Australia*, que ganhou especial notoriedade internacional, aquando da consulta popular pela autodeterminação em Timor-Leste, em 1999 (Oliver & O’Keefe, 2011).

Recorrendo à formulação inicial de *soft power* por Joseph Nye (1990)⁶¹ Reilly (2013) confere relevo às ligações aéreas entre a Austrália e alguns países do hemisfério sul (sendo uma plataforma de conexão entre o Pacífico insular e o resto do mundo). Reilly (2013) faz ainda menção ao Grupo de Cairns⁶², liderado pela Austrália, como elemento de *soft power* do país.

1.3. Poder Inteligente: *not so smart*?

No Seminário “*The Smart Power Capability Requirements of Australia as a Middle Power*”, realizado em Camberra, em fevereiro de 2012 (Dudgeon & Tyler, 2012), sob os auspícios do *Australian Institute of International Affairs*, com o apoio do Governo australiano (Broinowski, 2012), teceram-se algumas considerações, relativamente à imagem internacional da Austrália. Com efeito, os participantes – cuja lista inclui uma vasta representação de departamentos do Executivo, académicos e jornalistas – concluíram que “Australia,

⁶⁰ Definida como as atividades de *soft power* conduzidas por um Governo, organizações não-governamentais e a combinação de ambas, incluindo negociações informais, intercâmbios académicos e entre *think tanks*, périplos culturais e outros intercâmbios envolvendo o desporto, as artes, a literatura, a música, a ciência e o turismo (Dudgeon & Tyler). Armitage e Nye (2007) descrevem a Diplomacia Pública como “*part-and-parcel*” de tudo o que os EUA fazem e dizem como país e como sociedade, transformando cada norte-americano expatriado, numa espécie de embaixador não formal do país.

⁶¹ A qual incluiria referências a ligações aéreas e marítimas (Nye, 1990).

⁶² “Coligação” de 19 Estados do hemisfério sul, incluindo o Brasil e a Indonésia, que pretende contrariar as políticas protecionistas e de subvenção das produções agrícolas no hemisfério Norte, particularmente no Japão, União Europeia e EUA (Reilly, 2013, p. 6).

generally, is seen as a rich, developed Western democracy that is politically and economically stable, that values the rule of law, human rights and people's freedom, that is generally tolerant of race and religion, and treats its citizens well" (2012, p. 17). "Boa cidadã internacional" e destino turístico aclamado, os participantes referiram, igualmente, que os australianos são abertos e diretos na sua forma de expressão. No entanto, tal como observado *supra*, tal abertura e espontaneidade poderá produzir críticas, ao invés de gerar uma imagem positiva. A autoimagem muito positiva – corroborada pela britânica *Monocle* (2012) –, figura ainda na conclusão, neste seminário, através da asserção segundo a qual Austrália não possui uma agenda expansionista ou ambições hegemónicas (Dudgeon & Tyler, 2012).

Os participantes no Seminário em apreço reconheceram, todavia, algumas fragilidades da imagem australiana no exterior. Desde logo, os participantes aludiram à noção de isolamento geográfico para quebrar a auto-perceção de que a Austrália é internacionalmente (bem) conhecida, concluindo que o país será pouco conhecido em África e na América



Latina. Ademais, reconhecem que o alinhamento com as políticas norte-americanas, observadas como paternalistas e moralmente indiferentes, sobretudo na Ásia-Pacífico, bem como uma certa associação da Austrália a políticas racistas, parecem prejudicar a imagem do país (Dudgeon & Tyler, 2012). Neste contexto, refira-se que Gough Whitlam tinha, sintomaticamente, "profetizado" que a forma como os australianos tratassem os seus cidadãos aborígenes teria impacto na imagem e na política externa australianas (Jones & Smith, 2000).

Segundo os resultados deste Seminário, o excecionalismo identitário, ou o facto de ser um país dilacerado parece, igualmente, ser fonte de fragilização da imagem da Austrália no exterior. Alguns fenómenos episódicos – como a perseguição movida por grupos racistas contra estudantes indianos, gerando uma crise diplomática entre a Austrália e a Índia (Byrne & Hall, 2011) – e, como mencionado *supra*, a questão dos *boat people*, são identificados como pontos fracos a serem contornados através de uma política de *smart power* (Dudgeon & Tyler).

Embora concordemos com grande parte das asserções aqui realizadas, refira-se, no entanto, que julgamos tratar-se de uma auto-visão porventura demasiadamente benévola,

que não será partilhada por observadores regionais, sendo particularmente críticas as asseverações de que **i)** a reputação da Austrália é tida como positiva em especial na região – não referindo qual região em específico; **ii)** não existem ambições expansionistas e hegemónicas.

Em primeiro lugar, observada a visão de alguns países asiáticos face à Austrália e as tensões existentes no relacionamento com a Indonésia, não obstante o clima de cordialidade, será questionável a universalidade da primeira asserção de âmbito reputacional⁶³.

Em segundo lugar, do ponto de vista de alguns países do Pacífico, não é claro que não se sintam impulsos tendencialmente hegemónicos por parte da Austrália (Jane's Foreign Report, 2006; The Age, 2006; World Socialist Website, 2006; Ratuva, 2008; Flitton, 2011; Hanson, 2012). Também não é claro que as teses legitimadoras de uma disseminação de *hard power australiano* no Pacífico sejam regionalmente aceites, entrando em contraste com Reilly (2012) e a suposta “pegada leve” deixada pelas intervenções na região, e em confronto com as conclusões do Seminário de 2012, que parecem observar a intervenção nas Ilhas Salomão como zénite das capacidades de *smart power* australiano. Parafraseando Graeme Dobell, Broinowski (2012) é, aliás, pungente relativamente a esta disparidade:

Little correspondence exists between these reassuring self-images and perceptions of Australia elsewhere. Australians are perennially viewed in South Pacific countries and in Papua New Guinea as neo-colonial bullies criticized for whatever they do, and blamed for whatever goes wrong⁶⁴.

Ademais, parece-nos persistir um desfasamento entre uma auto-percepção positiva no Pacífico e a necessidade de recalibrar os instrumentos de *soft* e *hard power* disponíveis na Austrália, sendo sintomático o estabelecimento de um centro de *smart power* na Universidade Macquarie (Sydney), em abril de 2012, com o apoio do próprio Joseph Nye (Broinowski, 2012). Questionamos, por isso, se a Austrália continuará a gozar das mesmas prerrogativas de poder que, à partida, parece deter; ou seja, se a sua estratégia nas Ilhas do Pacífico tem sido habilmente desenvolvida, de modo a que permaneça enquanto potência dominante na região, ou se as preocupações com *soft power* e outros conceitos cunhados por Nye são mais do que a importação do estado-da-arte norte-americano, visando, acima de tudo, contornar uma eventual diminuição da capacidade de influência australiana. Por

⁶³ Vide Stratfor, 2002; Commonwealth of Australia, 2009; Commonwealth of Australia, 2012; Stratfor, 2012a; Commonwealth of Australia, 2013a e 2013b.

⁶⁴ Documento sem indicação de página.

outras palavras, e mesmo tendo em consideração que parte do esforço analítico realizado na Austrália, em torno de *hard power*, *soft power* e *smart power*, terá por base a “asiatização” da política externa australiana (Commonwealth of Australia, 2012), se a Austrália goza de uma imagem tão positiva quanto a que descrevem os participantes do Seminário identificado *supra*, por que motivo necessitará de aprimorar alguns setores e, acima de tudo, importar o *know-how* de Joseph Nye?

2. A AUSTRÁLIA NAS ILHAS DO PACÍFICO: AS INTERVENÇÕES COOPERATIVAS

2.1. 2000-2003: uma Austrália assertiva, mas não tanto

Tal como anteriormente escalpelizado, verificamos que, até 2000, e não obstante a eventual persistência de uma “Doutrina de Monroe” para o Pacífico, a região seria como um “quintal” negligentemente observado por Camberra. Com efeito, o gigantismo australiano parecia tornar importante o Pacífico insular, mas única e exclusivamente sob o ponto de vista securitário imediato e apenas em situações de emergência. Baker (1994) refere que o Parlamento australiano, em 1989, apenas equacionava o destacamento de pessoal militar para a região, no caso de cidadãos australianos necessitarem de evacuação, ou perante a ameaça de golpe de Estado contra uma das capitais insulares, proveniente de um país extra-regional. O relacionamento, para além dos ciclos de aproximação e desinteresse, baseava-se sobretudo na transferência de ajuda, sendo a AusAID (cooperação estatal australiana), mais do que o DFAT ou o *Department of Defense* (DoD), as instituições federais a orientar o relacionamento entre a Austrália e o Pacífico insular (Thompson, 2010).

Todavia, a crise asiática de 1997, associada à posterior ameaça de *balcanização* da Indonésia, à crise secessionista de Bougainville e à autodeterminação timorense levaram a que, em 1998, Paul Dibb cunhasse pela primeira vez o termo “Arco de Instabilidade”, para descrever uma região que inicialmente se estende desde o leste do arquipélago indonésio até ao Vanuatu (Dibb, 2012; Dobell, 2012). Arco desde sempre no topo das prioridades de defesa do continente-ilha, o “Arco de Instabilidade”, “Arco Melanésio”, “Arco de Crise”, “Arco de Responsabilidade”, “Arco do Pacífico” (Wallis, 2012b), independentemente da forma como é batizado, baseia-se em duas premissas complementares, que apenas alteram nominalmente as visões do passado em período bipolar:

- i) é uma região que, no âmbito da mundivisão de cerco australiana, pode ser usada como trampolim para uma invasão do continente-ilha;
- ii) é uma região – e aqui reside a *nuance* inovadora de Dibb, por contraste à ênfase dada à ameaça soviética, no passado – em que a fragilidade dos Estados tornaria o complexo de ilhas circundantes da Austrália, numa muralha ofensiva e

ameaçadora para a desejavelmente inexpugnável fortaleza australiana (Dibb, 2012).

A fragilidade dos Estados do Pacífico compreenderia, sobretudo, as suas Forças e Serviços de Segurança, o seu sistema de justiça, questões associadas à falta de transparência das instituições (com a disseminação generalizada da corrupção), à sua consequente permeabilidade à presença de sindicatos de crime organizado (branqueamento de capitais, tráfico humano/imigração ilegal, tráfico de estupefacientes) e, no pós-11 de setembro de 2001, à potencial constituição dos Estados insulares do Pacífico como refúgio de grupos terroristas de matriz islâmica. Trata-se, pois, de uma mudança de paradigma, passando de um escopo particularista, receoso da ameaça soviética e cujo relacionamento se baseava em pressupostos de desenvolvimento socioeconómico, para uma abordagem global e securitária, inserida na conceptualização de intervenção humanitária⁶⁵, mas sem ultrapassar a cosmovisão de cerco (Fry & Kabutaulaka, 2008; Dibb, 2012).

Independentemente das designações e dos interesses australianos – sendo, por isso, também classificado de “Arco de Oportunidade” por Joanne Wallis (2012b) –, a propugnação deste arco tem subjacente uma visão da Austrália enquanto superpotência regional (Dobell, 2012). Inserindo ou retirando Estados, conforme alterações de circunstancialismos⁶⁶, o Arco vem observando, desde 2000, e em particular desde 2003, um conjunto de crises - a “africanização” do Pacífico - que redundaram na formulação da Doutrina Howard.

Com efeito, em 2000 e 2003, as Ilhas Salomão foram palco de uma rebelião. Também o outrora estável Reino de Tonga viveu momentos de agitação, porquanto o domínio aristocrático da assembleia legislativa seria considerado inaceitável para os cidadãos. Também a PNG, conhecida pela violência dos *gangues Raskol* e marcada pelo conflito em Bougainville, ficaria sob radar australiano – sendo, aliás, considerado por alguns autores como o sétimo Estado australiano, tal será o nível de relacionamento entre Port Moresby e Camberra. Palco de um golpe de Estado em 2000 e, novamente, um outro golpe de Estado em 2006 – o quarto em cerca de vinte anos –, as Fiji tornar-se-iam em Estado pária da região, expulso do FIP e da *Commonwealth*. Nauru entraria em incumprimento financeiro no ano de 2001, gerando, igualmente, alguma preocupação em Camberra (Bopp *et al.*, 2007; Schultz, 2012).

Este conjunto de acontecimentos intrarregionais levariam a que o Primeiro-Ministro, John Howard, cogitasse, já desde a crise de Bougainville, uma abordagem mais “musculada” aos

⁶⁵ Vide Keren & Sylvan, 2002.

⁶⁶ A título de exemplo, as Fiji são recorrentemente colocadas e retiradas do “Arco”, ao passo que Timor-Leste só recentemente veio a ser considerado como não estando nele inserido (Bateman, Bergin & Channer, 2013).

problemas do Pacífico, confiante que estava Camberra das suas capacidades, como verificado em Timor-Leste, e isolada que se sentia a Federação face aos EUA, pelo menos durante algum tempo (Taylor, 2007). A Doutrina Howard ancorou-se na asserção de que a Austrália possuía interesses, responsabilidades e capacidades específicas no que também se denominou de sudoeste do Pacífico (2007), devendo por isso abandonar uma política de relacionamento baseada exclusivamente, como até aí, nos condicionalismos da ajuda e na diplomacia (Fry & Kabutaulaka, 2008). Em suma, para além dos instrumentos de *soft power*, a Austrália de Howard, mais assertiva do que no passado recente, ver-se-ia impulsionada a robustecer o seu *hard power*, não apenas através da manutenção dos condicionalismos da ajuda, como através dos instrumentos de *hard power* mais emblemáticos: as Forças Militares e Policiais.

A Declaração de Biketawa, adotada em 2000 no âmbito do FIP e que determina, com base em princípios democráticos, a possibilidade de intervenção regional em caso de crise, conferiria inicial legitimidade e credibilidade regional aos propósitos de Howard, o que se encaixa nos pressupostos de defesa de princípios universais e na construção de narrativas conferidoras de legitimidade, como refere Joseph Nye (2012a). Foi neste contexto que, utilizando uma nova assertividade – embora não tão musculada como a partir de 2003 – a Austrália interveio, com respaldo regional, em Nauru, nas Salomão e nas Fiji.

2.1.1. Nauru e a “Pacific Solution”

Outrora um Estado rico em fosfatos, Nauru entraria em incumprimento nos anos 90, mantendo uma relação de grande dependência face à ajuda australiana. Por esse motivo, terá sido sem grande resistência que, em troca de um auxílio financeiro reforçado, bem como de um pequeno contingente policial e equipas de assessores, que Yaren aceitou, em 2001, o estabelecimento de um centro de processamento *offshore* de requerentes a asilo (*boat people*), recebendo parte dos que viajavam a bordo do navio Tampa e de outros que navegassem, indocumentados, até às costas australianas. Utilizando a ajuda financeira e a ameaça intrínseca da sua retirada, a Austrália usou aqui claramente do seu *hard power*, baseando-se no *soft power* gerado pelo endosso regional de intervenções regionais para concretizar os seus objectivos. René Harris, Presidente de Nauru, chegou a apelidar esta “Solução do Pacífico”, como o “Pesadelo do Pacífico”, dado que lhe foi feita uma oferta irrecusável, não por ser particularmente palatável, mas pelo facto de a sua rejeição poder significar a perda do sustentáculo financeiro de que usufruía. Em suma, a Austrália não pretenderia que Nauru se tornasse num Estado falhado, como ameaçaria converter-se desde a década precedente, tendo aproveitado os circunstancialismos para, mesmo sob

algumas críticas ao excessivo “australocentrismo” desta intervenção, reforçar a sua pegada de influência no microestado (Dobell, 2008).

Tendo subjacentes as questões de *access denial*, sobreviventes ao colapso da União Soviética, o auxílio financeiro gigantesco⁶⁷ e o controlo direto do Ministério das Finanças de Nauru e da Polícia nauruana, através de assessores australianos – o primeiro de um longo movimento de destacamento de conselheiros com funções executivas, nos países de acolhimento de missões de intervenção – seriam motivados pela possibilidade de uma potência exa-regional poder vir a exercer uma influência considerada intolerável para Camberra. Com efeito, depauperado, vulnerável e procurando não sucumbir à ajuda monopolística de Camberra, o Nauru procurara, já em finais dos anos 90, obter o apoio da Federação Russa. De acordo com Dobell (2008), sindicatos do crime russos utilizaram o sistema bancário nauruano para provável branqueamento de capitais⁶⁸.

2.1.2. Golpe de 2000 nas Ilhas Fiji

Permeáveis a golpes de Estado na medida em que as suas forças armadas, pela participação em missões internacionais de *peacekeeping*, angariaram certa auto-perceção de onipotência (Baledrokadroka, 2012), as Fiji são atravessadas por fraturas de natureza étnica, facilitadoras da instabilidade político-social. Embora uma parte da elite política seja de origem nobre polinésia – como o carismático Ratu Mara – e, por isso, particularmente respeitada, outros grupos de pressão encontram-se divididos entre fijianos, de origem melanésia, e indo-fijianos, descendentes de migrantes indianos, transferidos pela Coroa Britânica no século XIX, como força de trabalho e que atualmente representam cerca de 40% da população. Os sucessivos golpes de Estado têm subjacente uma espécie de rotatividade entre as elites melanésia e indo-fijiana (Fraenkel, Firth & Lal, 2009).

Em 2000, o Primeiro-Ministro, Mahendra Chaudhry, indo-fijiano, alvo de insatisfação por parte das populações melanésias, seria derrubado e substituído pelo Senador Laisenia Qarase, tomando os australianos alegadamente de surpresa (Schultz, 2012). Procurando manter um delicado equilíbrio entre a necessidade de manter boas relações com o Estado-pivot do Pacífico (cuja permeabilidade ao crime organizado seria mais ameaçador para a Austrália) e a reputação internacional australiana, relativamente ao respeito por princípios do Estado de Direito, Camberra opta por uma série de *smart sanctions* – punindo o novo Executivo fijiano de forma seletiva (por exemplo, suspensão da cooperação técnico-militar),

⁶⁷ Com uma população de cerca de 10 000 habitantes, o Nauru receberia da Austrália cerca de mil AUD *per capita*, por ano, enquanto na PNG, com 6 milhões de habitantes, o auxílio australiano representaria 60 AUD por pessoa (Dobell, 2008, p. 61).

⁶⁸ Em 1998, estimava-se que 70 mil milhões USD, representando mais do que o valor das exportações anuais russas, tivessem sido transferidos de bancos russos para o Nauru (Dobell, 2012, p. 60).

sem afetar as populações – que lhe permite manter os ativos reputacionais a nível regional (Schultz, 2012). Por outras palavras, instrumentos de *hard power*, aplicados de forma contextualizada, como aplaudiria Nye, serviriam para, pelo menos, manter a reputação (e o *soft power*) da Austrália, enquanto potência regional angariadora de segurança. Simultaneamente, nos bastidores, os canais de comunicação entre o novo Governo de Suva e Camberra seriam mantidos abertos e facilitados pela comunidade australiana nas Fiji, sobretudo empresários – tornando-se aqui visível a importância dos grupos de expatriados, no aprofundamento das relações entre a Austrália e o Pacífico, como advertiu Graeme Dobell (Dobell, 2007a). Com a restauração da democracia e o reconhecimento do novo Governo, as relações entre os dois países normalizar-se-iam (Fraenkel, Firth & Lal, 2009; Schultz, 2012).

2.1.3. Golpe de 2000 nas Ilhas Salomão: o princípio

Os problemas étnicos nas Ilhas Salomão remontam a 1998, quando a emigração de malaitanos para os arredores da capital, na ilha de Guadalcanal, habitada pela etnia gwale, gerou fricções em torno da posse de propriedade (Magalhães, 2007). Em 1999, na sequência de violentos confrontos que resultaram na morte de 50 pessoas, cerca de 20 000 malaitanos abandonaram Guadalcanal. Alguns malaitanos regressariam a Honiara em 2000 sob o *Malaitan Eagle Force*, grupo paramilitar que, em 05 de junho de 2000, aliado a polícias insatisfeitos com a falta de pagamento dos seus vencimentos, derrubaram o Governo de Ulufa'alu (2007).

Movida pela experiência de Bougainville, a Austrália recusa o envio de um pequeno contingente policial, insistindo na estratégia anteriormente adotada na província secessionista da PNG: o uso das Forças Armadas (*Australian Defense Forces* - ADF) para operações de evacuação e facilitação das negociações, com o envio de negociadores e o reforço de assessorias com cargos executivos (*in-line*) na administração Pública e Forças e Serviços de Segurança das Salomão (Schultz, 2012, p. 176-184). Apesar de firmados acordos de entendimento entre malaitanos, gwales e as autoridades e não obstante a realização de eleições em dezembro de 2001, a situação nas Salomão continuaria a deteriorar-se e a embarcar numa espiral de violência que seria, mais tarde, pretexto para uma intervenção musculada por parte da Austrália, dando início a um novo ciclo de relacionamento entre Camberra e o Pacífico (Schultz, 2012).

2.2. 2003-2007: o “punho” australiano faz-se sentir

Se o período anterior suporia uma espécie de adaptação ao papel de polícia regional, em que excecional confiança australiana, angariada em Bougainville e em Timor-Leste, apesar de baseada, ainda, numa espécie de *hands-off approach*, a partir de 2003, Camberra

atingiria, cremos, o zénite do seu intervencionismo, com a aplicação explícita e inequívoca de instrumentos de *hard power*.

A importação do conceito de Estados frágeis para os arcos arquipelágicos e o intervencionismo americano no Iraque e no Afeganistão, a par de uma ameaça de terrorismo que impendia sobre a Austrália, na sequência dos atentados terroristas de Bali, em outubro de 2002 (no qual pereceram 88 cidadãos australianos), parecem ter incentivado Howard a procurar mimetizar a postura da potência protetora, numa escala regional. No entanto, e apesar das experiências seminais em Nauru, nas Salomão e nas Fiji, a assertividade australiana demoraria a tornar-se tão evidente, permanecendo as velhas perspetivas de distanciamento e negligência, que tinham pautado os primeiríssimos meses do consulado de John Howard.

Com efeito, quando em abril de 2003, o então Primeiro-Ministro das Salomão, Sir Allan Kemakeza, reconhecendo o papel central da Austrália enquanto “fornecedor regional de segurança”, solicitou uma intervenção de Camberra, já que as ruas de Honiara se tornavam caóticas, sem que as quezílias entre malaitanos e gwales parecessem ter fim, impendendo a ameaça de um novo golpe de Estado, Howard recuou e refugiou-se nos pressupostos de respeito pela soberania dos Estados insulares e na rejeição do epíteto de neocolonialista de que a Austrália, como antiga potência colonial da região, tinha procurado afastar-se nas últimas décadas (Dobell, 2008 e Dobell, 2007a). Howard (citado em Dobell, 2008) enfatizaria naquela ocasião:

Australia is not about to recolonise the South Pacific, nor should it. (...) Sending in Australian troops to occupy Solomon Islands would be folly in the extreme. It would be widely resented in the Pacific region. (p. 55)

Embora não haja confirmação oficial, as Salomão procurariam, sem sucesso, o apoio da Indonésia (Kabutaulaka, 2005, p. 291). Por outro lado, o *Australian Strategic Policy Institute* (ASPI), prestigiado *think tank*, formado pouco tempo antes com fundos federais e, à época, dirigido pelo antigo oficial dos serviços de informações australianos, Hugh White, viria a publicar, em junho de 2003, um ensaio no qual recomendaria a intervenção australiana nas Salomão (Dobell, 2008; Wielders, 2008). Sob o título “*Our Failing Neighbour. Australia and the Future of Solomon Islands*” (Wainwright, 2003) o ASPI advogaria a crescente falibilidade dos Estados do Pacífico e defenderia a necessidade de intervenção em Honiara por parte da Austrália e de outros Estados na região, em defesa dos interesses australianos e impedindo uma espécie de “efeito dominó” na região, com o contágio da situação nas

Salomão a alastrar-se a países vizinhos, melanésios, com características de *state failure* semelhantes.

Uma inflexão acentuada, que Dobell classifica de “*Pacific U-Turn*” (2008), parece dar-se na sequência, mas não necessariamente em consequência deste ensaio do ASPI. Contextualizado pela guerra contra o terrorismo, que aproximou Camberra e Washington através dos seus líderes (Howard encontrava-se nos EUA quando se deu o 11 de setembro de 2001) e do expectável apoio australiano, com o envio de forças expedicionárias, de apoio ao esforço norte-americano no Iraque e no Afeganistão, esta inflexão de Howard, que passara a adquirir um tom de *hands-on approach*, poderá, de acordo com Fry (2008), estar diretamente relacionada com um objetivo australiano muito mais prosaico do que assistir a região, ou defender a Austrália. Fry (2008) argumenta, com base em anteriores asserções de Hugh White, que reconhecer as supostas responsabilidades australianas no Pacífico estaria relacionado com a necessidade de justificar o não envio adicional de elementos da ADF para participação nas operações militares a decorrer no Iraque, ganhando assim alguma popularidade doméstica (Fry, 2008; Patience, 2008). Charles-Jones (2011) refere que Howard avistou-se com o Presidente norte-americano George Bush, em maio de 2003, onde estes argumentos terão sido lançados.

Revelando alguma precaução e calculismo não seguidista em relação à potência protetora, o argumento de que a Austrália enfrentaria graves ameaças na sua vizinhança parece ter colhido plausibilidade, tanto em Washington como em Londres, legitimando uma intervenção. Como refere Fry (2008):

It was thus the balancing of domestic politics and alliance politics surrounding the war on terror, rather than an actual fear that the failing states in the islands region were potential terrorist havens (...) that was the main impetus for cooperative intervention.
(p. 79)

Não obstante, uma coincidência temporal no que concerne o contexto internacional e a emergência de crises na Melanésia fez com que o silogismo da (in)segurança regional se tornasse aceite pela comunidade internacional. A asserção de que: i) o terrorismo é predador em Estados Frágeis; ii) o Pacífico alberga Estados frágeis; iii) logo, o terrorismo será predatório no Pacífico (Dobell, 2008) esteve por base da constituição de sistemas cooperativos de intervenção, integrando instrumentos de *hard* e *soft power*.

Bebendo de um certo posicionamento advocatório da mitigação das soberanias e construção de novos protetorados, a bem de uma certa securitização do desenvolvimento, a Austrália adquiriria nas Salomão, mas também noutros arquipélagos vizinhos, o *know-how* para o estabelecimento de “intervenções cooperativas”, de missões declaradamente respeitadoras do empoderamento local e baseadas na solicitação dos países, marcadas ainda por uma certa preocupação humanitária, como revelará a denominação de código da missão nas Salomão, iniciada em julho de 2003: Operação *Helpem Fren*⁶⁹ (Powel, 2003; Pan, 2006).

2.2.1. Regional Assistance Mission in the Solomon Islands (RAMSI)

Tida como exemplo de uma missão que congrega ingredientes característicos de *smart power* (Dudgeon & Tyler, 2012), a RAMSI iniciou-se com a Operação *Helpem Fren* em 24 de julho de 2003, após uma espiral de violência marcada pela morte do respeitado Comissário de Polícia e mediador, Fred Soaki, em março de 2003, e do missionário australiano Lance Gerbach, em maio do mesmo ano (Schultz, 2012, p. 203). Inicialmente, seria uma operação policial com o respaldo militar (MacDougall, 2007). Beneficiaria não só do endosso das Nações Unidas como do FIP, não só sob a forma declarativa como participativa: embora a liderança fosse

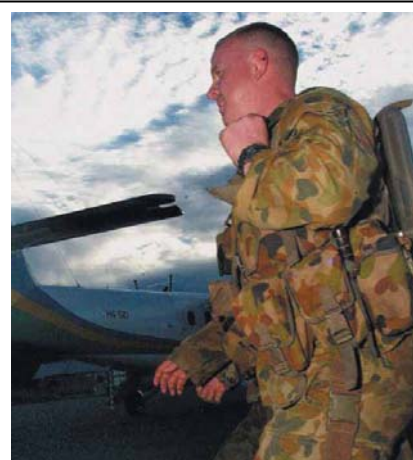


Ilustração 6
Soldado australiano aterriza em Honiara,
julho de 2003
Fonte: RAMSI, 2013

australiana, dos 2225 elementos iniciais, mais de 1700 seriam provenientes da ADF e da Polícia (*Australia Federal Police – AFP*) (2007, p. 877). Elementos das Ilhas Cook, Fiji, Kiribáti, Nauru, Nova Zelândia, PNG, Samoa, Tonga e Vanuatu compunham o contingente policial-militar inicial, que tinha como objetivo imediato a reposição da ordem pública em Honiara e nos arredores, com o desarmamento de milícias. Mais tarde, em 2006, as Ilhas Marshall, os Estados Federados da Micronésia e o Palau também participariam com o envio de forças policiais (Wielders, 2008). O apoio francês seria recusado com base na justificação de que a França não é membro do FIP, sendo a RAMSI adstrita exclusivamente a membros do Fórum (Schultz, 2012), tornando-se assim numa operação “australocêntrica”, pese embora a legitimação regional conferida pela declaração de Biketawa e o facto de ter sido uma intervenção expressamente solicitada pelo Estado intervencionado.

⁶⁹ Do crioulo inglês das Salomão, “Help them Friend”.

Em janeiro de 2004, a RAMSI poderia ser considerada um sucesso: foram apreendidas 3800 armas, realizadas 860 detenções, incluindo um dos principais líderes de milícias, Harold Keke, e efetivadas 1400 acusações formais (Dinnen, 2004, p. 6). Num esforço de reformulação do sector da segurança, cerca de 400 elementos da Polícia das Ilhas Salomão foram desmobilizados por envolvimento em distúrbios (Dinnen, 2012).

As populações das Ilhas Salomão acolheram com particular entusiasmo a RAMSI, tendo reportadamente solicitado a permanência da missão durante 10 a 15 anos, para que as suas vidas voltassem ao normal (Nanau, 2008). A RAMSI constituiu não só um esforço das Forças Armadas e Polícia australianas como incluiria, num projeto transversal a todo o Governo e tentativamente suplantador de “departamentalismos” e divisionismos internos (*whole-of-government*), elementos do Gabinete do Primeiro-Ministro e Governo, Negócios Estrangeiros, AusAID, Procuradoria-Geral, Alfândegas, Tesouro, Finanças e Administração australianos, coordenados a partir de um comité interdepartamental sediado em Camberra. (Dinnen, 2012). Com efeito, o mandato da missão, para além dos objetivos de emergência, incluiria a reforma do sistema governamental, a melhoria dos serviços financeiros e *economic governance*, a reconstrução da economia, do sistema de justiça e o robustecimento de sociedades para as quais, na verdade, o conceito de Estado se encontrava apartado das suas realidades (Dinnen, 2012). Os sinais de sucesso seriam visíveis nos primeiros três anos da RAMSI: a coleta de impostos resultaria num aumento de 170% das receitas do Estado (2012, p. 67). Dando continuidade à política de inserção de conselheiros com funções executivas iniciada em Nauru, a RAMSI incluiria o destacamento de assessores maioritariamente australianos, incluindo o Comissariado de Polícia (Dinnen, 2012; Schultz, 2012). Charles-Jones (2011) refere, aliás, que 90% dos assessores civis seriam australianos (p.19).

Contudo, tal como notam Fry & Kabutaulaka (2008), as razões intrínsecas à espiral de violência nas Salomão, cujos agentes estatais, habituados a “comprar a paz”, não conseguiram estancar, não seriam resolvidas pela RAMSI, tendo as eleições de abril de 2006, que resultaram na eleição de Snyder Rini, associado do infame Kemakeza, redundado em distúrbios generalizados – com destruição oportunista de bairros chineses em Honiara e no crescimento de um certo sentimento anti-RAMSI junto das cúpulas políticas. O novo Primeiro-Ministro interino, Manasseh Sogavare, adotaria uma postura particularmente crítica da RAMSI – que era crescentemente observada como uma instituição separada do Estado das Salomão ou sorte de autoridade paralela, com epicentro em Camberra –, acusando a Austrália de *bullying*, insensibilidade, de ingerência interna nos assuntos do Estado arquipelágico (Dinnen, 2004: The Age, 2006) e mesmo de subversão, através dos seus

serviços de informações (Charles-Jones, 2011, p. 18). Esta postura de Sogavare seria reflexo, quer do nível profundo do intervencionismo australiano, quer, sobretudo, da mudança enfoque da RAMSI; inicialmente, a missão focalizara-se no desarmamento de milícias étnicas; posteriormente, adotaria como alvo a elite política e focalizar-se-ia na resposta às alegações de corrupção que também abrangeriam Sogavare (Jane's Foreign Report, 2006). Em 08 de maio de 2008, Sogavare, citado em Charles-Jones (2011) afirmaria:

Australia seems to have used the provisions of the current partnership as a license to infiltrate almost all aspects of the public sector...we have a situation where foreign nationals have direct and unrestricted access to the nerve centre of Solomon Islands public administration, security and leadership. (p. 18)

Por seu turno, e num tom de crescente crítica à RAMSI e à interferência de Camberra, notamos que Ratuva (2008) alerta para a extrema insensibilidade cultural australiana – pouco consentânea com a necessidade de gerar *soft power*, adicionamos –, contrastando a rapidez na exigência de resultados (australianos) com a cultura do diálogo e do consenso característicos não só das Salomão, como do Pacífico insular, enformando a denominada “*Pacific Way*”⁷⁰ (Claxton, 2013 e Mrgudovic, 2006).

Sogavare conseguiria impor uma das principais características da RAMSI, que se tornariam num exemplo de *smart power* australiano: o empoderamento local da RAMSI, com a diminuição de assessorias *in-line*, e a colocação de recursos humanos das Salomão em posições de destaque. Mudanças nos Executivos de ambos os países em finais de 2007 levariam a que se dissipassem grande parte das fricções bilaterais (Dinnen, 2012), tendo a RAMSI finalizado o seu mandato em julho de 2013 (Schwartz, 2013).

O modelo RAMSI seria tentativamente replicado noutros países da região, designadamente no Vanuatu e na PNG, não obstante uma série de críticas que lhe foram endereçadas e que revelam fragilidades na utilização adequada de elementos de *hard power* e *soft power*.

Em primeiro lugar, embora a intervenção fosse legitimada pelo próprio Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão e tivesse por base um apoio regional (FIP e a Declaração de Biketawa), bem como objetivos de natureza político-securitária aceitáveis, a Austrália evitou, tanto quanto pôde, o apoio de potências externas (Indonésia e França⁷¹) e das Nações Unidas. Camberra basear-se-ia no argumento segundo o qual, tendo em consideração que as Salomão

⁷⁰ Baseada no consenso (Claxton, 2013).

⁷¹ Vide *infra*.

reconhecem Taipé e não Pequim, dificilmente o Conselho de Segurança da ONU sancionaria a RAMSI, dado que a República Popular da China detém um assento permanente e direito de veto naquele areópago (Magalhães, 2007). Camberra advogaria, ainda, que as missões onusianas são normalmente postergadoras, não respondendo no imediato às necessidades de reposição da ordem e resposta à emergência humanitária, deflectindo, assim, a busca de uma legitimidade onusiana para a RAMSI (Wielders, 2008).

Para além das acusações de neocolonialismo e hegemonia australiana por algumas vozes acentuadamente críticas (World Socialist Web Site, 2006), a RAMSI deteria, sem hipérboles, uma tonalidade de neoprotetorado, em que a soberania das Salomão estaria, efetivamente, a ser mitigada: a nomeação de Shane Castles, da AFP, para Comandante-Geral da Polícia das Salomão, em abril de 2006, levantaria algumas questões relativamente às consequências que impactariam no seio da Força, já que tanto o contingente policial da RAMSI como a polícia do Estado eram dominados por cidadãos australianos – situação, aliás, transversal a toda a administração pública salomónica (Wielders, 2008).

Todavia, não seria apenas no arquipélago das Salomão que a Austrália pretenderia desenvolver missões de “Intervenção Cooperativa”. O Vanuatu e, particularmente, a PNG seriam palco de intervenções australianas mais ou menos “musculadas”, sendo característica transversal uma certa subalternidade de instrumentos de *soft power* à sua disposição.

2.2.2. Vanuatu, ingerência e *bullying*?

Parecendo sucumbir à tese do contágio regional das fragilidades dos Estados insulares do Pacífico, Vanuatu teve a sua própria versão de distúrbios à *la* Honiara, em 2002. Contudo, apenas com a queda do governo de Serge Vohor, em finais 2004, se concretizariam as propaladas preocupações de Camberra, quanto à emergência de espirais de violência em mais um Estado do Arco Melanésio (Dobell, 2008). As causas imediatas da instabilidade política no Estado, outrora tornado condomínio entre os colonialismos britânico e francês – condicionadores, até hoje, de fraturas nas cúpulas políticas – estariam diretamente relacionadas com o anúncio da expulsão de dois funcionários da AusAid, de nacionalidade australiana, acusados de espionagem, sendo mais um capítulo na história do antagonismo registado entre o Governo australiano e Vohor, que culminaria na queda do segundo. Este Primeiro-Ministro, com o apoio de Barak Sope, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, procurava, desde há muito, coartar o que consideravam ser uma excessiva influência australiana. Sope tinha, também, razões pessoais para adotar um posicionamento anti-australiano, já que teria sido condenado por fraude, em 2002, com o testemunho de dois elementos da ADF (Schultz, 2012).

Ainda antes do incidente de setembro de 2004, Vohor tinha procurado eliminar a influência de assessores *in-line* que se multiplicavam pela administração pública de Port Vila, recorrendo às rivalidades Taiwan-China, para obter financiamento e mitigar a influência tentativamente monopolística de Camberra⁷². Num crescendo de acusações mútuas entre os chefes de Governo dos dois países, ficaria como sinal emblemático do *hard power* australiano o momento em que John Howard, por ocasião da moção de censura parlamentar que resultaria na queda de Vohor, desafiaria abertamente o hemicycle vanuatense a rejeitar o Chefe de Governo, caso pretendesse que o auxílio australiano continuasse a chegar às populações (Schultz, 2012). Depois de nomeado um novo Primeiro-Ministro, Ham Lini, Howard viajou até Port Vila para o cumprimentar pessoalmente (Dobell, 2008).

Ainda que não se tenha concretizado na formulação de uma missão, os eventos em Vanuatu revelariam até que ponto a nova assertividade de Howard, com ou sem respaldo regional, poderia resultar numa constante demonstração de *hard power*, não existindo pejo em efetuá-lo na PNG.

2.2.3. Papuásia Nova Guiné: Programa Reforçado ou Forçado de Cooperação?

Imbuída pela vaga de assertividade e intervencionismo cooperativo no Pacífico e temendo que o contágio da fragilidade de outros Estados do Pacífico se estendesse à potência Melanésia, logo após o início da missão nas Ilhas Salomão, a Austrália cogitaria o estabelecimento da *Enhanced Cooperation Program* ou Programa Reforçado de Cooperação (PRC) (Patience, 2008). Replicando o programa de destacamento de assessorias (cerca de 40) em agências papuásias, com o intuito de promover a “boa governação” e assim assegurar a eficácia da ajuda australiana, o PRC abarcaria, ainda, uma missão policial, com cerca de 160 elementos da AFP (Patience, 2008; Schultz, 2012). Com um orçamento de 800 milhões USD para cinco anos, o PRC incluiria, igualmente, um programa no âmbito da Justiça (com o destacamento de assessores australianos *in-line*), finanças (incluindo conselheiros detentores de poderes executivos) e alfândegas, para melhoria do sistema de controlo de fronteiras (Dinnen, 2004, p. 8).

Apesar de a PNG ser o maior recipiendário de ajuda australiana em termos absolutos, o crime violento e a disseminação do vírus da SIDA, a que acrescem questões de natureza estrutural transversais a todo o Arco Melanésio (fraturas etno-linguísticas, *Cargo Cult*, cultura do *Big Man*) pareciam fragilizar o Governo de Port Moresby, aos olhos de Camberra, pelo que o contingente da AFP foi imediatamente destacado para a PNG, sem que as

⁷² O Vanuatu reconhece Pequim, mas tal não impediria que Vohor visitasse, sequencialmente, a China continental e Taipé entre setembro e dezembro de 2004, obtendo generosos pacotes de cooperação. Da parte de Taiwan, Vohor obteve 28 milhões AUD de apoio financeiro e cerca de 40 milhões anuais, durante 5 anos, em investimento direto (Schultz, 2012, p. 210).

autoridades papuásias tivessem dado o seu aval pleno (Patience, 2008). Com efeito, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, aquiesceu que foram cometidos alguns *faux-pas*, designadamente o envio prematuro de um diplomata de Camberra que antagonizou excessivamente com o Procurador-Geral papuásio, estimulando sentimentos anti-australianos (Schultz, 2012). Por outro lado, ainda que um comentador papuásio, Michael Manning, tenha alegado ter existido, à semelhança das Salomão, um pedido de auxílio dirigido por Port Moresby a Camberra, não se detetaram provas de tal pedido. Pelo contrário, o comportamento das instituições da PNG revelou certo agastamento com as propostas intervencionistas australianas, sobretudo depois de o país, tal como Nauru, ter sido incluído na “Pacific Solution” de modo algo coercivo (Patience, 2008).

Efetivamente, para além do carácter perspectivado como impositivo da PRC – em que Downer terá ameaçado cortar o fluxo de cooperação com a PNG (cerca de 330 milhões AUD, acaso não fosse aprovada (2008, p. 174) –, acrescia o pedido de imunidade judicial dos polícias australianos, enquanto estes se encontrassem em missão. O culminar do atribulado processo ocorreria em maio de 2005, com a declaração de inconstitucionalidade da PRC, deixando os 160 polícias australianos num limbo jurídico, veiculador de uma imagem de insucesso, associada a uma porventura excessiva ingerência. Os elementos da AFP seriam posteriormente repatriados e uma nova PRC, menos musculada, seria negociada entre os dois países (2008).

Respondendo à constante assertividade australiana, o Primeiro-Ministro Michael Somare, carismático no seu país e na região (*Big Man* regional), utilizaria em várias ocasiões uma das “*weapon of the weak*” – como a denomina Schultz para se referir a pequenas sabotagens que, não alterando a situação geral, podem ser adstringentes para Camberra (2012, p. 31). Em outubro de 2006, Somare permitiu que o advogado australiano de origem indo-fijiana Julian Moti, se deslocasse para as Ilhas Salomão, apesar de acusado formalmente de violação na Austrália, impendendo sobre ele um pedido de extradição. Em Honiara, Moti seria nomeado Procurador-Geral das Ilhas Salomão, numa manobra provocatória para Camberra (Barbara, 2008; Schultz, 2012). Outro incidente ficou conhecido como o “incidente dos sapatos”. Numa visita realizada à Austrália, o *Big Man* papuásio acusou os serviços aeroportuários de o terem obrigado a descalçar os sapatos, imputando desrespeito pelo Chefe de Governo papuásio às autoridades australianas (Schultz, 2012). Mesmo tendo conhecimento dos procedimentos alfandegários australianos, a coincidência temporal do episódio e os insucessos da PRC evidenciam a formulação de uma imagem negativa das intervenções cooperativas, muito pouco em linha com as asserções de Nye e da Conferência relativa a *smart power* australiano ocorrida em 2012 (Dudgeon & Tyler,

2012). Ademais, a PNG é um gigante entre anões, sendo o maior Estado das Ilhas do Pacífico do ponto de vista territorial, populacional e económico (sobretudo com o desenvolvimento de grandes projetos de extração e processamento de gás natural) (Herr & Bergin, 2011), pelo que a sua secundarização no plano regional poderá ser gerador de *soft power* negativo para a Austrália.

2.2.4. Críticas às intervenções cooperativas

Observada como um Gulliver numa terra de Liliputianos, que deve a sua influência quase exclusivamente ao seu tamanho e não à sua habilidade, a Austrália perderia, na perspetiva das audiências dos ilhéus, alguma da credibilidade anteriormente angariada em intervenções menos musculadas. Como refere Ratuva (2008), as intervenções cooperativas australianas contribuíram para danificar a imagem da Austrália no Pacífico, dado que Camberra parece ter colocado os ilhéus no fundo da lista de audiências a satisfazer, com o seu discurso de legitimação das intervenções, sendo que, em primeiro lugar, estariam os EUA, em segundo os eleitores australianos, em terceiro a Ásia. O próprio termo “arco de instabilidade” e o silogismo do Pacífico, que posicionou a palavra “terrorismo” na região, foram consideradas justificações de natureza ideológica e não factual para as intervenções, já que, para grande parte dos ilhéus, questões como o terrorismo de matriz islâmica pareceriam demasiado distantes para ali serem geoposicionadas (2008). Allan Patience considera ainda que “(...) both Howard’s declarations and Downer’s claims [relativamente ao estabelecimento de bases terroristas em Estados falhados da região] were perceived at least as offensively in the South Pacific” (2008, p. 166).

Ratuva (2008), professor da Universidade do Pacífico Sul, com sede em Suva, e investigador da *Australian National University*, acusa ainda a Austrália de desenvolver complexos de superioridade relativamente aos ilhéus, considerando que:

Although terms such as ‘dumb’ and ‘primitive’ are not explicitly used in the public domain (except in private conversations), the subtle ideological assumptions which underpin the engagement of Australian consultants in various AusAID projects have connotations of intellectual and moral superiority of Australians compared to the less endowed Pacific counterparts. Aid packages geared towards ‘local capacity building’ and ‘institutional reforms’ imply transmitting superior values to save Pacific soul from corruption, inefficiency, instability and poverty.(p. 92)

Ratuva continua a expor uma série de considerações, relativamente à imagem australiana no Pacífico, explicitando, ainda assim, que essa imagem é complexa e caleidoscópica. Refere que, enquanto a Ásia é temida pela Austrália, o Pacífico é alvo de *bullying* e paternalismos, sendo, por seu turno, vista como predadora, designadamente quanto às suas políticas migratórias, intervencionismos e *boomerang aid* – a ajuda que tem retorno positivo para as agências, empresas e cidadãos australianos, sem beneficiar substancialmente os recipiendários (May, 2012).

Algumas visões recolhidas por Ratuva dão conta de expressões como “tubarão branco”, “*Big Brother*” ou “país comunista”⁷³ para descrever o comportamento australiano no Pacífico insular, da perspectiva de elites locais, assinalando que, em determinadas ocasiões, prevalece uma certa ideia de que a associação do Pacífico à Austrália pode ser negativa para a própria imagem internacional e mesmo para a segurança da região. Nas Fiji, temeu-se que a asserção de que o Pacífico é permeável ao terrorismo pudesse tornar-se atrativa para grupos *ihadistas*.

Steven Ratuva (2008) acusa, ainda, a Austrália de promover determinadas alterações nas políticas de segurança e defesa das Ilhas, como extensões da sua própria segurança, numa espécie de “australianização” das Forças e Serviços de Segurança dos Estados da região – o que, tendo em conta o pensamento estratégico australiano acima escalpelizado, consideramos como uma evidência. No entanto, Ratuva reconhece que o Pacífico alimenta o seu próprio dilema: embora o “domínio hegemónico” da Australásia possa significar a sua expulsão de organismos regionais, emerge também o sentimento de que a Austrália (e a Nova Zelândia) são necessárias para a obtenção de fundos e apoio humanitário.

Embora formulando críticas menos diretas, Dobell (2007a) alerta para a necessidade de a Austrália aproveitar os laços pessoais que possam subsistir da “era colonial”, para construir redes de influência no Pacífico, que não passem pela burocracia da ajuda. Wesley-Smith (2008) alerta para o facto de se pretender impor sistemas ocidentais em sociedades, para as quais a própria noção de Estado é inexistente, alienando forças locais que poderiam, de algum modo, contribuir eficientemente para os processos de construção do Estado.

Também num tom crítico, Barbedo de Magalhães (2007) alerta para o facto de, aquando do início das convulsões étnicas nas Ilhas Salomão, em 1999, Honiara ter cedido 30% do capital de plantações a uma entidade estrangeira, referindo ainda que uma mina de ouro salomónica, explorada por mineralífera australiana, apenas pagaria 3% de impostos sobre os rendimentos da exploração.

⁷³ No sentido de insensível, agressivo e manipulador, resquícios de uma imagem negativa da União Soviética, prevalecente na região (Ratuva, 2008, p. 96).

Gordon Nanau (2008) elenca uma série de críticas especificamente dirigidas à RAMSI, porventura extensíveis a outras missões na região, designadamente: **i)** o facto de ser uma missão dominada pela Austrália, não estando verdadeiramente assente numa cooperação regional; **ii)** alegações de comportamentos discriminatórios, dirigidos pelas forças policiais da RAMSI contra malaitanos; **iii)** o esboroamento da soberania salomónica, com a imposição de imunidade judicial e levantamento da necessidade de emissão de vistos aos elementos da RAMSI; **iv)** o insucesso no empoderamento dos autóctones; **v)** as abordagens inapropriadas que criaram a impressão, junto das populações, de que a Austrália estaria a beneficiar-se a si própria, do ponto de vista financeiro (a *boomerang aid*); **vi)** o apoio a instituições que já tinham revelado ser ineficientes, tendo a Austrália, por exemplo, procurado bloquear uma alteração constitucional, que poderia revelar-se positiva para as comunidades locais; **vii)** o excesso de assessores e os vencimentos faraónicos de que usufruem – sendo alguns acusados de nem preencherem os critérios para admissão na função pública australiana –, por contraste com os rendimentos diminutos de funcionários salomónicos da RAMSI; **viii)** o exagero da demonstração de capacidade militar pela RAMSI, embora tal não tenha evitado a emergência de episódios de violência, particularmente em 2006; **ix)** a participação de elementos da RAMSI em atividades ilegais (prostituição, comércio ilegal de álcool); e **x)** a percecionada proteção seletiva dos responsáveis políticos pela instabilidade gerada entre 1999 e 2003.

Por fim, mencione-se Jonathan Schultz (2012), que conclui que o Governo australiano tem dificuldades em compreender e relacionar-se com a região, porquanto os decisores políticos tendem a elaborar conclusões precipitadas e a adotar políticas pouco adaptáveis às insulas e, bem assim, unilateralistas, gerando contínua volatilidade no relacionamento Camberra-Pacífico.

Em suma, e como veremos consubstanciado adiante, a imagem positiva da Austrália junto de países ocidentais e a perspetiva de que as intervenções cooperativas podem gerar *soft power*, parecem não ter paralelo semelhante no Pacífico insular, onde a visão será mais negativa em face dos intervencionismos registados particularmente entre 2003 e 2007, que concluímos serem caracterizados pelo emprego massivo de instrumentos de *hard power*, secundarizando instrumentos de *soft power*. Marcando uma certa ruptura com a Doutrina Howard (e com a tradição Menzies) e iniciando um novo ciclo, na senda da tradição Evatt, em 2007, o Trabalhista Kevin Rudd ascendeu ao cargo de Primeiro-Ministro e com ele uma visão menos assertiva da presença australiana no Pacífico. Por outro lado, na outra costa do oceano Pacífico, a emergência de perspetivas de maior equilíbrio entre instrumentos de

hard e *soft power* parece ter também influenciado Camberra – que, na verdade, nunca prescindiu de outros instrumentos para reforçar a sua influência no Pacífico.

3. OUTROS INSTRUMENTOS

3.1. Ajuda ao Desenvolvimento/Cooperação

Apesar de produtora de *soft power*, como alega Nye no caso da Noruega (Nye, 2012b), a ajuda poderá ser perspectivada como um instrumento de *hard power*, ainda que menos “musculado” que o intervencionismo. Brown (2005), reportando-se à ajuda australiana no Pacífico, corrobora tal asserção:

When a large proportion of government expenditure is supplied by aid, recipient governments can be very vulnerable to the agendas of donor governments. Donor can exert pressure by halting or suspending aid or attaching conditions to aid disbursements. (p. 8)

Também o então Presidente indonésio, Sukarno, ciente da capacidade de influência do fluxo de ajuda dirigiu-se, em 1964, ao Embaixador norte-americano e gritou “go to hell with your aid” (Hogan, 2013). Como vimos em Ratuva (2008), uma declaração semelhante por parte de responsáveis insulares poderia ser contraproducente, dado que o Pacífico se encontra especialmente dependente da ajuda.

Com efeito, até ao período dos intervencionismos cooperativos, grande parte do relacionamento entre a Austrália e as Ilhas do Pacífico seria dominada pela AusAID dentro do *establishment* australiano, gozando até de grande autonomia face a outros agentes de Estado (Schultz, 2012). Mais de 50% da ajuda externa de que usufrui o Pacífico é atualmente proveniente da Austrália, representando cerca de 1,2 mil milhões AUD anualmente (Cave, 2012). Ao longo da última década, esse fluxo de ajuda direta, e em especial a conferida à PNG, tem vindo a aumentar substancialmente (*Vide* Herr & Bergin, 2011, p. 47), não obstante a emergência de outros doadores extrarregionais, designadamente os EUA (e preocupantemente para Camberra, a China), e de alguns constrangimentos orçamentais internos (Rimmer, 2013). Note-se, contudo, que tais alegados constrangimentos não têm impedido um aumento palatino do volume absoluto de ajuda canalizada para o Pacífico, desde o ano 2000, até 2010 (Australian Aid, 2013).

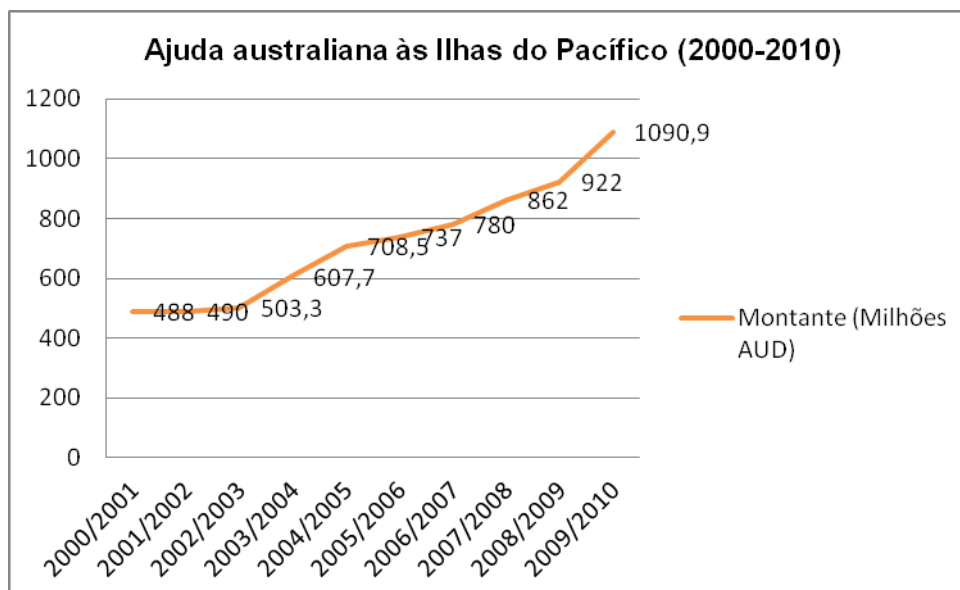


Tabela 2
Fonte: Australian Aid, 2013

Associada a imperativos de segurança – tanto na perspectiva da permeabilidade de Estados falhados aos sindicatos de crimes, como sob o prisma ambiental – e coadjuvante de intervenções mais “musculadas”, a ajuda australiana tem-se focalizado na tentativa erradicação da pobreza na sua vizinhança imediata (Rimmer, 2013), reforçando a sua influência regional. No entanto, como anteriormente afluído, a ajuda transacional, com imposições associadas, ou a *boomerang aid* podem ser, pelo contrário, utilizadas para denegrir a imagem australiana nas Ilhas do Pacífico, mesmo que, como instrumento de *hard power*, produza efeitos imediatos. Barbara (2008) recorda que John Howard, em resposta às críticas de paternalismo australiano da sua política de cooperação, afirmou que, ao conceder auxílio significativo, exigiria uma melhoria dos padrões de governação e de eficiência económica. Por seu turno, Flitton (2011) revela que a AusAID estaria a pressionar os países do Pacífico insular a aceitar determinadas prerrogativas constantes em acordos comerciais em troca de fluxos de ajuda, tendo ameaçado suspendê-los.

Schultz (2012) escarpeliza também esta questão, afirmando que a ajuda australiana no Pacífico está frequentemente associada à exigência da aquisição de exportações australianas, mesmo que o mercado do Pacífico não seja o mais representativo para a economia australiana. A comercialização da ajuda australiana no Pacífico torna-se especialmente visível com os esquemas de financiamento misto ou créditos concessionais disponibilizados com a cláusula de pagamento a empresas australianas, responsáveis pelos projetos financiados (2012, p. 133). Outros métodos de ajuda transnacional incluem, por vezes, o estabelecimento de normas ambientais, beneficiadoras das empresas australianas

já acostumadas com regulamentos semelhantes. Por outro lado, Schultz alude à presença de empresas que se especializaram no fornecimento de ajuda ao Pacífico, beneficiando fortemente com os fluxos de cooperação e gerando desconfiança junto dos recipiendários. Esta política tem, contudo, vindo a sucumbir à denominada “diplomacia de cheque” de outros países⁷⁴.

Oli Brown (2005) sintetiza o método de funcionamento da “tied aid”, numa mescla de elementos de coação (*hard power*) e sedução (*soft power*):

Aid can support the domestic industries of donor countries in three ways. Firstly, ‘tied aid’ ensures that aid flows are spent on goods and services from the donor country. Secondly, aid can be used to develop the capacity of recipient countries to exploit the natural resources the donor country is interested in; Japan’s aid to the fishery sector and investment in the mineral resources of the seabed are prime examples of this. Third, aid helps ‘buy’ influence and good feeling in the recipient countries and so encourages trading relationships. In short, the foreign policy objectives and domestic economic priorities of donors have often co-opted their aid programmes. (p.6)

3.2. Instrumentos de Soft Power

Apesar do recurso prolífico a sanções ou a ameaça do seu uso (como a proibição da entrada de certos indivíduos na Austrália), da cooptação forçada de alguns elementos das elites do Pacífico – sendo que algumas personalidades, apesar dos constrangimentos, não têm pejo em se considerar pró-australianas, pelos dividendos pessoais imediatos que tal posicionamento possa acarretar – e do uso de outros instrumentos de *hard power* ou híbridos, como a ajuda ou o projeto de estabelecimento do dólar australiano como moeda regional oficial (Dobell, 2007a), o Estado Federal australiano não tem, todavia, negligenciado totalmente os seus instrumentos de *soft power*. Com efeito, para além de uma tentativa expansão da rede diplomática australiana (Oliver & Shearer, 2011), ainda que na senda de uma viragem asiática constante do Livro Branco de outubro de 2012 (Commonwealth of Australia, 2012), bem como de um incremento de outros instrumentos de diplomacia pública como o *Australian International Cultural Council* (Broinowski, 2012), especificamente em relação às “audiências-alvo” no Pacífico, a *Australian Network*, televisão estatal, apesar das críticas e da necessidade de reformulação interna, bem como a *Radio Australia*, parecem continuar a ser referências no Pacífico (Oliver & O’Keefe, 2011; Oliver,

⁷⁴ Vide *infra*.

2012a e 2012b;), sobretudo tendo em conta a lenta penetração de novas tecnologias naquela região (Ley, 2012; Oliver, 2012b). Oliver (2012b) refere:

The Australian Network (...) remains the most-watched or the second-most watched international broadcaster in Pacific Island Markets. (...) Not only is it one of Australia's principal vehicles for communicating its image, culture, strengths and values to the world, it's also a valuable (and highly valued) source of independent news and current affairs for the region. (p.1)

A importância não só da *Australian Network* como dos órgãos de comunicação social australianos é evidenciada por Toby Ley (2012), que alega existir uma diferença entre os *media* ocidentais, mais transparentes, e os do Pacífico, tendencialmente monopolizados pelos Estados e veículos de propaganda, sendo crescentemente alvo de descrédito. É neste contexto que os órgãos de comunicação social australianos têm permitido certa permeabilização das políticas estatais australianas, veiculando conceitos e preceitos que lhes são favoráveis e de escopo universal, como defende Nye – contrastando com o que defende Ratuva (2008), quando acusa a Austrália de ser *narrow-minded* e paroquial no seu relacionamento com o Pacífico. Além de que, como revela Schultz para se referir ao caso Sandline, mas que poderá, eventualmente, aplicar-se a outras situações, “[t]he information and media offensive served to attract support for the Australian position both within Australia and by other key international players with influence (...)” (Schultz, 2012, p. 159).

Ley (2012) alerta, contudo, para ao impacto que as novas tecnologias (que chegarão, a prazo, às Ilhas do Pacífico de forma massiva) poderão ter na veiculação de informação, designadamente as redes sociais e a influência que estas poderão exercer no esboroamento e mudanças de regime. Neste particular, Ley (2012) dá conta da importância dos blogues no combate ao regime do Comodoro Bainimarama, nas Fiji, e da página de *Facebook* do *Pacific Institute of Public Policy*, no tentativo mapeamento e influência de sensibilidades populares, pelo menos na Melanésia.

O desporto tem sido, igualmente, um tentativo catalisador de influência no Pacífico, na medida em pode estimular as economias insulares e criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional da juventude insular, sendo instrumento de *soft power* não negligenciável, como enfatiza Bubalo (2005 e 2010). Herr e Bergin (2011) referem que a Comissão de Desporto australiana, em conjugação com a AusAID, têm desenvolvido programas desportivos que, caso sejam coordenados com o DFAT, podem

conferir valor acrescentado à diplomacia australiana, ao mesmo tempo que cumprem com alguns objetivos de desenvolvimento.

Outro dos instrumentos de *soft power* utilizado tem sido a denominada “diplomacia do Tsunami”, como vimos acima, longamente utilizada pela Austrália, na região do mundo mais suscetível a desastres naturais – sismos, ciclones e tufões, com 207 desastres desde 1950 (Herr & Bergin, 2011, p. 43) – e a ameaça de aumento do nível médio das águas do mar têm proporcionado a visibilidade das equipas de socorro australianas, bem como a possibilidade de a Austrália se tornar refúgio permanente para os Estados, como Nauru, ameaçados pela inexistência física.

Também os intercâmbios estudantis e a concessão de bolsas de estudo a estudantes do Pacífico se têm revelado particularmente profícuos, no estabelecimento de elites cultivadoras de certa “australofilia” – Thompson (2010) alude inclusivamente ao aprofundamento de ações que promovem a cooptação de futuros líderes e académicos do Pacífico –, ao mesmo tempo que pacotes de ajuda, no âmbito da saúde, têm ajudado a veicular uma boa imagem do continente-ilha no Pacífico insular (Herr & Bergin, 2011).

Por outro lado, a presença de comunidades de ilhéus na Austrália, para além da geração de remessas, tem-se revelado ambígua: ao contrário da Nova Zelândia, a Austrália acolhe um número diminuto de ilhéus (cerca de 40 000, segundo os dados de 2006) (Schultz, 2012, p. 58), não facilitando a compreensão mútua entre povos. Acresce ainda que, pelo facto de grande parte destes imigrantes possuir elevada qualificação, a Austrália tem sido acusada de promover uma “fuga de cérebros”, fragilizadora das economias e das sociedades do Pacífico (Thompson, 2010).

Para além destes instrumentos de *soft power*, cremos que a disseminação da língua inglesa será um dos mais significativos. Fruto do passado colonial britânico e, no caso da Melanésia, de uma proliferação de línguas autóctones, sem que haja idiomas agregadores e facilitadores da comunicação inter-étnica, o inglês (no seu padrão australiano ou britânico, ou nas múltiplas variedades de inglês insular) continua a ser a língua franca da região. Usada como língua oficial em 11 entidades da região⁷⁵ e língua de trabalho das organizações regionais, o inglês é, ademais, a língua primordial dos órgãos de comunicação social e dos sistemas de educação, desde o ensino primário até ao ensino superior, assumindo a Universidade do Pacífico Sul, em Suva, Fiji, um papel de protagonista no

⁷⁵ Designadamente: PNG (a par do crioulo e língua nacional tok pisin e do hiri motu), Ilhas Salomão, Vanuatu (onde o francês e o crioulo e língua nacional, bislama, têm estatuto de cooficialidade), Fiji (a par do hindi e do fijiano), Tuvalu (com o tuvaluano), Tonga (a par da língua tonganesa), Toquelau (com o toquelauano), Samoa (em conjunto com o samoano), Samoa Americana (a par do samoano), Niue (com o niueano) e as Ilhas Cook (em simultâneo com o rarotongano) (Lynch & Mugler, 1999).

desenvolvimento da produção científica da região (Lynch & Mugler, 1999). Também a literatura regional encontra espaço crescente na língua inglesa (1999, p.15-16), tornando-se numa sorte de veículo que, pelo *modus cogitare* que transporta e por se constituir como meio facilitador de comunicação, tende enformar a *natural* influência australiana na região, que não parece ameaçada sob este aspeto – não obstante algumas quezílias linguísticas no Vanuatu (Aldrich, 1987; Mrgudovic, 2006).

3.3. Mecanismos regionais de *smart power*

No auge do período intervencionista (2003-2007), a Austrália parece igualmente ter propugnado por um maior investimento em mecanismos regionais, propiciadores, por um lado, do estabelecimento de uma agenda de acordo com os interesses de Camberra (*soft power* na região e exponenciação de *soft power* australiano a nível global) e, por outro, legitimadores de abordagens unilateralistas, como, de algum modo, observámos na RAMSI. Neste contexto, Stewart Firth é incisivo quando afirma que “Australians want to remake the South Pacific in their own image, and regionalism is a key site of this project” (Firth, 2008, p. 119)⁷⁶.

O regionalismo no Pacífico não é uma tendência nova já que o primeiro organismo, o *Pacific Island Forum* (que posteriormente daria origem ao FIP) criado em 1971, serviu inicialmente para preparar as independências concretizadas e que se avizinhavam, inclusivamente com um pendor não tão subtilmente anti-França (Mrgudovic, 2006). O regionalismo do Pacífico tende, por isso, a espelhar certas lógicas de poder regional, sendo singular porquanto inclui uma plêiade de organismos sobrepostos de múltiplas interconexões, embora Firth (2008) lhe acuse a dependência do carisma impresso por alguns líderes, como foi o caso de Ratu Mara, ex-Primeiro-Ministro das Fiji. Expressão das suas próprias singularidades geopolíticas, o regionalismo do Pacífico tende igualmente a ser assimétrico em termos de poder, dado que, sinteticamente, o gigantismo da Australásia contrasta com o peso dos microestados, estabelecendo relações clientelistas, mesmo que grandes poderes exa-regionais, como a China, procurem tirar partido das fragilidades dos Estados insulares do Pacífico (2008).



Ilustração 7

Primeira-Ministra da Austrália, Julia Gillard, à chegada a Rarotonga (Ilhas Cook) para a 43ª Cimeira Anual do FIP, agosto de 2012.
Fonte: Pacific Island Forum Secretariat (2013).

⁷⁶ Vide Anexos I e II, com tabelas de organismos regionais.

Com a assertividade impressa pela Doutrina Howard, o regionalismo do Pacífico viu-se orientado para as questões securitárias, sendo emblemática a Declaração de Biketawa, no âmbito do FIP, que viria a legitimar posteriores intervenções australianas. De entre as várias inúmeras iniciativas escoradas no PIF, destacamos o *Pacific Plan*, de âmbito securitário, e o *Pacific Agreement on Closer Economic Relations* (PACER), de âmbito económico.

O *Pacific Plan*, tendo emergido em 2003/4, no auge da assertividade “howardiana”, baseia-se num reforço da cooperação regional com âmago securitário, propugnando por uma coordenação dos sistemas de justiça, policiais e militares, bem como unidades de *intelligence* financeira e base de dados conjunta com o registo de pavilhões, onde, apesar do centro gravitacional continuar a residir na Austrália (como principal doadora), os Estados-membros do FIP são aliciados a uma maior participação (com meios humanos e materiais), não se fechando as portas a não-membros do Fórum, como é o caso dos EUA e, recentemente, da França (Bateman *et al.*, 2008; Herr & Bergin, 2011).

O *Pacific Plan*, ou as perspetivas da sua concretização, terão levado a uma reconceptualização do *Pacific Boat Patrol* (Commonwealth of Australia, 2005), ativo desde 1987, e compreendia, em 2005, um conjunto de 22 navios-patrolha, especificamente construídos em estaleiros australianos para a vigilância das ZEE de 12 entidades do Pacífico insular⁷⁷ (Commonwealth of Australia, 2005; Bateman & Bergin 2011). Considerado como uma das pedras de toque da influência da Austrália na região, atendendo ao facto de as tecnologias e procedimentos se basearem no arquétipo australiano, o *Pacific Boat Patrol* seria mais tarde transformado em *Pacific Maritime Security Program* (Bateman & Bergin, 2012 e Claxton, 2013), embora mantendo os mesmos princípios de base. Robusteceu-se, assim, um instrumento de *hard power*, que não apenas intensifica o poder duro da Austrália (praticamente a única fornecedora de segurança marítima na região), como pode produzir *soft power*, pela disseminação e harmonização regional de procedimentos e tecnologias.

Por seu turno, de um longo rol de iniciativas regionais tendentes à promoção do comércio livre intrarregional e declarada a integração das ínsulas do Pacífico no mercado global, destaquemos o PACER, alcançado em 2002. De acordo com o PACER – que Kelsey (2004) acusa de, nos seus antecedentes, ter sido alcançado através do *bullying* australiano – as Ilhas do Pacífico serão obrigadas a negociar acordos de livre comércio com a Australásia, aquando do início de negociações com a União Europeia, terminando com alguns acordos tarifários preferenciais vigentes (Firth, 2006; Firth, 2008).

⁷⁷ PNG, Fiji, Estados Federados da Micronésia, Tonga, Ilhas Salomão, Ilhas Cook, Kiribáti, Ilhas Marshall, Palau, Samoa Ocidental, Tuvalu e Vanuatu (Commonwealth of Australia, 2005).

3.4. Dinâmicas concorrenciais: o sub-regionalismo como ameaça

O FIP tem sido o organismo regional por excelência, cujo “australocentrismo” parece quase inevitável, como comprovarão as pressões exercidas em 2004, para que fosse designado um cidadão australiano (Greg Urwin) para Secretário-Geral do Fórum, quebrando a tradição segundo a qual a posição em apreço seria ocupada por um ilhéu (Ratuva, 2008). Esta situação, posteriormente aliada à expulsão das Fiji, em 2009, veio vincar ainda mais as críticas intrarregionais ao excessivo peso da Austrália nas instituições e iniciativas regionais. O fenómeno do sub-regionalismo, em particular no “Arco Melanésio” parece, com efeito, emergir como reação ao percecionado como excessivo peso gravitacional da Austrália, procurando excluí-la e gerando novas dinâmicas: desde logo, com a postergação do *Pacific Plan* (Claxton, 2013) e, em segundo lugar, o reforço de um organismo sub-regional, de importância limiar até muito recentemente, que é simultaneamente observado como uma sorte de “caixa-de-ressonância” dos sentimentos anti-hegemónicos que perpassam pela região.

Criado em 1988 e inscrevendo, na atualidade, a PNG, as Ilhas Salomão, Vanuatu, Fiji e ainda a Frente de Libertação Nacional Socialista Kanak⁷⁸, o *Melanesian Spearhead Group* (MSG) ganharia, contudo, especial atenção por parte das autoridades australianas quando o Secretariado da organização foi estabelecido em Port Vila, em 2007, com fundos chineses (May, 2011). Com uma estrutura pouco elaborada e objetivos suficientemente genéricos de cooperação intergovernamental, o MSG ganhou especial relevância quando, afastadas do FIP por manutenção de um regime não democrático, após golpe de Estado no final de 2006, as Ilhas Fiji se refugiaram neste organismo para continuar a “ter uma voz” regional e mesmo internacional. Mimetizando a legitimação regional do unilateralismo australiano, Suva procurou, com respaldo regional, consubstanciar as políticas de “*Look North*” (Herr & Bergin, 2011) e do estabelecimento de parcerias com países asiáticos que, importando as conclusões de Tomé (2010), permitissem desenvolver políticas de *hedging*⁷⁹.

A busca de parcerias *alternativas* com países asiáticos não seria uma novidade, na medida em que, entre o final da Guerra-fria e a crise asiática de 1997, alguns Estados do Pacífico procuraram o fortalecimento das relações comerciais e a cooperação com vários países emergentes, designadamente a República da Coreia e a Malásia (May, 2012). No entanto, alterações geopolíticas parecem transformar a visão de “*Look North*” porventura mais profícua, do que no período da Guerra-fria, em que a União Soviética intentou algumas

⁷⁸ Movimento independentista, de raiz étnica, da Nova Caledónia (França).

⁷⁹ “(...) num ambiente percecionado como bastante volátil, e em que o rumo dos acontecimentos e o comportamento dos outros é incerto, os actores optam pela prudência e pela ambivalência, não colocando “todos os ovos no mesmo saco”, utilizando todo o tipo de instrumentos e jogando em todas as direcções, dimensões e canais possíveis” (Tomé, 2010, p. 405-406).

injetivas. Com efeito, as recentes dinâmicas de crescente fulcralidade geopolítica da Ásia-Pacífico parecem retirar o Pacífico insular da extrema periferia (e do esquecimento), assistindo-se a um crescente interesse de vários Estados pela região, atraídos, igualmente, pelas oportunidades económicas (Poling & Larsen, 2012), a que se associa um incremento do interesse e da presença chinesa, perspetivada como ameaçadora, pelo binómio Austrália/EUA.

4. 2007-2012: RIVALIDADES E COOPERAÇÃO

4.1. Fiji: um estudo de caso

As tensões entre a Austrália e as Salomão e, bem assim, entre a Austrália e a PNG, ilustrando os efeitos negativos de um *smart power* porventura demasiado assente no poder duro, marcariam, ainda no final de 2006, um período de contínua assertividade australiana, embora sem o ímpeto intervencionista de outrora. O caso das Fiji, pelas reações australianas e pelo impulso sub-regional que veio dar ao revivalismo da política de “Look North”, parece-nos exemplar para descrever um período de adaptação e de refreamento da assertividade que caracterizou a implementação da Doutrina de Howard.

No cômputo da Melanésia, as Fiji ocupam, como já dito anteriormente, um papel de Estado *pivot* do Pacífico: entre a Polinésia e a Melanésia, a mais de 3000 Km de distância da costa leste da Austrália, as Fiji encontram-se numa posição central das rotas comerciais entre a América e a Oceânia, sendo um arquipélago com abundantes recursos naturais (Stratfor, 2012c). Dada a sua relativa robustez económica e desenvolvimento social, as Fiji são consideradas uma potência do Pacífico insular, particularmente influente nas dinâmicas regionais, sobretudo no âmbito da descolonização, do Direito do Mar – uma das principais “bandeiras” de Suva no plano internacional⁸⁰ – e da questão da abolição dos testes nucleares (Mrgudovic, 2006). Centro regional de transportes e comunicações, as Fiji acolhem ainda um conjunto de agências e instituições diplomáticas regionais (Herr & Bergin, 2011).

Fruto da sua História, as Fiji são, contudo, um arquipélago cuja cultura política se encontra profundamente fraturada e militarizada (Baledrokadroka, 2012) e permeável aos radicalismos (Hill, 2010), o que explicará em larga medida o carácter cíclico da ocorrência de golpes de Estado⁸¹.

⁸⁰ Em 1978, antes da aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (1982), as Fiji decretaram a existência de um regime arquipelágico em que a jurisdição soberana se estendia até às 200 milhas náuticas, galvanizando outros Estados do Pacífico insular (Mrgudovic, 2006).

⁸¹ Em 1987, a perceção de uma excessiva predominância de autóctones fijianos levou a que o indo-fijiano Coronel Rabuka orquestrasse dois golpes de Estado. O novo *statu quo* seria aceite pela Australásia, apesar da

Enquanto causa próxima, o golpe de Estado de dezembro de 2006 teve origem num crescendo de tensões que se verificava, desde finais de 2003, entre o Comodoro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama (indo-fijiano, representando as Forças Armadas fijianas) e o Primeiro-Ministro Qarase (fijiano, líder do partido no poder), e que se acumulou especialmente em 2006 em torno do que foi percecionado pelo chefe militar como uma excessiva preponderância política e económica dos autóctones fijianos. Ademais, os feitores do Golpe de 2000 teriam sido amnistiados, a que se juntava o facto de Bainimarama estar a ser investigado pelo Comandante-Geral da Polícia, o australiano Andrew Hughes, pelo seu alegado envolvimento em atos de tortura e execução de soldados rebeldes, na sequência do golpe de Estado de 2000 (Hill, 2010; Schultz, 2012).

Embora a Nova Zelândia tenha procurado dissuadir Bainimarama de adotar uma postura mais assertiva, o envio de navios de guerra australianos e neozelandeses para a região, em novembro de 2006, com o propalado intuito de proceder a uma eventual evacuação de cidadãos da Australásia, foi interpretado como um quase ato de guerra pelos militares fijianos, impedindo uma intermediação australo-neozelandesa nas negociações entre Qarase e o Comodoro. A credibilidade do eixo trans-tasmaniano seria posteriormente ainda mais abalada com as declarações públicas de John Howard, que se esquivou publicamente a uma intervenção entretanto solicitada por Qarase (Hill, 2010).

Colocadas numa situação dilemática – pois que os militares fijianos desempenhavam um papel fulcral na política do arquipélago, sendo porventura contraproducente provocar uma instituição que acusava as intervenções cooperativas australianas de estarem eivadas de neocolonialismo –, as duas capitais australasianas acreditariam nas garantias de Bainimarama, de manutenção dos militares nas suas casernas. No entanto, tais garantias não mascarariam a crescente desconfiança dos militares fijianos face ao que percecionavam mais do que ingerência, a subversão australiana através de operações encobertas. Com efeito, o Comissário Andrew Hughes não permitiria que fosse descarregado um conjunto de munições importadas, tendo por base a possibilidade de que fossem utilizadas por Bainimarama num golpe de Estado. Num outro incidente, as Forças Armadas das Fiji acusaram a Austrália de procurar introduzir clandestinamente um grupo de tropas especiais que, para além da ausência de documentação, trariam consigo contentores de armamento e munições (Schultz, 2012).

aplicação inicial de sanções. Mais tarde, e não obstante as mudanças constitucionais no sentido de promover uma discriminação positiva de autóctones fijianos, seria eleito um Primeiro-Ministro indo-fijiano (final dos anos 90) o que despoletaria um novo Golpe de Estado, em 2000. À semelhança de 1987, e não obstante o recurso inicial a sanções (designadamente restrições de vistos de entrada a elementos que participaram no golpe), Wellington e Camberra aceitariam o novo Executivo (Hill, 2010).

As suspeições de subversão seriam, ainda, agudizadas com as declarações de Howard relativas à solicitação de Qarase, o que pode ter precipitado o golpe de Estado. Entre 04 e 06 de dezembro de 2006, os militares fijianos detiveram o Primeiro-Ministro, dissolveram o Parlamento, suspenderam a Constituição e instauraram um regime militar sob o comando do Comodoro, e sob a bandeira do fim da discriminação racial nas Fiji (Hill, 2010). Dado que procurariam um maior equilíbrio étnico e, bem assim, erradicar a corrupção, que florescera com o Governo de Qarase, este golpe chegou a ser ironicamente apelidado de “‘good governance’ coup” (Schultz, 2012), em contraste com a situação de outros países da Melanésia, intervencionados com base na alegada má governação.

Ainda que não reconhecendo o novo Executivo, Camberra (e Wellington) viria a adotar o mesmo roteiro que seguiu após os outros golpes de Estado: a proibição da concessão de vistos a indivíduos relacionados com o Golpe de 2006 e às suas famílias, com especiais custos pessoais. No entanto, utilizando a “arma dos pobres”, como refere Schultz (2012), as sanções tiveram um efeito *boomerang*, pelo menos no que se refere a imagem regional dos “Grandes Irmãos do Pacífico”. Foi especialmente mediático o caso em que uma jovem mãe fijiana, com o seu filho bebé ao colo, foi impedida de entrar em território neozelandês, para tratamentos médicos, aprofundando sentimentos de hostilidade no Pacífico, dirigidos contra a Australásia (Hill, 2010).

O novo regime de Suva, em retaliação por um crescendo de tentativa isolamento desenvolvido por Camberra, dado que postergava continuamente o regresso às prerrogativas democráticas da Constituição suspensa, viria a expulsar quatro dos Altos-comissários (embaixadores) neozelandeses e australianos entre 2007 e 2009, medida que seria reciprocada pelas capitais australasianas (Hill, 2010). Esta política de coerção australasiana, como apelida Hill (2010), foi acompanhada, ainda, por um embargo de armamento, pela suspensão dos programas de cooperação técnico-militar e pela suspensão de contactos ao nível ministerial entre Suva e o eixo trans-tasmaniano (Hayward-Jones, 2011a). A intervenção militar ou um embargo generalizado não terão sido consideradas opções viáveis na medida em que a segunda poderia produzir efeitos retaliatórios em cidadãos e investimentos australianos⁸², ao passo que a primeira poderia levar a uma escalada de conflito com baixas australianas inaceitáveis (Hayward-Jones, 2011a; Schultz, 2012). Recorde-se, outrossim que, ao contrário dos Estados melanésios tidos como frágeis, a convulsão fijiana assentava numa instituição castrense sólida, num Estado com reconhecida importância regional.

⁸² Note-se que as Fiji são um popular destino de férias para australianos: 4% dos australianos que viajam para o exterior escolhem as Fiji, contabilizando cerca de 52% do total de chegadas ao arquipélago (Radio New Zealand International, 2013).

Ao nível multilateral, Wellington e Camberra promoveram uma série de ações conducentes ao tentativo isolamento do regime de Bainimarama, com o objetivo de restauração da democracia fijiana – reforçando, assim, o papel de potência hegemónica regional atribuído à Austrália. Com efeito, para além da suspensão das negociações PACER com Suva, Wellington e Camberra conseguiriam, em 2009, que os militares fijianos fossem banidos da integração em destacamentos do exército britânico e da participação em missões das Nações Unidas – uma das suas fontes de influência na política doméstica (Hill, 2010; Baledrokadroka, 2012; Schultz, 2012). Depois de



Ilustração 8
Comodoro 'Frank' Bainimarama
Fonte: Hayward-Jones, 2011b

suspensões parciais, as Fiji seriam expulsas da *Commonwealth*, em setembro de 2009, e do FIP, em maio de 2009, após uma tentativa de tornar este organismo “australocêntrico” refém do seu diferendo com a Austrália (May, 2011). Bainimarama conseguiu-lo-ia, em parte, fraturando o organismo e fragilizando-o, dado que conseguiu obter o apoio dos Estados melanésios – que reconheceram o Governo de Suva –, pese embora os menos significativos polinésios e micronésios se mantivessem, *grosso modo*, do lado da Austrália (2011).

Bainimarama conseguiu, ainda, gerar atritos entre a Papuásia Nova Guiné e a Austrália (Stratfor, 2012c), tornando-se crescentemente mais assertivo, relativamente a Camberra. Afastado do FIP, o Comodoro parece ter conseguido convencer os Estados melanésios – que já nutriam especial desconfiança face às intervenções cooperativas australianas – de que a tradição de respeito por um irmão seria mais importante do que o respeito por valores democráticos “importados” (Hayward-Jones, 2011a). Tal argumento seria extensivamente usado em 2009, quando o Primeiro-Ministro do Vanuatu, Edward Natapei, um crítico de Bainimarama, assumiu a presidência do MSG, colocando entraves à aceitação do Comodoro como representante das Fiji no grupo sub-regional, dado que a ausência de regime democrático é estatutariamente condenada pelo organismo. Natapei seria apoiado pela Austrália e pela Nova Zelândia, embora a PNG e as Ilhas Salomão tenham aprovado a presença do Comodoro (May, 2011).

Bainimarama continuou a sua tentativa angariação de apoios regionais, tendo, em julho de 2010, realizado em Nadi (Fiji) um encontro denominado de “MSG Plus” ou “Engaging Fiji”, custeado pela China, e para o qual foram convidados todos os membros do FIP, incluindo a Australásia, tendo marcado presença representantes da PNG, Salomão, Vanuatu, Tuvalu e

Tonga, Kiribáti, Nauru e Timor-Leste⁸³. No entanto, no FIP, continuava a ser votada a extensão da suspensão das Fiji, pelo menos até que Edward Natapei foi substituído, em dezembro de 2010. O seu sucessor, Sato Kilman, seria responsável por uma plena reaproximação entre Honiara e Suva e pelo fim do bloqueio vanuatense à transformação do MSG num grupo não hostil a Bainimarama. As Fiji assumiriam, pouco depois, a presidência do MSG (2011).

Bainimarama conseguiu, outrossim, angariar novas parcerias – arrastando consigo, numa perspetiva mais generalista de multiplicação de apoios, outros Estados da Melanésia que chegaram mesmo a mencionar Portugal como parceiro a não menosprezar (MacLellan, 2011) –, coincidindo o seu pleito com um crescente interesse de várias potências e organizações internacionais, em cooperar com os países do Pacífico insular. As Fiji tornaram-se membros do Movimento dos não-Alinhados e estabeleceriam três novas embaixadas (Indonésia, Brasil e África do Sul), em 2011 (Hayward-Jones, 2011a). Em 2012, as Fiji abririam, também, representações diplomáticas em Abu Dhabi e Seul (Tarte, 2012). Claxton (2013) refere que as Fiji também procuraram incrementar laços com a Coreia do Norte e o Irão.

Uma “*open door policy*” (Tarte, 2012) parece, igualmente, ter redundando, em 2012, na tentativa de constituição de um organismo regional eventualmente rival do FIP: o *Pacific Islands Development Forum*, dando continuidade à utilização do sub-regionalismo, para fazer face à influência australiana na região.

O Comodoro Frank Bainimarama parece ter conseguido desafiar abertamente a posição regional privilegiada da Austrália, o que se deverá quer às manobras estratégicas fijianas, assentes essencialmente em instrumentos de *soft power*, quer sobretudo à alteração do xadrez geopolítico, proporcionado por uma crescente rivalidade entre potências.

4.2. Jogos Regionais

Tradicionalmente, é invocada a existência de cinco grandes esferas de poder no Pacífico, resultado do passado colonial: australiana, britânica (muito exígua), francesa, neozelandesa e norte-americana (Baker, 1994; Herr & Bergin, 2011), não obstante o crescente interesse de outros Estados na região (MacLellan, 2011).

⁸³ Herr & Bergin (2011) consideram que a aproximação verificada entre Díli e Suva se deve ao dinamismo da segunda, interessada que está em angariar apoios contra as sanções impostas pela Austrália ao regime de Bainimarama.

4.2.1. França

Embora a presença da Grã-Bretanha se cinja, hoje, à posse de Pitcairn, sem aparentes pretensões de qualquer envolvimento direto nas questões regionais, no caso da França, a sua presença parece crescentemente mais sólida do que, inclusivamente, nos anos 80 e 90 do século passado, quando as reminiscências de um passado colonial, que estava a ser ultrapassado pela vaga de independências e, bem assim, a realização de testes nucleares na Polinésia Francesa, tornaram Paris numa sorte de potência *non grata*, inclusivamente considerada como uma intrusa e fonte de instabilidade (Fisher, 2013).

Na atualidade, a França possui três territórios ultramarinos – a Polinésia Francesa, Wallis e Futuna e a Nova Caledónia⁸⁴ –, importantes não apenas na estratégia de manutenção de presença territorial que auxilia Paris a projetar-se internacionalmente, como sob o prisma económico. Note-se que a Nova Caledónia possuirá cerca de 30 a 40% das reservas de níquel em todo o mundo, sendo provável, igualmente, a existência de hidrocarbonetos nas suas águas (MacLellan, 2010; Fisher, 2013, p. 5). Ademais, a ZEE francesa no Pacífico alcança os 7,4 milhões de Km², sendo apenas ultrapassada pela ZEE australiana na região (Mrgudovic, 2006, p. 72).

Vista como uma força de atrito relativamente às ambições regionais da Grã-Bretanha, inicialmente – sendo o sistema de condomínio colonial nas Novas Hébridas, atual Vanuatu, que atualmente fratura o Estado em anglófonos/anglófilos e francófonos/francófilos, um exemplo de rivalidades passadas (Aldrich, 1987) – e a Austrália, posteriormente, a França foi sujeita a uma série de tentativas manobras de isolamento e mesmo expulsão da região. O estabelecimento do FIP, a questão dos testes nucleares, apenas interrompidos em 1996 – que chegou a redundar na interposição de um processo judicial pela Austrália e as Fiji, no Tribunal Internacional de Justiça, contra a França, em 1973, e em vários boicotes diplomáticos (Mrgudovic, 2006) – e a sensível questão da independência da Nova Caledónia (e, já no século XXI, da Polinésia Francesa⁸⁵), constituíram os pontos de “ataque” à presença de Paris no Pacífico insular.

Na atualidade, a presença francesa na região parece ser observada pela Austrália como um ativo favorável aos interesses australianos. Em primeiro lugar, estará em causa uma questão de natureza económica, já que Paris canaliza um fluxo de cerca de 4,6 mil milhões de AUD (3 mil milhões de Euros) para a região que, estando aquém dos fluxos de ajuda australasiana, contribui, ainda, para que os territórios sob administração francesa sejam dos mais desenvolvidos da região, atraindo emigrantes que, de outra forma, pressionariam os

⁸⁴ A que se adiciona um atol desabitado ao largo do México, a Ilha de Clipperton (Mrgudovic, 2006; Fisher, 2013).

⁸⁵ Vide Reeves & Hunt, 2012; MacLellan, 2013.

mercados de trabalho australo-neozelandês e australiano (Fisher, 2013). Por outro lado, a Austrália parece ter percebido que a saída da França poderia resultar numa instabilidade dos territórios descolonizados, transformando-se, sobretudo a Nova Caledónia, num potencial novo Estado frágil no “Arco Melanésio” (2013). Além disso, os acordos de preparação de um processo de autodeterminação da Nova Caledónia – imitados, inclusivamente, pela PNG, relativamente a Bougainville –, designadamente Matignon (1988) e Nouméa (1998), que prevê a realização de um referendo de autodeterminação em 2014, promoveram certo desanuviamiento dos sentimentos de anticolonialismo francês que perpassaram na região e que estiveram, em parte, na base da criação do MSG e numa certa ingerência australiana nos assuntos intra-caledónios (Mrgudovic, 2006). Ademais, no âmbito do Acordo FRANZ (França-Austrália-Nova Zelândia), celebrado em 1992, a França vem, nos últimos anos, reforçando a cooperação trilateral, designadamente na vigilância das ZEE regionais e auxílio humanitário (ainda que o apoio francês tenha sido recusado pela Austrália, relativamente à intervenção nas Salomão em 2003⁸⁶) (Mrgudovic, 2006; MacLellan, 2009).

4.2.2. Nova Zelândia

A Nova Zelândia mantém uma dependência na região, as Ilhas Toquelau, conservando Niue e as Ilhas Cook, uma associação livre com Wellington. O Governo *kiwi*⁸⁷ tem como principal responsabilidade a vigilância marítima das águas destes arquipélagos, particularmente ricos em recursos haliêuticos (Herr & Bergin, 2011).

Excetuando por um breve período, entre 1983 e 1985, em que o Governo trabalhista de Bill Hayden procurou uma certa independência da política externa *kiwi* face à Austrália e aos EUA – resultando na suspensão do vetor neozelandês do tratado ANZUS (Mrgudovic, 2006) –, a Nova Zelândia tem pugnado por um posicionamento quase sempre próximo e em consonância com a Austrália (Lyon, 2010). Ademais, dada a perceção mais familiar dos ilhéus face à Nova Zelândia, que a consideram ambivalentemente parte integrante da Polinésia (Schultz, 2012), sendo igualmente o Estado da Australásia que maior número de indivíduos provenientes do Pacífico acolhe, Wellington tem, por vezes, sido chamada por Canberra a assumir o protagonismo regional na tentativa resolução de crises, como aconteceu em Bougainville (Schultz, 2012). Contrastando com a Austrália, e no caso específico de Bougainville, o facto de terem sido envolvidos neozelandeses maori, tendo algumas das negociações decorrido numa *marae*⁸⁸ (Hoadley, 2005), revelará, porventura,

⁸⁶ Por seu turno, a Austrália solicitou apoio francês, em 1999, por ocasião da consulta popular de autodeterminação em Timor-Leste, tendo sido reportadamente valorizado o quase imediato destacamento de um navio francês para águas próximas da ilha de Timor (Mrgudovic, 2006; Fisher, 2013).

⁸⁷ Nome popularmente atribuído aos neo-zelandeses.

⁸⁸ casa tradicional *maori*.

certa sensibilidade cultural que tenderá a colocar a Nova Zelândia mais próxima das Ilhas do Pacífico do que a própria Austrália, gerando acrescido *soft power*.

4.2.3. Japão

Embora não incluída na lista das tradicionais esferas de influência no Pacífico, o passado colonial nipónico na Micronésia tem vindo a ser revalorizado para patrocinar um novo envolvimento do país na região, que se crê ancorado: **i)** na obtenção de recursos naturais, designadamente recursos haliêuticos e terras raras (mercado quase dominado pela China); **ii)** na angariação de apoios diplomáticos para a ascensão do Japão a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; **iii)** na tentativa de bloqueio de um maior envolvimento da China na região (Herr & Bergin, 2011), que cremos diretamente relacionada com o alinhamento do Japão face aos EUA.

4.2.4. EUA

A zona de influência primordial dos EUA no Pacífico está geograficamente posicionada a norte do Equador, abrangendo quase toda a Micronésia e controlando as rotas marítimas nessa região setentrional do Pacífico. Washington mantém três dependências na região: a Samoa Americana, Guam e as Ilhas Marianas do Norte, a que se somam três Estados independentes – Estados Federados da Micronésia, Ilhas Marshall e Palau –, cuja defesa é assegurada pelos EUA (Herr & Bergin, 2011).

Estas ilhas *americanas* do Pacífico, particularmente importantes do ponto de vista estratégico face às potências que rivalizam com os EUA (Japão e União Soviética, no passado, China no presente), dominadas a partir do final do século XIX, no âmbito de uma política expansionista (Tomé, 2010), acolhem, hoje, importantes bases militares. As Ilhas Marshall albergam instalações de teste de mísseis de longo alcance. Por seu turno, Guam está a ser transformada no principal *hub* de defesa militar norte-americana na região, sendo expectável que venha a verificar-se um incremento do número de efetivos, coadjuvados pelo progressivo desmantelamento de base de Okinawa (Herr & Bergin, 2011).

O reposicionamento dos EUA, face à Ásia-Pacífico, parece também ter derivado num maior envolvimento norte-americano, na esfera de influência adstrita à Australásia e, inclusivamente, o estabelecimento de bases militares americanas em território australiano. Clinton, em 2011, referia, aliás, que “Australia agreed this year to explore a greater American military presence in Australia to enhance opportunities for more joint training and exercises” (Clinton, 2011, p. 63). Em novembro de 2011, seria anunciado o destacamento rotativo de fuzileiros norte-americanos em Darwin, no norte da Austrália, estando a ser preparada a criação de estaleiros de reparação de submarinos nucleares em Perth (tirando partido do

facto de a Austrália ser também banhada pelo Índico), bem como uma reformulação da cooperação bilateral e do destacamento de soldados norte-americanos para as cerca de 40 instalações militares australianas, que acolhem militares de Washington todos os anos (Dunston, 2012; Zalski, 2013).

O *pivot* norte-americano para o Pacífico, especificamente a sul do Equador, tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente. Para além do envolvimento em projetos da jaez económico-comercial como o *Trans-Pacific Partnership*, envolvendo também o Pacífico insular, e o estabelecimento de representações da USAID na região (Clinton, 2011; Herr & Bergin, 2011; Wallis, 2012a), caberá notar a visita do antigo Secretário de Estado para a Ásia, Kurt Kampbell, à região, em 2011 e, em 2012, a presença emblemática da Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, na cimeira do FIP, em Rarotonga (Cook), onde terá feito veicular um conjunto de mensagens.

Em primeiro lugar, Clinton sublinhou o intuito de expansão da coordenação com os parceiros regionais, como a Austrália, a Nova Zelândia, mas também o Japão e a França – explicando assim cabal e totalmente, cremos, o facto subjacente à mitigação do posicionamento desfavorável a Paris que vinha sendo alimentado pela Australásia –, para coordenação em assuntos relacionados com o desenvolvimento socioeconómico e sobre-exploração de recursos piscícolas (Larsen, 2012). Evidenciando uma hábil gestão de instrumentos de *hard power* (as bases e os acordos comerciais) e de *soft power* (“recauchutagem” de velhas alianças e estabelecimento de novas parcerias), Clinton envia uma segunda e talvez mais esclarecedora mensagem: “The Pacific is big enough for all of us” (2012, p. 2), referindo-se à China e reconhecendo subliminarmente ser difícil de fazer face à presença chinesa na região, em modo de confronto. A crítica ao uso do modo de confrontação pela Austrália, alertando, simultaneamente, para a possibilidade de tal postura estar a permeabilizar a presença chinesa na região, já houvera sido veiculada noutras ocasiões anteriores por Hillary Clinton e outros observadores, tomando inclusivamente uma postura crítica quanto à forma como a Austrália tinha vindo a lidar com esta situação (Herr & Bergin, 2011).

Adotando uma posição de suavização do discurso – que, aliás, o próprio Livro Branco para a Defesa da Austrália parece acompanhar, em 2013, por oposição a um discurso mais hostil à China, na versão de 2009 –, em Rarotonga, Clinton aproveitou a oportunidade para legitimar o FIP, como a organização regional por excelência (Larsen, 2012). Dada a utilização do sub-regionalismo pelas Fiji e pela China, rarefazendo a influência australiana na região, concluímos que as declarações de Clinton parecem fazer jus à perenidade da “insurance

policy”, talvez até mesclada de algum paternalismo norte-americano, face à Austrália e procurando compensar danos recentemente causados. Como afirmam Herr & Bergin (2011):

But the reassertion of US engagement with the Pacific Islands isn't just about China. The US is reluctant to openly express criticism of Australia's handling of regional relations, but it's clear that there are genuine doubts about Australia's capacity to lead islands' opinion on relations with China. (p. 27)

Em síntese, tendo o *smart power* australiano sido insuficiente para evitar uma penetração chinesa na região, a potência protetora vem procurar reequilibrar as forças regionais, refocalizando-as tentativamente no PIF e advertindo indiretamente a Austrália de que terá de afinar os seus azimutes.

4.2.5. China, cada vez mais no Pacífico, através... das Fiji

Revelando alguma preocupação quanto ao reforço da presença militar norte-americana no Pacífico norte, a China tem vindo a tornar-se cada vez mais visível no Pacífico insular. Se, até há alguns anos atrás, a rivalidade político-diplomática entre Pequim e Taipé escorava grande parte dos interesses chineses na região⁸⁹, na atualidade, firmado que foi um “cessar-fogo” com Taiwan para a região, em 2008 (Fifita & Hanson, 2011), a China tem vindo a incrementar o uso de instrumentos de *soft* e *hard power* na região, mitigando a influência australiana na Polinésia e, em particular, na Melanésia.

De acordo com Hayward-Jones (2013), existirão três grandes vetores do envolvimento da China na região: **i)** comércio e investimento; **ii)** cooperação; e **iii)** estreito relacionamento diplomático e militar.

No primeiro plano, refira-se que o comércio China-Pacífico aumentou cerca de sete vezes na última década, sendo que, no caso da PNG, tal fluxo terá sido amplificado em 10 vezes entre 2001 e 2011, atingindo os 1,265 mil milhões de USD, embora esteja longe de igualar a Austrália como maior parceiro comercial das ínsulas (Hayward-Jones, 2013, p. 7).

No segundo plano, há a registar também um incremento, com cerca de 3 000 empresas chinesas ativas na região, tendo sido ultrapassado o enfoque tradicional no pequeno retalho e alcançadas as áreas das infraestruturas e exploração de minérios. A *China's Metallurgical Corporation*, por exemplo, tem vindo a investir em minas de níquel, na PNG, o país do Pacífico com o maior volume de investimento chinês na região (Fifita & Hanson, 2011).

⁸⁹ Para resumo da competição China-Taiwan nas Ilhas do Pacífico, vide Dobell, 2007.

Também nas Fiji se regista um crescente investimento chinês, designadamente na construção de estradas e residências estudantis⁹⁰ (Hayward-Jones, 2013).

O auxílio ao desenvolvimento parece ser outro dos instrumentos utilizados por Pequim, embora com *nuances* diferentes da época em que a “diplomacia de livro de cheque” parecia ser a principal opção no plano da competição diplomática entre a China e Taiwan (Hanson, 2009). Notando que, na maioria das vezes, são as empresas chinesas que estão a catalisar a ajuda para o Pacífico, numa espécie de sino-edição da *boomerang aid*, já que os empréstimos concedidos servem, normalmente, para financiar os projetos infraestruturais levados a cabo por empresas chinesas. Neste contexto, cabe notar que a ajuda financeira é normalmente concedida sob a forma de subvenções e empréstimos isentos de juros, geridos pelo Ministério do Comércio chinês, e empréstimos concessionais, concedidos pelo *China's Export Import (EXIM) Bank* (Hayward-Jones, 2013). Em empréstimos bonificados, a China terá concedido, entre 2005 e 2009 cerca de 637 milhões de USD em termos cumulativos, passando de 23 milhões de USD em 2005 para 183 milhões de USD em 2009 (Fifita & Hanson, 2011, p. 13). Têm também vindo a ser concedidas bolsas de estudo e ajuda técnica na região (Hayward-Jones, 2013). Os empréstimos – alguns deles perdoados, levando a que alguns Estados insulares estejam permanentemente em busca do perdão das suas dívidas – têm servido, nos últimos anos, para a construção de projetos vistosos, como estádios na PNG e nas Ilhas Cook, um complexo de piscinas na Samoa, um porto em Tonga, assim como a ampliação do palácio real em Nuku'alofa, esquadras de polícia e tribunais em Rarotonga. (Grubel, 2012). Ainda assim, a China continua atrás da Austrália e dos EUA, no conjunto dos principais doadores da região (Fifita & Hanson, 2011; Hayward-Jones, 2013).

No plano diplomático, refira-se que a China tem representações diplomáticas na maioria dos países do Pacífico insular, que reconhecem Pequim, ao invés de Taipé (Hayward-Jones, 2013). No plano multilateral, para além do apoio financeiro ao estabelecimento do Secretariado do MSG, a China tem também procurado estar ativa no FIP, tendo, em 2012, celebrado um acordo de cooperação triangulado com a Nova Zelândia, para melhorar a distribuição de água potável nas Ilhas Cook (Grubel, 2012), procurando, desde modo, mitigar uma imagem de ameaça que vem sendo disseminada (e que nos captou a atenção pelo modo como vem sendo abordada na literatura revista).

Ainda que de forma discreta e sem aparentar ter grandes ambições de jaez militar (Hayward-Jones, 2013), não será de descartar a hipótese de que, a prazo, a China pretenda, numa estratégia de tentativa contorno das pressões norte-americanas,

⁹⁰ Vide Fifita & Hanson (2011) para uma resenha completa.

estabelecer uma tão temida “base de Diego Garcia chinesa no Pacífico” (Hooper & Slayton, 2011), mesmo que, por agora, pareça aceitar a *pax australiana/americana* no Pacífico. Com efeito, de acordo com Joanne Wallis (2012a), a China terá já construído um centro de monitorização de satélites no Kiribáti – embora posteriormente tenha sido desmantelado já que este arquipélago, tão cortejado pelos ativos geoestratégicos que pode proporcionar, passou a reconhecer Taipé. No entanto, procurando gerar *soft power* através do seu *hard power*, a China tem tentado desenvolver “investidas de charme”, apostando em visitas de altos responsáveis militares, no fornecimento de uniformes, carros de combate e equipamentos não letais (Herr & Bergin, 2011; Wallis, 2012a).

Um dos episódios que porventura evidencia a geração de *soft power* chinês será a forma como, procurando cimentar laços com os ilhéus, o Governo chinês providenciou um voo *charter* para repatriamento dos restos mortais do carismático rei da Tonga, que falecera, em 2012, num hospital de Hong Kong (Brissenden, 2013). No entanto, notamos que, a nível doméstico, e não obstante o perfil que a China tem vindo a procurar projetar na região, as comunidades chinesas são frequentemente alvo de ataques no âmbito de convulsões internas⁹¹, revelando a persistência de certa sinofobia que, aliada à reportada má qualidade dos projetos infraestruturais chineses e aos impactos reputacionais do acesso a empréstimos bonificados⁹² não são especialmente abonatórios para a presença chinesa na região (Brissenden, 2013; Hayward-Jones, 2013).

Ainda que o influente ASPI venha, em 2013, suavizar a postura de Hillary Clinton, anterior à Cimeira de Rarotonga (Hayward-Jones, 2013)⁹³, parece-nos evidente que, no caso das Fiji – que Hayward-Jones (2013) considera como sendo o único estado na região que pretende, efetivamente, derrubar a *pax australiana* –, a China beneficiou largamente do posicionamento de Suva e, em última análise, de um posicionamento australo-neozelandês que apenas contribuiu para alimentar a posição de Bainimarama. Hillary Clinton tinha, em 2011, expressado alguma preocupação relativamente ao facto de a China estar a reforçar laços com um regime ditatorial, ao arrepio da posição de outros Estados ocidentais que procuravam isolar as Ilhas Fiji (Hayward-Jones, 2011a; Larsen, 2012).

Concomitantemente, como observámos *supra*, a política de “*Look North*” parece ter-se encaixado na necessidade de obtenção de parcerias que quebrassem o isolamento do regime de Suva, levando a uma aproximação entre esta capital e Pequim, plasmada, por

⁹¹ Vide *supra*, os distúrbios em Honiara, em abril de 2006.

⁹² Embora creiamos que tal também possa ser adulterado propositadamente por agências ocidentais para danificar a reputação chinesa.

⁹³ Notemos que, em março de 2011, Hillary Clinton afirmou “let’s just talk... straight Realpolitik... We are in a competition with China” (citada por Hayward-Jones, 2013, p. 3).

exemplo, num aumento substancial dos empréstimos concedidos (cerca de 253,4 milhões USD entre 2005 e 2009), sendo que a maioria foi canalizada entre 2007 e 2008, ou seja, quando o isolamento de Bainimarama atingira o seu provável zénite (Hayward-Jones, 2011a).

4.3. Mudança de Rumo

Será por volta de 2010/2011 que a posição australiana, moldada pela penetração chinesa no seu arco de proteção, terá começado a alterar-se. Com efeito, passado algum tempo da ineficaz imposição de sanções e da aplicação de uma “política de rolo compressor coercivo”, começariam a surgir sinais de tentativa desanuviamento, se não em termos efetivos, pelo menos em moldes intencionais, da postura australiana. Data de janeiro de 2010 uma publicação do ASPI (*Time to a Fresh Approach*, Herr, 2010) no qual se propõe a Camberra um conjunto de cinco ações distintas: **i)** o reequilíbrio das relações regionais, sendo equacionada a reintegração das Fiji nas negociações do PACER; **ii)** o acautelamento de uma linguagem considerada pouco diplomática no relacionamento com o Governo de Bainimarama; **iii)** o abandono das políticas sancionatórias de concessão de vistos a elementos do regime de Suva; **iv)** a suavização das sanções no âmbito do relacionamento militar; **v)** cooperando com as Forças Armadas e com o Governo fijiano em “*non-traditional security issues*” (Herr, 2010). Uma maior lassidão da postura coerciva anteriormente adotada e que parece ter produzido resultados indesejados (Hayward-Jones, 2011a) terá sido equacionada de modo a que, num registo de cooptação e influência características do poder suave, pudesse ser reposta a normalidade democrática antes das eleições previstas, em 2010, para daí a quatro anos – repondo, adicional e principalmente, a influência australiana sobre o regime de Suva.

Sondagens realizadas à opinião pública australiana, que sustentavam uma política de abertura (Hanson, 2012), aliadas a outras sondagens, porventura mais decisivas, de acordo com as quais uma confortável maioria (66%) dos fijianos aprovava o regime de Bainimarama, desaprovando as sanções australianas (Hayward-Jones, 2011b), parecem ter igualmente contribuído, cremos, para uma alteração da postura australiana. Ademais, uma certa mimetização da política norte-americana adaptada à região (Stratfor, 2012b) – que se tem tornado numa sorte de laboratório experimental para a competição sino-americana (Wallis, 2012a) –, parece estar, igualmente, por detrás da alteração da abordagem australiana – independentemente das mudanças políticas ocorridas no seu interior, normalmente impactando de forma suave sobre a formulação da política externa australiana de jaez bipartidária (Hamid, 1999).

Concretizando uma abertura à “política de rolo compressor” australiana face às Fiji, no fim de abril de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Bob Carr, visitaria Suva, na primeira visita australiana de alto nível em quatro anos (Stratfor, 2012b). Durante a visita, Carr faria a apologia dos progressos no restabelecimento do regime democrático, levantando a possibilidade de as Fiji poderem vir a reintegrar o FIP e outros organismos regionais, abrindo, porventura, a porta a uma nova era de envolvimento com o Pacífico, eventualmente mais moldada pela tradição Spender-Casey/Keating do que pela tradição Menzies, o que também dependerá da abordagem do próximo Primeiro-Ministro.

CONCLUSÃO: POSIÇÃO AUSTRALIANA E EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

A dissertação em apreço procurou incidir sobre a pluridimensionalidade do poder da Austrália sobre a região do Pacífico insular, numa lógica diacrónica (2000-2012) – porquanto mais recente e porventura esclarecedora das oscilações no emprego de diversos instrumentos de poder –, tendo em consideração os interesses estratégicos australianos, bem como a envolvente estratégica que os contextualiza. Neste sentido, procurámos encontrar uma ou múltiplas respostas à pergunta: atendendo aos seus interesses estratégicos, de que modo a Austrália tem aplicado o seu *smart power* nas Ilhas do Pacífico de forma a, pelo menos, manter a sua influência?

Ultrapassada a questão de que *smart power* é, nesta dissertação, observado como detendo uma operacionalização idêntica à de Estratégia – ou seja “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro, 2010, p. 22) (sendo o Outro as Ilhas do Pacífico e potências que pretendam ali penetrar) –, cientes de que os interesses estratégicos australianos para a região permanecem praticamente imutáveis, ancorados nas teses de *access denial*, não obstante alterações relacionadas com o contexto internacional, mormente a influência exercida pelos EUA, enquanto garante extrarregional da segurança do continente-ilha, cremos que, em face do anteriormente exposto, a hipótese inicialmente por nós considerada menos provável será a que, findo o ano de 2012 e quase terminada a última missão de intervenção da era Howard, poderá ser a mais próxima da realidade. Com efeito, consideramos que, na atualidade, **a Austrália estará visivelmente a perder a sua capacidade de influência nas Ilhas do Pacífico – embora seja uma adução de natureza qualitativa, impossível de quantificar** –, perdendo terreno para potências rivais e exigindo um maior esforço por parte dos EUA, o que parece estar a exigir uma mudança de abordagem.

Afigura-se-nos plausível que esta asserção se alicerça sobre quatro ordens de fatores interligados: **i)** a existência de ciclos de aproximação e afastamento, onde persistem políticas *had hoc* para uma região de grande importância para o que se pressupõe serem os objetivos estratégicos gerais da Austrália; **ii)** a excessiva dependência de instrumentos de *hard power* que **iii)** não impediram a penetração da China na região e **iv)** obrigaram a uma revisão da Estratégia australiana para o Pacífico, com uma nova inflexão à *la* Graeme Dobell (2008), pois que o intervencionismo musculado da Doutrina Howard e o quase

abandono de instrumentos de *soft power* parecem ter tido dificuldades em passar pelo escrutínio das provas da Estratégia (adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade) – e, em especial, a adequabilidade.

Aproximação e Afastamento com persistência de políticas *ad hoc*: da Era Dourada, à Era de Marte e à Era de Vénus

À partida, as mudanças de postura da Austrália face ao Pacífico insular, registadas entre 2000 e 2012, poderiam derivar exclusivamente da aplicação do conceito de inteligência contextual que descreve Nye (2012a), ou seja “[d]a capacidade de entender um ambiente envolvente e de aproveitar as tendências” (p. 17). Pela sincronia apresentada com as alterações dimanadas de Washington, mimetizando-as, os ciclos de aproximação e afastamento face ao Pacífico que descreve Schultz (2012) serão sintoma dessa adaptação à envolvente.

Com efeito, entre 2000 e 2003, ou seja, *grosso modo*, entre o advento das intervenções em Timor-Leste e em Bougainville e alguns ensaios de intervencionismo no Pacífico em molde de *hands-off approach*, parece ter persistido uma abordagem híbrida, assente, de algum modo, na tradição Spender-Casey/Keating, baseada, por um lado, em poder duro, mas dando continuidade às políticas de assistência e cooperação de períodos anteriores, com propalado respeito pelas soberanias dos Estados. Respigando Schultz (2012), chamemos a este período de Era Dourada, pelo entendimento entre o ímpeto intervencionista australiano e os pedidos de intervenção dos ilhéus e pela ausência de potências extrarregionais “intrusas” (pese embora a rivalidade China-Taiwan que não chegou, cremos, a afetar seriamente a preponderância australiana).

O período posterior, recuperando a tradição Menzies e mais ainda as Doutrinas Monroe da Australásia, contextualizado pelo 11 de setembro de 2001, tornou-se claramente numa Era de Marte. Efetivamente, entre 2003 e 2007, o “intervencionismo cooperativo” achou-se estribado essencialmente em instrumentos de poder duro e na criação, na prática, de neo-protetorados pela região.

No entanto, coincidindo este período com uma progressiva ascensão de uma potência revisionista, a China (Tomé, 2010), e com a emergência de reações mais assertivas dos ilhéus, face à postura hegemónica da Austrália, a Era de Marte parece ter originado uma Era de Vénus (2007-2012), respaldada por um reequacionamento e eventual substituição de alguns instrumentos de coerção utilizados nas Ilhas do Pacífico, como atestará, logo em 2007, a “salomonização” da RAMSI e, em 2012, a intencionada readmissão das Ilhas Fiji no FIP.

Schultz (2012) defende que a débil institucionalização das políticas para o Pacífico no seio da administração australiana – ao sabor da personalidade que ocupa o cargo de Primeiro-Ministro e permeáveis às disputas intrainstitucionais, mormente o DoD e o DFAT – estará subjacente à alternância de posturas. Evans (2005) e Thompson (2010) – esta última de forma mais pormenorizada – apelam ao estabelecimento de congruências entre as várias instituições do Estado australiano de modo a evitar o departamentalismo, as visões parcelares e paroquiais, reduzindo o risco de ineficiência das missões australianas na região (e para lá dela), no que se denominou de sistema *whole-of-government*, ainda a apurar (2010).

Excesso de Hard Power...

Parece-nos que, mais do que uma frágil institucionalização das políticas australianas para o Pacífico, ou seja, da sua Estratégia para as ínsulas, o *smart power* australiano tem assentado excessivamente em mecanismos de poder duro, como patenteia o caso fijiano, com sanções e corte de fluxos de ajuda, ou o caso das Salomão, com intervenções militares e policiais, à parte dos assessores *in-line* e de outros mecanismos de controlo direto sobre as instituições soberanas das ínsulas. Parece-nos que Nye é aqui esclarecedor porquanto, ao invés do estabelecimento tentativo de um “império por convite” (Nye, 2004, p.61), tornando o recurso à Austrália, enquanto “*deputy-sheriff*” pelos ilhéus, num ato natural e não numa abordagem passível de ferir as perceções de soberania das ínsulas, Camberra tem mergulhado na armadilha do excesso imperial ou da maldição do poder (Nye, 2012a, p. 231). Recorrendo ao episódio bíblico de David e Golias, Nye considera que o excesso de poder leva a um excesso de confiança e, conseqüentemente, a estratégias inadequadas para a conversão do poder (2012a). Consideramos que tal razoado poderá explicar o excessivo recurso a instrumentos de *hard power* pela Austrália no Pacífico.

... que não impediu a penetração da China na região...

Ser um “gigante” no Pacífico parece, como espelhará o caso das Fiji (um David?) e mesmo relativamente às Salomão de Sogavare, não ter sido suficiente para Camberra influenciar totalmente o decurso dos acontecimentos, de modo a promover a *access denial* ou impedir que uma potência rival ganhe espaço no seu “*patch*” – essencial, inclusivamente, para catapultar a credibilidade australiana a nível global (Dudgeon & Tyler, 2012; Nye, 2012b).

...Obrigando a uma Revisão.

Phillippa Brant (2013) esclarece que “[i]n fact, there is no other region in the world where a single donor dominates to the extent that Australia does in the Pacific” (2013), reiterando, pelo menos no que concerne os fluxos de ajuda, a extrema influência que a Austrália possui,

ainda, no Pacífico. Contudo, Brant (2013), e também Hayward-Jones (2013), construindo uma série de asserções que denotam, parece-nos, acentuada preocupação com a crescente proeminência chinesa no Pacífico, ao mesmo tempo que desvalorizam a capacidade de influência sínica, poderão, em si, denotar uma tentativa de produção de *soft power*. A narrativa que assegura certa hiperbolização da presença chinesa no Pacífico insular e as referências à cooperação triangular (China-Nova-Zelândia-Pacífico) como exemplo positivo (Brant, 2013) parecem, outrossim, espelhar a mudança de abordagem da Austrália face ao Pacífico, receosa da sua perda de influência e procurando utilizar mais profusamente instrumentos de *soft power*, optando por usar o seu *hard power* com maior parcimónia.

Esta inflexão parece consentânea com uma avaliação da Estratégia australiana para o Pacífico desde 2000 a 2012: dos três grandes ciclos de relacionamento acima descritos, os dois primeiros e em especial a Era de Marte parecem não passar pelas três provas da Estratégia. Se do ponto de vista da exequibilidade, dado o gigantismo australiano e a inerente disponibilidade de múltiplos instrumentos de poder, a Estratégia australiana para o Pacífico, até 2007, não pareceria colocar problemas de maior, ao nível da aceitabilidade, ou seja, da relação entre os riscos envolvidos e os resultados desejados, poderá ter subsistido uma subavaliação do ambiente externo de longo prazo, subavaliação essa que parece derivar mais da excessiva focalização no momento presente⁹⁴, do que da ausência de conhecimento formado na própria Austrália. Em suma, Camberra continuou a atuar no Pacífico insular como se não existissem potências capazes de disputar a sua influência, embora soubesse há muito que tal poderia vir a suceder com a China.

Efetivamente, a China não é uma desconhecida dos australianos já que, desde o final da II Guerra Mundial, em quase todos os documentos da grande estratégia militar, a ascensão sínica parece ser uma inevitabilidade aos olhos dos estrategistas de Camberra (Frühling, 2012). Nos últimos tempos, tem, inclusivamente, sido advogada uma forma de *engagement* próximo com a China (Dupont & Hintze, 2012; Jakobson, 2012), na senda da Parceria Estratégica celebrada em abril de 2013 (Jakobson, 2013), evidenciando a importância da China no pensamento estratégico australiano. Deste modo, dada a permeabilidade de Estados insulares face ao apoio monetário direto, “vendendo-se a quem der mais” (Fry & Kabutaulaka, 2008), a não antecipação de que as políticas excessivamente apoiadas em elementos de *hard poder* poderiam virar-se contra a própria Austrália parece não responder positivamente à prova da aceitabilidade. Dito de outro modo, sem atrair os ilhéus com a simultânea utilização de instrumentos de *soft power* e baseando-se quase exclusivamente

⁹⁴ Denotando o utilitarismo e pragmatismo do *modus cogitare* australiano.

em poder duro, sobretudo na Era de Marte, a Austrália parece ter perdido o *quasi-monopólio* estratégico de que gozava no Pacífico, precisando inclusivamente do respaldo norte-americano.

Usando o apoio financeiro e diplomático – que, a prazo, também se pode transformar em poder duro – e beneficiando da abertura dos insulares, assente na política de “*Look North*”, a China conseguiu penetrar na região, tornando, por isso, a estratégia então adotada por Camberra, como particularmente claudicante também do ponto de vista da adequabilidade.

No cômputo geral, o período dos intervencionismos terá mais de *hard* do que de *smart power*, tendo as manobras estratégicas escolhidas sido exequíveis, embora pouco aceitáveis e tendencialmente desadequadas (ao objetivo estratégico de *access denial*), ao contrário do período imediatamente anterior e possivelmente o período posterior, em que a escolha de instrumentos de poder e de manobras estratégicas terão sido porventura aceitáveis, exequíveis e adequadas.

Era	Baliza Temporal	Principais Características
Dourada	2000-2003	Uso de instrumentos de <i>soft power</i> e de <i>hard power</i>
Marte	2003-2007	Quase exclusivo uso de instrumentos de <i>hard power</i>
Vénus	2007-2012	Recuo no uso de instrumentos de <i>hard power</i>

Tabela 3
Eras no Relacionamento Austrália-Ilhas do Pacífico

Questões em Aberto

Dado que o ciclo iniciado em 2007 poderá não estar ainda concluído, cremos ser prematuro avaliar a Era de Vénus. O regresso à Diplomacia Pública e ao renovado *engagement* no Pacífico, como ilustrará a visita de Bob Carr, poderá sinalizar uma mudança acentuada de postura, mas até que ponto ela se efetivará? E será que essa mudança, caso se efetive, passará pelas provas da Estratégia?

Os mais recentes desenvolvimentos pós-2012 parecem trazer mais questões do que certezas nesta matéria, uma vez que:

- i. Em 2012, Frank Bainimarama propugnou a criação de um organismo regional, tentativamente rival do FIP. Tal desiderato, que parece renovar a perspetiva do uso

do sub-regionalismo para fazer face à Australásia, consubstanciar-se-ia, em agosto de 2013, na conferência inaugural do novíssimo *Pacific Islands Development Forum* ou Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), organismo que congrega quase todos os Estados do Pacífico insular e que contou com a presença de representantes da China, Federação Russa, Kuwait, Timor-Leste e Emirados Árabes Unidos (Tarte, 2013). Remata-se a redação desta dissertação enquanto decorre, por seu turno, mais uma cimeira do FIP, em Majuro, Ilhas Marshall, e enquanto os ilhéus discutem a necessidade de uma “*New Pacific Politics*” onde, acrescentamos, se debatem as mesmas velhas questões, designadamente a integração da Australásia no Pacífico insular. Neste particular, notemos que o PIDF, que congrega quase todos os Estados insulares da região, baseia-se na reivindicação de representatividade dos Estados do Pacífico insular, enquanto sub-região do grupo Ásia-Pacífico nas Nações Unidas, excluindo a Austrália e a Nova Zelândia (2013).

Em face de quanto precede, de que modo a evolução do regionalismo no Pacífico insular poderá agudizar e/ou refletir as tensões entre o binómio Austrália/Nova Zelândia *versus* Pacífico insular? Que outras potências podem vir a procurar penetrar na região – perspetivando-se, inclusivamente, o apetite indiano pelo Pacífico (Chandramohan, 2010) e um “regresso” russo a toda a Ásia-Pacífico (Murariev, 2011)?

E de que modo tais tensões podem impactar na crescente rivalidade China *versus* EUA (ou refleti-la)?

- ii. Conclui-se a redação desta dissertação pouco depois de conhecidos os resultados das eleições parlamentares na Austrália, que conferiram a vitória ao liberal Tony Abbott e que parecem, numa abordagem muito preliminar e superficial das implicações estratégicas, reverter num declarado regresso, ainda que adaptado, das políticas *howardianas*, com maior enfoque em instrumentos de *hard power* (designadamente reforço do músculo militar e o carácter totalmente inquestionável da aliança com os EUA), embora se propugne uma diminuição do investimento do orçamento consagrado a um instrumento híbrido, como é a ajuda ao desenvolvimento (Harris, 2013). No entanto, o reforço de alguns instrumentos de *soft power* – designadamente a reformulação e alargamento do Plano de Colombo, recuperando um dos legados de Menzies (Coalition, 2013) –, parecem também estar contempladas no plano da Coligação (conservadores) ora eleita. A política de inflexão face às Fiji surge em item destacado do próprio programa da Coligação

(2013), apresentando, por isso, à partida, alguns traços de continuidade *bipartisan* característica da política australiana (Hamid, 1999).

Neste contexto, deixamos como questão para resposta futura, a forma como Abbott poderá, ou não, transformar as inflexões registadas na Era de Vénus numa Era de Marte “versão 2.0”, ou se estaremos no dealbar de uma Doutrina Abbott.

Apesar desta dissertação se focalizar num tempo definido e num espaço específico, particularmente apartado em termos geográficos relativos (ou seja, face a Portugal), as questões aqui escalpelizadas poderão preambular outras de amplitude geopolítica mais alargada.

Em primeiro lugar, porque o Pacífico insular poderá constituir-se como um laboratório da rivalidade sino-americana (Hunt, 2012; Wallis, 2012a), antecipando tendências, sobretudo nas regiões tradicionalmente não conectadas com a influência chinesa e que parecem permeabilizar a sua entrada.

Em segundo lugar, porque conhecendo o comportamento estratégico australiano para o Pacífico, onde tem vindo a procurar exercer uma influência exclusivista (em parceria com os EUA e a Nova Zelândia, quando necessário), será possível de aduzir que tipo de postura poderá a Austrália adotar em outros azimutes, designadamente em espaço lusófono (Timor-Leste, Moçambique) e no complexo do Indo-Pacífico (a cadeia arquipelágica a Norte do continente-ilha) (Commonwealth, 2013b), ainda que sujeitos, reconhecemos, a outras particularidades e raciocínios estratégicos que não estão presentes no Pacífico insular.

Em terceiro lugar, porque a escalpelização da forma como um “Golias” – ou uma média potência que padece de gigantismo relativo –, utiliza os seus instrumentos de poder e elabora manobras estratégicas junto de pequenos Estados – ou vários “David” –, pode, como estudo de caso entre muitos outros, auxiliar na elaboração de uma Estratégia Nacional para Portugal.

Por último, o estudo de uma região frequentemente marginalizada pelas investigações estratégicas elaboradas fora da Austrália, dos EUA, da França e de outros países com interesses diretos e imediatos na região (incluindo a China) poderá conferir acrescida densidade analítica ao estudo do complexo Ásia-Pacífico. Não obstante o facto de a tirania da distância estar a transformar-se na tirania da proximidade (do Pacífico face ao fulcro geopolítico do mundo), tal marginalização do estudo do Pacífico insular, deve-se, cremos, ao facto de se perspetivar esta região como “coutada natural” dos EUA e da Austrália, sendo, por isso, aparentemente redundante estudá-la. Como observado nesta dissertação, a tese da “coutada natural” parece paulatinamente colocada em causa. Por outro lado, dada a

proximidade de Timor-Leste face à Austrália e ao Pacífico insular – onde Timor-Leste não é inocentemente inserido pelos estrategistas australianos, apesar de putativas alterações futuras -, parece-nos que a marginalização das Ilhas do Pacífico, no cômputo dos estudos estratégicos relativos à Ásia-Pacífico, deverá ser permanentemente colmatada, porquanto qualquer alteração terá certamente impactos, diretos ou indiretos, no relacionamento de Portugal com Timor-Leste e, num âmbito mais alargado e porventura de forma indireta, de Portugal com a Ásia-Pacífico.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS, ARTIGOS E ENSAIOS

- AA.VV. (2007). Géopolitique du Pacifique Sud: l'Australie et son environnement stratégique. Journée d'Études Actes du 3 Avril 2007. Fondation pour la Recherche Stratégique. internet: <http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/colloques/20070403.pdf>. acedido em 30 de janeiro de 2013. 13h25.
- Aldrich, Robert (1987). L'Australie et la France dans le Pacifique: contentieux actuel et arrière-plan historique. *Journal de la Société des Océanistes*, 84, 93-98. internet: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jso_0300-953x_1987_num_84_1_2566. acedido em 13 de fevereiro de 2013. 12h32.
- Argounès, Fabrice (2006). *La géopolitique de l'Australie*. Bruxelas: Éditions Complexes.
- Armitage, Richard L., & Nye, Joseph S. (2007). CSIS Commission on Smart Power: A Smarter, More Secure America. *Center for Strategic and International Studies*. internet: http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf. acedido em 18 de abril de 2013. 23h53.
- Australian Education Network (2013), "Students numbers at Australian Universities". internet: <http://www.australianuniversities.com.au/directory/student-numbers/>. acedido em 02 de agosto de 2013. 17h48.
- Baker, Richard W. (Ed.) (1994). *The ANZUS states and their region – Regional policies of Australia, New Zealand and the United States*. East-West Center International Relations Program. EUA: Praeger Publishers.
- Baledrokadroka, Jone (2012). The Unintended Consequences of Fiji's International Peacekeeping. *Security Challenges. Security in the Pacific Arc*, Vol. 8, 4, 105-116. Kokoda Foundation. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/Vol8No4Baledrokadroka.pdf>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 23h05.

- Barbara, Julien (2008). Antipodean Statebuilding: The Regional Assistance Mission to Solomon Islands and Australian Intervention in the South Pacific. *Journal of Intervention and Statebuilding*. 2:2, 123-149. internet: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17502970801988040>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 16h16.
- Bateman, Sam, Bergin, Anthony, Carlton, Jim, Dobell, Graeme, Firth, Stewart, Herr, Richard, Kerin, John, Lawson, Stephanie, O'Callahan, Paul, Peacock, Andrew, Sercombe, Bob, Tapueluelu-Schock, Teimumu, Velegrinis, John (2008). Engaging our neighbours. Towards a New Relationship Between Australia and the Pacific Islands. *Special Report*, 13. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=157. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 21h22.
- Bateman, Sam, & Bergin, Anthony (2011). Staying the course: Australia and maritime security in the South Pacific. *Strategic Insights*, 52. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=295. acedido em 03 de setembro de 2012. 16h49.
- Bateman, Sam, Bergin, Anthony & Channer, Hayley (2013). *Terms of engagement: Australia's regional defense diplomacy*. Barton/Austrália: Australia Strategic Policy Institute.
- Bessa, António Marques & Dias, Carlos Manuel Mendes (2007). *O salto do tigre geopolítica aplicada*. Lisboa: Prefácio.
- Bessa, António Marques (2001). *O olhar de leviathan. Uma introdução à política externa dos estados modernos*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- Bopp, Rolland, Cabanes, Guillaume, Degremont, Eric, & Gonnet, François (2007). *Strategie de puissance de l'Australie*, Association de l'École de Guerre Economique. internet: http://bdc.aege.fr/public/Strategie_de_puissance_de_l_Australie.pdf. acedido em 14 de fevereiro de 2013. 21h07.

Breslin, Shaun (2011). The Soft Notion of China's 'Soft Power'. *Chatham House*. internet: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Asia/0211pp_breslin.pdf. acedido em 26 de abril de 2013. 17h39.

Brown, Oli (2005). Aiding or Abetting? Dilemmas of Foreign Aid and political instability in the Melanesian Pacific. *International Institute for Sustainable Development*. internet: http://www.iisd.org/pdf/2005/security_aiding_or_abetting.pdf, acedido em 29 de julho de 2013. 15h37.

Bubalo, Anthony (2005). Football diplomacy. *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy. internet: http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Bubalo%2C_Football_diplomacy_stripe.pdf. acedido em 14 de maio de 2012.12h01.

Bubalo, Anthony (2013). Football diplomacy *Redux*: The 2015 Asian Cup and Australia's Engagement with Asia. *Policy Brief*, Lowy Institute for International Policy. internet: http://www.lowyinstitute.org/files/bubalo_football_diplomacy_redux_web.pdf, acedido em 14 de maio de 2012, 12h06.

Byrne, Caitlin & Hall, Rebecca (2011). Australia's International Education as Public Diplomacy Soft Power Potential. *Discussion Papers in Diplomacy*. Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'. internet: http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20110700_cdsp_discussion_paper_cbryne_rhall.pdf. acedido em 14 de maio de 2013.11h45.

Campbell, Kurt M. (2010). The U.S.-Australia Alliance: an Anchor of Stability, Security, and Prosperity. *The Canberra Lecture (06 de maio de 2010)*. Lowy Institute for International Policy. internet: <http://www.lowyinstitute.org/publications/us-australia-alliance-2010-canberra-lecture-dr-kurt-m-campbell>. acedido em 13 de junho de 2013. 15h03.

Chapman, Bert (2011). *Geopolitics: a Guide to the issues*. Contemporary Military, Strategic, and Security Issues. Santa Barbara: Praeger.

Charles-Jones, Luke (2011). Assessing Australia's Regional Interventions: The Solomon Islands 2003 and East Timor 2006. *Shedden Papers*. Centre for Defence and Strategic Studies. Australian Defense College. internet:

http://www.defence.gov.au/adcdocs/cdss2011/Publcns_ShedPaper_110530_TheSolomonIslands2003andEastTimor2006.pdf. acedido em 24 de outubro de 2012. 21h17.

Claxton, Karl (2013). Securing the South Pacific. Making the most of Australia's renewed regional focus. *Strategic Insights*, 61. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=364. acedido em 18 de julho de 2013. 09h50.

Clinton, Hillary (2010). Leading through civilian power. *Foreign Affairs*, 89, 13-24.

Clinton, Hillary (2011). America's Pacific Century. *Foreign Policy*, 56-63.

Cohen, William S., Greenberg, Maurice R. & McGiffert, Carola (2009). Smart Power in U.S.-China Relations A Report of the CSIS Commission on China. *Center for Strategic and International Studies*. internet: http://csis.org/files/media/csis/pubs/090309_mcgiffert_uschinasmartpower_web.pdf. acedido em 19 de abril de 2013. 00h02.

Dasque, Jean-Michel (2011). Les États Insulaires du Pacifique Sud, entre unité et diversité. *Questions Internationales*. internet: http://pups.paris-sorbonne.fr/files/lles-revees_2011-03-16_QUESTIONS_INTERNATIONALES.pdf. acedido em 30 de janeiro de 2013. 13h09.

Davies, Andrew, & Schreer, Benjamin (2011). Whither US forces? US military presence in the Asia-Pacific and the implications for Australia. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=307. acedido em 03 de setembro de 2012. 16h35.

Dibb, Paul (2012). The Importance of the Inner Arc to Australian Defence Policy and Planning. *Security Challenges. Security in the Pacific Arc, Vol. 8, 4*, 13-31. Kokoda Foundation. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/Vol8No4Dibb.pdf>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 22h13.

Dimitrova, Anna (s/ data). Obama's Foreign Policy: Between Pragmatic Realism and Smart Diplomacy. *Institute for Cultural Diplomacy*. internet:

<http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/academy/Anna-Dimitrova-Obama's-Foreign-Policy-Between-Pragmatic-Realism-and-Smart-Diplomacy.pdf>. acedido em 13 de fevereiro de 2013. 12h23.

Dinnen, Sinclair (2004). Lending a Fist? Australia's New Interventionism in the Southwest Pacific. *Discussion Paper*. State Society and Governance in Melanesia. Research School of Pacific and Asian Studies. The Australian National University. internet: https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/42136/2/04_05_dp_dinnen.pdf. acedido em 15 de abril de 2013. 15h59.

Dinnen, Sinclair (2012). The Solomon Islands-RAMSI, Transition and Future Prospects. *Security Challenges*. *Security in the Pacific Arc*, Vol. 8, 4, 61-71. Kokoda Foundation. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/Vol8No4Dinnen.pdf>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 22h57.

Dobell, Graeme (2007a). The South Pacific: Policy Taboos, Popular Amnesia and Political Failure. *The Menzies Research Centre Lecture Series: Australian Security in the 21st Century*. internet: <http://web.mit.edu/12.000/www/m2009/teams/students/kennyd/australia.pdf>. acedido em 07 de fevereiro de 2013. 15h45.

Dobell, Graeme (2007b). China and Taiwan in the South Pacific: Diplomatic Chess versus Pacific Political Rugby *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy, internet: <http://www.lowyinstitute.org/publications/china-and-taiwan-south-pacific-diplomatic-chess-versus-pacific-political-rugby>, acedido em 03 de setembro de 2012, 17h41.

Dobell, Graeme (2008). Australia's intervention policy: a melanesian learning curve? In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 54-71). Manchester: Manchester University Press.

Dobell, Graeme (2012). From 'Arc of Instability to 'Arc of Responsibility'. *Security Challenges*. *Security in the Pacific Arc*, Vol. 8, 4, 33-45. Kokoda Foundation. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/Vol8No4Dobell.pdf>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 22h52.

- Dudgeon, Ian, & Tyler, Melissa Conley (2012). The Smart Power Capability Requirements of Australia as a Middle Power. Report of Seminar Proceedings. *Australian Institute of International Affairs*. internet: <http://aiaa.asn.au/AIIA-smart-power-report.pdf>. acedido em 15 de maio de 2013. 11h17.
- Dupont, Alan, & Hintze, Michael (2011). Living with the Dragon: Why Australia Needs a China Strategy. *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy. internet: [http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Dupont%2C Living with the dragon web.pdf](http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Dupont%2C%20Living%20with%20the%20dragon%20web.pdf). acedido em 18 de abril de 2013. 23h28.
- Elliott, Lorraine, Fry, Greg, Tow, William T., & Ravenhill, John (2008). *Australian foreign policy futures: making middle power leadership work?* Canberra: Australian National University.
- Evans, Michael (2005). *The tyranny of dissonance: Australia's strategic culture and way of war, 1902-2005*. Duntroon: Land and Warfare Studies Centre.
- Evans, Michael (2007). Towards an Australian National Security Strategy: A Conceptual Analysis. *Security Challenges*, Vol. 3, 4, 113-130. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol3no4Evans.pdf>. acedido em 17 de outubro de 2012. 16h57.
- Fernandes, Clinton (2004). *Reluctant savior: Australia, Indonesia and the independence of East Timor*. Melbourne: Scribe Publications.
- Fifita, Mary & Hanson, Fergus (2011). China in the Pacific: The New Banker in Town. *Pacific Forum CSIS, Issues & Insights*, Vol. 11 5. internet: http://csis.org/files/publication/issuesinsights_v11n05.pdf. acedido em 22 de abril de 2013. 15h06.
- Firth, Stewart (2006). *Globalisation and governance in the Pacific islands*. Canberra: Australian National University E Press.
- Firth, Stewart (2008). The new regionalism and its contradictions. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The*

legitimacy of 'cooperative intervention' (pp. 119-134). Manchester: Manchester University Press.

Fisher, Denise (2013). *France in the South Pacific: Power and politics*. Camberra: Australian National University.

Floyd, Nicholas (2010). Dropping the Autopilot: Improving Australia's Defence Diplomacy. *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy. internet: http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Floyd%2C_Dropping_the_autopilot_web.pdf.
acedido em 23 de junho de 2013. 15h48.

Fraenkel, Jon, Firth, Stewart & Lal, Brij V. (Eds.) (2009). *The 2006 military takeover in Fiji: a coup to end all coups?* Camberra: Australian National University E Press.

Frühling, Stephan (2012). Ghosts of Papers Past: The Strategic Basis Papers and Australian National Security Strategy in the Twenty-First Century. *National Security College Occasional Paper*, 3. Australian National University. internet: <http://nsc.anu.edu.au/documents/occasional-3-fruhling.pdf>.
acedido em 04 de fevereiro de 2013. 23h12.

Fry, Greg & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.) (2008). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'*. Manchester: Manchester University Press.

Fry, Greg (2008). 'Our Patch': the war on terror and the new interventionism. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 72-86). Manchester: Manchester University Press.

Gilbert, Gregory (2007). Australians at Guadalcanal, August 1942. *Papers in Australian Maritime Affairs*, 21. internet: <http://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/PIAMA21.pdf>.
acedido em 17 de abril de 2013. 00h26.

- Graça, Pedro Borges (2004). Metodologia de Análise nas Informações Estratégicas. In Moreira, Adriano (coord.). *Informações e segurança. Estudos em honra do general Pedro Cardoso* (pp. 429-438). Lisboa: Prefácio.
- Green, Michael J. (2010). America's Grand Strategy in Asia: What would Mahan do? *Strategic Snapshot*. Lowy Institute for International Policy. internet: <http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Green, America's grand strategy in Asia web.pdf> . acedido em 13 de junho de 2013. 14h31.
- Guedes, Armando Marques (2005). Thinking East Timor, Indonesia and Southeast Asia. In Guedes, Armando Marques & Mendes, Nuno Canas (Eds.). *Ensaios sobre nacionalismos em Timor-Leste* (pp. 11-26). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Guedes, Armando Marques (2006). *Think Tanks*, Diplomacia e Política Externa. *Negócios Estrangeiros*, 9.1, 146-178. Lisboa: Instituto Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Hamid, Zulkifli (1999). *Sistem politik Australia*. Bandung, Indonésia: PT Remaja Rosdakarya.
- Hanson, Fergus (2012). Australia and New Zealand in the World. Public Opinion and Foreign Policy. The Lowy Institute for International Policy. internet: http://lowyinstitute.cachefly.net/files/lowy_poll_2012_web.pdf. acedido em 12 de agosto de 2013. 15h00.
- Hanson, Fergus, & Olivier, Alex (2010). What Makes a Leader? Mapping Leadership in our Region. *Analysis*. Lowy Institute for International Policy. internet: <http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Hanson and Oliver%2C What makes a leader web.pdf>. acedido em 18 de abril de 2013. 23h21.
- Hayden, Carig (2012). *The rethoric of soft power. Public diplomacy in global contexts*. Plymouth: Lexington Books.
- Hayward-Jones, Jenny (2011a). Policy Overboard: Australia's Increasingly Costly Fiji Drift. *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy. internet:

http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Hayward-Jones%2C_Policy_overboard_web.pdf. acessado em 04 de fevereiro de 2013. 20h59.

Hayward-Jones, Jenny (2011b). Fiji at Home and in the World. Public Opinion and Foreign Policy. *The Lowy Institute Fiji Poll 2011*. The Lowy Institute for International Policy. internet: http://lowyinstitute.cachefly.net/files/pubfiles/Lowy_Poll_FIJI_WEB.pdf. acessado em 12 de agosto de 2013. 15h12.

Hayward-Jones, Jenny (2013). Big Enough for All of Us: Geo-strategic competition in the Pacific Islands. *Analysis*. Lowy Institute for International Policy. internet: <http://www.lowyinstitute.org/publications/big-enough-all-us-geo-strategic-competition-pacific-islands>. acessado em 21 de maio de 2013. 11h26.

Herr, Richard (2010). Time to a Fresh Approach. Australia and Fiji relations post-abrogation. *Special Report*, 27. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://archives.pireport.org/archive/2010/February/Australia_Fiji.pdf. acessado em 04 de fevereiro de 2013. 21h16.

Herr, Richard, & Bergin, Anthony (2011). Our Near Abroad. Australia and Pacific islands regionalism. *Strategy*. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://archives.pireport.org/archive/2011/December/Our_near_abroad.pdf. acessado em 04 de fevereiro de 2013. 23h15.

Hill, Matthew (2010). A Velvet Glove? Coercion, and the Australasian Response to the 2006 Fijian Coup. *Security Challenges*, Vol. 6, 2, 105-122. Kokoda Foundation. internet: http://www.academia.edu/1142925/A_Velvet_Glove_Coercion_and_the_Australasian_Response_to_the_2006_Fijian_Coup. acessado em 23 de março de 2013. 21h35.

Hoadley, Stephen (2005). Pacific Island Security Management by New Zealand & Australia Towards a New Paradigm. *Working Paper*, 20. Centre for Strategic Studies: New Zealand. Victoria University of Wellington. internet: <http://www.victoria.ac.nz/hppi/centres/strategic-studies/publications/working-papers/WP20.pdf>. acessado em 18 de abril de 2013. 23h16.

Hooper, Craig & Slayton, David M. (2011). The Real Game-Changers of the Pacific Basin. in: *Proceedings Magazine*. U.S. Naval Institute. internet:

<http://www.usni.org/magazines/proceedings/2011-04/real-game-changers-pacific-basin>. acedido em 16 de maio 2013. 09h32.

Hughes, Helen (2003). Aid Has Failed the Pacific? *Issue Analysis*, 33. The Centre For Independent Studies, Austrália. internet: <http://www.cis.org.au/images/stories/issue-analysis/ia33.pdf>. acedido em 24 de junho de 2013. 11h21.

Huntington, Samuel P. (1999). *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial* (1ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Ishizuka, Katsumi (2004). Australia's Policy Towards East Timor: Australia as a regional hegemon? *UNU-CRIS Occasional Papers*. Department of International Business Management of the University of Kyoei. internet: <http://www.cris.unu.edu/fileadmin/workingpapers/katsumi%20ishizuka%20occ%20paper.pdf>. acedido em 24 de junho de 2013. 10h45.

Jackson, Jeffrey (2005). Is Australia the United States' "Deputy Sheriff"? *Australian Prospect*. internet: http://www.australianprospect.com.au/system/files/articles/jackson_dep_sher.pdfhttp. acedido em 13 de junho de 2013. 14h44.

Jakobson, Linda (2012). Australia-China Ties: In Search of Political Trust. *Policy Brief*. Lowy Institute for International Policy. internet: http://www.lowyinstitute.org/files/jakobson_australia_china_ties.pdf, acedido em 01 de junho de 2013. 17h50.

Jones, David Martin, & Smith, Mike Lawrence (2000). Misreading Menzies and Whitlam. Reassessing the Ideological Construction of Australian Foreign Policy. *Round Table*, 387-406. internet: <http://search.proquest.com/docview/218844844/fulltextPDF/139F9EFA4B939E5C3A/1?accountid=44269#>. acedido em 24 de outubro de 2012. 21h20.

Kabutaulaka, Tarcisius Tara (2005). Australian Foreign Policy and the RAMSI intervention in Solomon Islands. *The Contemporary Pacific*, Vol. 17, 2, 283-308. internet: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN022611.pdf>, acedido em 01 de agosto de 2013. 00h02.

- Kelly, Paul (2001). Shipwrecked in Arcadia: The Australian Experiment. *Harvard University Committee on Australia Studies Weatherhead Center for International Affairs*. internet: http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/798_HU%20Weatherhd%20text.pdf. acedido em 27 de junho de 2013. 20h03.
- Kelsey, Jane (2004). Big Brothers Behaving Badly. The Implications for the Pacific islands of the Pacific Agreement on Closer Economic Relations (PACER). *Pacific Network on Globalization*. Suva, Fiji. internet: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.195.4593&rep=rep1&type=pdf>. acedido em 25 de junho de 2013. 11h42.
- Keren, Michael & Sylvan, Donald (Eds.) (2002). *International intervention: sovereignty versus responsibility*. London/Portland (EUA): Frank Lass.
- Kluver, Randy (2013). The Sage as Strategy: Nodes, Networks, and the quest for geopolitical power in the Confucius Institute. Department of Communication. Texas A & M University. internet: http://www.academia.edu/4190564/The_Sage_as_Strategy_Nodes_Networks_and_the_quest_for_geopolitical_power_in_the_Confucius_Institute. acedido em 12 de agosto de 2013. 15h21.
- Larsen, Elke (2012). Making Waves in Rarotonga: Clinton's Three Messages about U.S. Pacific Strategy. *Pacific Partners Outlook, Vol. II, 9*. Center for Strategic and International Studies. internet: <http://csis.org/publication/pacific-partners-outlook-making-waves-rarotonga-clintons-three-messages-about-us-pacific>, acedido em 03 de setembro de 2012, 16h58.
- Ley, Toby (2012). Policy, Papers and Pages. *Pacific Institute of Public Policy*. Universidade do Pacífico Sul, Fiji. internet: <http://www.pacificpolicy.org/wp-content/uploads/2012/10/Toby-paper-r3.pdf>. acedido em 22 de junho de 2013. 17h16.
- Lynch, John & Mugler, France (1999). English in the South Pacific. *Pacific Languages Unit*. Department of Literature and Language. Universidade do Pacífico Sul, Campus de Emalus (Vanuatu). internet:

http://www.vanuatu.usp.ac.fj/paclangunit/english_south_pacific.htm. acedido em 13 de agosto de 2013. 11h29.

Lyon, Rod (2007). Australia's Strategic Fundamentals. *Special Report*. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=131. acedido em 18 de janeiro de 2013. 22h55.

Lyon, Rod (2010). The New Zealand Defence White Paper: a more strategically-extroverted Kiwi? *Policy Analysis*. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=272. acedido em 24 de outubro de 2012. 21h06.

MacIntyre, Stuart (1999). *A concise History of Australia*. Cambridge: Cambridge University Press.

MacLellan, Nic (2011). America's Grand Strategy in Asia. *Papers in Australian Maritime Affairs*, 21. internet: <http://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/PIAMA21.pdf>. acedido em 17 de abril de 2013. 00h26.

Magalhães, António Barbedo de (2007). *Timor-Leste interesses internacionais e actores locais: A difícil construção de um estado democrático 1999-2007* (Vol. III). Porto: Edições Afrontamento.

Mahan, Alfred Thayer (S/ Data). *The influence of sea power upon History, 1660-1783* (12ª Edição). Boston: Little, Brown & Company. Internet: <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529-h/13529-h.htm>. acedido em 14 de agosto de 2013. 19h49.

Marques, Bruno Almeida (2009). A função dos *think tanks*. In Graça, Pedro Borges (coord.). *Estudos de Intelligence* (139-152). Lisboa: Centro de Administração e Políticas Públicas. ISCSP-UTL.

May, Ronald (2011). The Melanesian Spearhead Group: testing Pacific island solidarity. *Policy Analysis*. Australian Strategic Policy Institute. internet:

http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=279&pubtype=0 .acedido em 12 de abril de 2013. 15h10.

May, Ronald (2012). Papua New Guinea: Issues of External and Internal Security. *Security Challenges. Security in the Pacific Arc, Vol. 8, 4*, 47-60. Kokoda Foundation. internet: <http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/Vol8No4May.pdf>. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 22h55.

McDougall, Derek (2007). "Intervening" in the Neighbourhood Comparing Australia's role in East Timor and the Southwest Pacific. *International Journal*, 887-885. internet: <http://search.proquest.com/docview/220804154/fulltextPDF/139F9DDDB0A4A2D614E/1?accountid=44269#>. acedido em 25 de setembro de 2012. 14h27.

Mendes, Nuno Canas (1997). *Segurança e desenvolvimento económico na Ásia-Pacífico*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Mendes, Nuno Canas (2009). O Dilema das Classificações Regionais: Pertencerá Timor-Leste ao Sudeste Asiático ou ao Pacífico Sul? *Daxiyangguo*, 14, 59-74.

Moreira, Adriano (2010). *Teoria das relações internacionais* (6ª Edição). Coimbra: Edições Almedina.

Muraviev, Alexey (2011). The phantom of the Pacific: reconsidering Russia as a Pacific Power Prior to APEC 2012. *Australian Strategic Policy Institute*. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=323. acedido em 03 de setembro de 2012. 16h32.

Nanau, Gordon Leua (2008). Intervention and Nation Building in Solomon Islands: local responses. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 149-162). Manchester: Manchester University Press.

Nossel, Suzanne (2004). Smart Power. *Foreign Affairs, Vol. 83, 2*, 131-142.

- Nye, Joseph S. (1990). Soft Power. *Foreign Policy*, 80, 153-171. internet: <http://faculty.maxwell.syr.edu/rdenever/PPA-730-27/Nye%201990.pdf>. acedido em 27 de março de 2013. 14h33.
- Nye, Joseph S. (2002a). *The paradox of american power: Why the world's only superpower can't go it alone*. (1ª Edição). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Nye, Joseph S. (2002b). *Compreender os conflitos internacionais: Uma introdução à teoria e à História* (1ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- Nye, Joseph S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. Nova Iorque: Public Affairs.
- Nye, Joseph S. (2008). *The powers to lead*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Nye, Joseph S. (2012a). *O futuro do poder* (1ª Edição). Maia: Círculo de Leitores.
- Nye, Joseph S. (2012b). Professor Joseph Nye on "Smart Power" at the Australian Institute of International Affairs. Apresentação no âmbito da Conferência "The Smart Power Capability Requirements of a Middle Power", em 15 de fevereiro de 2012. internet: <http://www.youtube.com/watch?v=K3sLkLbmsuU>, acedido em 14 de maio de 2013.
- Oliver, Alex & O'Keeffe, Annmaree (2011). Struggling to be Heard: Australia's International Broadcasters Fight for a Voice in the Region. *Public Diplomacy Magazine*. University of Southern California. internet: <http://publicdiplomacymagazine.com/struggling-to-be-heard-australia%E2%80%99s-international-broadcasters-fight-for-a-voice-in-the-region/>. acedido em 15 de maio de 2013. 10h04.
- Oliver, Alex & Shearer, Andrew (2011). Diplomatic Disrepair Rebuilding Australia's international policy infrastructure. *Lowy Institute for International Policy*. internet: [http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Oliver and Shearer%2C Diplomatic disrepair Web.pdf](http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Oliver%20and%20Shearer%20Diplomatic%20disrepair%20Web.pdf). acedido em 15 de maio de 2013. 11h24.
- Pacey, Brice (2012). Sub Judice: Australia's Future Submarine, *Kokoda Paper*, 17. Kokoda Foundation. internet:

<http://www.kokodafoundation.org/Resources/Documents/KP17.pdf>. acedido em 05 de fevereiro de 2013. 00h00.

Pajon, Céline (2008). La Stratégie australienne en Asie-Pacifique. *Centre Asie Ifri*. internet: www.ifri.org/downloads/strategie_australienne.pdf. acedido em 13 de fevereiro de 2013. 12h45.

Pan, Esther (2006). Australia Security Role in the Pacific. *Council on Foreign Relations*. internet: <http://www.cfr.org/australasia-and-the-pacific/australias-security-role-pacific/p10906>. acedido em 19 de abril de 2007.

Patience, Allan (2008). Cooperation Between Australia and Papua New Guinea: 'enhanced' or enforced? In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 163-183). Manchester: Manchester University Press.

Poling, Gregory, & Larsen, Elke (2012). Strengthening Governance and Development in the Pacific. *Pacific Partners Outlook, Vol. II, 5*. Center for Strategic and International Studies. internet: <http://csis.org/publication/strengthening-governance-and-development-pacific>, acedido em 03 de setembro de 2012, 16h55.

Powel, Holiday (2003). The Road to Sovereignty in the Pacific: A Framework for Pacific Island development Policy the Pacific. *Discussion Paper 04/03*. Centre for Strategic Studies. Victoria University of Wellington, New Zealand. internet: <http://www.mpplaw.com/files/Publication/61686ce3-6b09-44ef-9bf0-3af65b177582/Presentation/PublicationAttachment/fde49494-4db2-4609-8981-3f12df172db0/The-Road-to-Sovereignty-in-the-Pacific.pdf>. acedido em 24 de junho de 2013, 11h02.

Ratuva, Steven (2008). Australia's new assertiveness in the Pacific: the view from 'the backyard'. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 87-101). Manchester: Manchester University Press.

Rehman, Iskander (2011). From Down Under to Top Center Australia, The United States, and This Century's Special Relationship. *Transatlantic Academy Paper Series*. internet:

[http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Rehman_Australia_May11_for%20web\(1\).pdf](http://www.transatlanticacademy.org/sites/default/files/publications/Rehman_Australia_May11_for%20web(1).pdf). acedido em 18 de abril de 2013. 23h24.

Reilly, Benjamin (2013). Australia as Southern Hemisphere Power. *Strategic Insights*, 61. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=366&pubtype=-1. acedido em 22 de julho de 2013. 10h48.

Reis, Susana (2011). "Tomorrow Never Dies": os órgãos de comunicação social como um poder subversivo? Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Estratégia da Subversão. Mestrado em Estratégia. ISCSP. UTL.

Ribeiro, António Silva (2010). *Teoria geral da Estratégia: O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.

Ribeiro, António Silva (2012). *Apontamentos da disciplina de Avaliação do Potencial Estratégico*. Mestrado em Estratégia. ISCSP-UTL. Policopiado.

Schreer, Benjamin (2013). Planning the unthinkable war 'Air Sea Battle' and its implications for Australia. *Australian Strategic Policy Institute*. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=356&pubtype=5. acedido em 30 de abril de 2013. 22h32.

Sousa, Maria José, & Baptista, Cristina Sales (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Lidel.

Spykman, Nicholas John (1970). *America's strategy in world politics: The United States and the balance of power*. Hamden: Archon Books.

Stratfor (2002). The Geopolitics of Australia. internet: <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-australia>. acedido em 13 fevereiro de 2013. 12h55.

Stratfor (2012a). The Evolving Maritime Relationship Between Australia and Indonesia. 09 de agosto de 2012. internet: <http://www.stratfor.com/sample/analysis/evolving-maritime->

[relationship-between-australia-and-indonesia](#). acessado em 13 fevereiro de 2013. 12h50.

Stratfor (2012b). Australia's Policy Shift in the Pacific (Dispatch). internet: <http://www.stratfor.com/video/australias-policy-shift-pacific-dispatch>. acessado em 15 abril de 2013. 14h00.

Stratfor (2012c). Fiji's Importance to Australia. internet: <http://www.stratfor.com/image/fijis-importance-australia>. acessado em 15 abril de 2013. 14h06.

Taylor, Brandon (Ed.) (2007). *Australia as an Asia-Pacific regional power: Friendship in flux?* Abingdon: Routledge Security in Asia-Pacific.

Thompson, Edwina (2010). Smart Power Making Australia's Whole-of-Government Strategy work in Fragile States and Situations. *Kokoda Paper*, 12. Kokoda Foundation, 105-116. internet: http://www.kokodafoundation.org/Resources/Files/KP12_Smart_Power_Final_080410_1.pdf. acessado em 19 de janeiro de 2013. 10h45.

Thompson, Mark (2012). Trade, investment and Australia's national security...or how I learned to stop worrying and love Chinese Money. *Strategic Insights*, 56. Australian Strategic Policy Institute. internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=334. acessado em 23 de junho de 2013. 12h37.

Wainwright, Elsin (2003). Our Failing Neighbour. Australia and the Future of Solomon Islands. *Australian Strategic Policy Institute*. Internet: http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=30. acessado em 18 de janeiro de 2013. 12h31.

Wallis, Joanne (2012a). The South Pacific: Microcosm of Future US – China Competition?. *e-International Relations*. internet: <http://www.e-ir.info/2012/09/19/the-south-pacific-microcosm-of-future-us-china-competition/>. acessado em 17 de janeiro de 2013. 15h12.

Wallis, Joanne (2012b). The Pacific: from 'Arc of Instability' to 'Arc of Responsibility' and then to 'Arc of Opportunity'? *Security Challenges. Security in the Pacific Arc*, Vol. 8, 4. 1-12.

Kokoda Foundation. internet:
<http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePages/vol8no4Wallis.html>.
acedido em 04 de fevereiro de 2013. 22h09.

Wesley-Smith, Terence (2008). *Altered States: the politics of state failure and regional intervention*. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 37-53). Manchester: Manchester University Press.

White, Hugh (2007). *Australia-South Pacific*. In Taylor, Brandon (Ed.). *Australia as an Asia-Pacific regional power: Friendship in flux?* (pp.117-128). Abingdon: Routledge Security in Asia-Pacific.

White, Hugh (2012). *A Middling Power. The Monthly Essays*. internet:
<http://www.themonthly.com.au/why-australias-defence-all-sea-middling-power-hugh-white-6161>.
acedido em 07 de novembro de 2012. 14h50.

Widybank, Susan (2007). *Trilateralism and the South Pacific*. In Tow, William, Thomson, Mark, Yamamoto, Yoshinobu, & Limaye, Satu P. (Eds.). *US, Australia and Japan, and the new security triangle* (pp. 112-124). Nova Iorque: Routledge.

Wielders, Iris (2008). *The Regional Assistance Mission to Solomon Islands in global perspective*. In Fry, Greg, & Kabutaulaka, Tarcisius Tara (Eds.). *Intervention and state-building in the Pacific: The legitimacy of 'cooperative intervention'* (pp. 135-148). Manchester: Manchester University Press.

Wong, Kelvin (Ed.) (2012). *Smart Power: Transforming Militaries for 21st Century Missions. Goh Keng Swee Command and Staff College Seminar 2012*. S. Rajaratnam School of International Studies. Nanyang Technological University, Singapura. internet:
http://www.rsis.edu.sg/publications/conference_reports/RSIS_GKS%20CSC%20Seminar%20Report_291112.pdf.
acedido em 22 de julho de 2013. 23h20.

Woolner, Derek (2008). *Policing our ocean domain. Establishing an Australian Coast Guard. Strategic Insights, 41*. Australian Strategic Policy Institute. internet:
http://www.aspi.org.au/publications/publication_details.aspx?ContentID=171.
acedido em 04 de fevereiro de 2013. 23h30.

Yao, Shujie & Sutherland, Dylan (2009). Chinalco and Rio Tinto: The Long March For China's National Champions. *Briefing Series*, 51. China Policy Institute. University of Nottingham. Internet: <http://www.nottingham.ac.uk/cpi/documents/briefings/briefing-51-chinalco-cq.pdf>. acedido em 02 de agosto de 2013. 18h00.

Zalski, Richard (2013). Australia's Economic and Security Dilemma: US or China? *E-International Relations*. internet: e-ir.info/2013/01/06/australias-economic-and-security-dilemma-us-or-china/. acedido em 17 de janeiro de 2013.

Zucchelli, Dino (2010). Pourquoi la ligne Sandisson va reculer: Le couple Australie / Nouvelle Zélande dans le « grand jeu » du Pacifique Sud. *Centre d'Etudes Supérieures de la Marine*. internet: http://www.univ-paris1.fr/fileadmin/MRIAE/CESM/CESM_-_Sandisson.pdf. acedido em 13 de fevereiro de 2013. 12h41.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Australian Academy of Science (2013). *Nobel Australians*. internet: <http://science.org.au/nobel/>. acedido em 19 de agosto de 2013. 20h23.

Australian Aid (2013). *Official Development Assistance Budget*. internet: <http://www.aisaid.gov.au/Budgets/Pages/default.aspx>. acedido em 16 de agosto de 2013. 12h57.

Best Jr., Richard A. & Cumming, Alfred (2007). Open Source Intelligence (OSINT): Issues for Congress. *Congressional Research Service*. Order Code RL34270. internet: <http://www.fas.org/sgp/crs/intel/RL34270.pdf>. acedido em 03 de maio de 2012. 23h50.

Central Intelligence Agency (2013). *Australia*. CIA Fact Book. internet: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/as.html>. acedido em 29 de julho de 2013. 19h34.

Coalition (2013). *The Coalition's policy for foreign affairs*. internet: <http://lpaweb-static.s3.amazonaws.com/Coalition%202013%20Election%20Policy%20%E2%80%93%20Foreign%20Affairs%20-%20final.pdf>. acedido em 08 de setembro de 2013. 19h25.

Commonwealth of Australia (2005). The Pacific patrol boat project. *Semaphore*, 2. internet: <http://117.55.225.121/Publication:Semaphore - Issue 2, 2005>. acedido em 17 de abril de 2013. 00h18.

Commonwealth of Australia (2009). *Defending Australia in the Asia Pacific century: Force 2030*. Australian Government, Department of Defense. internet: http://www.defence.gov.au/whitepaper/docs/defence_white_paper_2009.pdf. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 21h35.

Commonwealth of Australia (2012). *Australia in the Asian century, White paper*. outubro de 2012. Australian Government. internet: <http://asiancentury.dpmc.gov.au/sites/default/files/white-paper/australia-in-the-asian-century-white-paper.pdf>. acedido em 19 de janeiro de 2013. 11h39.

Commonwealth of Australia (2013a). *Strong and secure: A strategy for Australia's national strategy*. Australian Government. Department of the Prime Minister and Cabinet. internet: http://www.dpmc.gov.au/national_security/docs/national_security_strategy.pdf. acedido em 04 de fevereiro de 2013. 21h27.

Commonwealth of Australia (2013b). *Defense white paper 2013: Defending Australia and its national interests*. Australian Government, Department of Defense. internet: http://www.defence.gov.au/whitepaper2013/docs/WP_2013_web.pdf. acedido em 29 de julho de 2013. 18h05.

Congressional Research Service (2008). *China's foreign policy and "soft power" in South America, Asia and Africa*. Committee on Foreign Relations United States Senate. internet: www.gpoaccess.gov/congress/index.html. acedido em 14 de fevereiro de 2013. 14h35.

Hardy, Jane (2013). *The asian century and Europe: an Australian view*. Executive Forum Speech. Embaixada da Austrália em Espanha. internet : <http://www.spain.embassy.gov.au/madr/speechesspeeches.html>. acedido em 24 de setembro de 2013. 13h59.

Pacific Island Forum Secretariat (2013). *43rd Pacific Islands Forum & Related Meetings*, Cook Islands. internet: <http://www.forumsec.org/pages.cfm/newsroom/picture->

gallery/43rd-pacific-islands-forum-leaders-meeting-cook-is.html. acessado em 25 de agosto de 2013. 13h23.

Regional Assistance Mission to the Solomon Islands (2012). *RAMSI, a history in pictures*. internet: <http://www.ramsi.org/media/photo-exhibition.html>. acessado em 25 de agosto de 2013. 13h27.

United Nations Development Programme (2013). *International Human Development Indicators – Australia*. internet: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/AUS.html>. acessado em 31 de julho de 2013. 15h53.

TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

Alves, Rui Miguel Rebelo (2011). *Estado, globalização e crescimento económico: Portugal e a importância do soft power*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. ISCSP-UTL. internet: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3404/1/TESE_MESTRADO_VERSAO_FINAL.pdf. acessado em 30 de julho de 2013. 19h36.

Graça, Pedro João Borges (1991). *A informação cultural de Portugal: Introdução ao seu estudo no contexto lusófono e internacional*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. UTL/ISCSP.

Mrgudovic, Nathalie (2006). *La France dans le Pacifique Sud: 1966-2006 Enjeux et mutations*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Université Montesquieu – Bordeaux IV. internet: http://tel.archivesouvertes.fr/docs/00/28/03/22/PDF/These_Nrgudovic.pdf. acessado em 30 de janeiro de 2013. 13h11.

Oliveira, Daniela Sofia Guerreiro de (2012). *O poder da informação na política internacional: A wikileaks e a revolução na Tunísia*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. internet: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/7366/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20DGO2012.pdf>. acessado em 30 de julho de 2013. 19h40.

Schultz, Jonathan (2012). *Overseeing and overlooking: Australian engagement with the Pacific islands 1988-2007*. School of Political and Social Sciences. The University of Melbourne. internet:

http://dtl.unimelb.edu.au/view/action/singleViewer.do?dvs=1366153177846~33&locale=pt_PT&VIEWER_URL=/view/action/singleViewer.do?&DELIVERY_RULE_ID=7&search_terms=SYS%20=%20000108502&adjacency=N&application=DIGITool-3&frameId=1&usePid1=true&usePid2=true. acedido em 09 de março de 2013. 16h43.

Tomé, Luís J. R. L. (2010). *A geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental: Questões teóricas e conceptuais*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. internet:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20%C3%81sia.pdf>.

acedido em 05 de janeiro de 2013. 22h30.

ARTIGOS DE IMPRENSA /BLOGOSFERA

Ayson, Robert (2013). Behind the Indo-Pacific Smokescreen. *The Strategist* (blogue do Australian Strategic Policy Institute). 06 de maio de 2013. internet: <http://www.aspistrategist.org.au/behind-the-indo-pacific-smokescreen/>. acedido em 06 de maio de 2013. 09h52.

Brant, Philippa (2013). Australia anxiety over China's South Pacific aid efforts is misplaced. *PovertyMattersBlog. The Guardian*. 28 de agosto de 2013. internet: <http://www.theguardian.com/global-development/2013/aug/28/australia-china-south-pacific-aid>. acedido em 30 de agosto de 2013. 10h22.

Brissenden, Michael (2013). The rise of China in the South Pacific. *The Drum. ABC News*. 14 de maio de 2013. internet: <http://www.abc.net.au/news/2013-05-14/brissenden-rise-of-china-in-the-south-pacific/4686328>. acedido em 14 de maio de 2013. 11h10.

Broinowski, Alison (2012). Soft Power, Smart Power Or Public Diplomacy? Australia Fumbles. *The Conversation*. internet: <http://theconversation.com/more-than-a-farm-on-top-of-a-mine-australias-soft-power-potential-in-asia-6328>. acedido em 14 de maio de 2013. 11h33.

- Calms, Jackie (2011). A U.S. Marine Base for Australia Irritates China. *The New York Times*. 16 de novembro de 2013. internet: http://www.nytimes.com/2011/11/17/world/asia/obama-and-gillard-expand-us-australia-military-ties.html?pagewanted=all&_r=0. acedido em 09 de setembro de 2013. 22h52.
- Cave, Danielle (2012), Australia's Pacific strategy (Part 2). *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: [http://www.lowyinterpreter.org/post/2012/08/30/PIF-week-Australias-Pacific-strategy-\(2\).aspx](http://www.lowyinterpreter.org/post/2012/08/30/PIF-week-Australias-Pacific-strategy-(2).aspx). acedido em 06 de agosto de 2013. 12h34.
- Chandramohan, Balaji (2010). Australia's Pacific Ambiguity. *The Diplomat*. 05 de novembro de 2010. internet: <http://thediplomat.com/2010/11/05/australia%E2%80%99s-pacific-ambiguity/>, acedido em 13 de novembro de 2012. 17h00.
- Chin, Curtis S. & Colazzo, José B. (2012). US Asian pivot fails academic test. *Asia Times Online*. 21 de dezembro de 2012. internet: http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/NL21Ae02.html?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter. acedido em 21 de dezembro de 2012. 12h15.
- Dunston, Graeme (2012). Australian leader faces bases blowback. *Asia Times Online*. 03 de outubro de 2012. internet: http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/NJ03Ae01.html. acedido em 04 de novembro de 2012. 12h32.
- Emery, Ryan, & Dodd, Mark (2005). Le Guantanamo Bay de l'océan Indien. *Courrier International*, 789, 15-21.
- Feffer, John (2012). When soft power fails. *Asia Times Online*. 24 de janeiro de 2012. internet: <http://www.atimes.com/atimes/China/OA24Ad03.html>. acedido em 09 de abril de 2013. 13h05.
- Flitton, Daniel (2011). Pacific islands accuse Australia's aid agency of coercion. *The Age*. 29 de agosto de 2011. internet: <http://www.theage.com.au/national/pacific-islands-accuse-australias-aid-agency-of-coercion-20110828-1jgnv.html>. acedido em 16 de agosto de 2013. 16h52.

- Fogarty, Helen (2011). Time to Review Australia's Antarctic policy. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2011/06/08/Australia-must-re-assert-its-influence-in-Antarctica.aspx>. acedido em 18 de abril de 2013. 23h46.
- Goldkorn, Jeremy (2013). Why is Chinese Soft Power Such a Hard Sell? *ChinaFile*. internet: www.chinafile.com/why-chinese-soft-power-such-hard-sell. acedido em 15 de abril de 2013. 15h35.
- Gorjão, Paulo (2003). Australia's 'regional sheriff' policy. *Asia Times Online*. 06 de novembro de 2003. internet: <http://www.atimes.com/atimes/Southeast Asia/EK06Ae04.html>. acedido em 02 de junho de 2013. 13h10.
- Grubel, James (2012). Tiny Pacific Nations cash in on U.S.-China aid rivalry. *Reuters*. 03 de setembro de 2012. internet: <http://www.reuters.com/article/2012/09/03/us-china-usa-aid-idUSBRE88206320120903>. acedido em 04 de setembro de 2012. 16h52.
- Hanson, Fergus (2009). Chinese aid in the Pacific: Playing the short game. *East Asia Forum*. 02 de setembro de 2009. internet: <http://www.eastasiaforum.org/2009/09/02/china-in-the-pacific-playing-the-short-game/>. acedido em 18 de janeiro de 2013. 10h21.
- Harris, Marty (2013). Introducing Australia's new government: People and policies. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/09/07/Introducing-the-new-Australian-Government-the-people-and-the-policies.aspx>. acedido em 08 de setembro de 2013. 19h19.
- Hogan, Gary (2013). Boats, aid and the art of possible. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/07/22/Boats-aid-and-the-art-of-the-possible.aspx>. acedido em 23 de julho de 2013. 17h15.
- Hunt, Luke (2012). The World's Gaze Turns to the South Pacific. *The Diplomat*. internet: <http://thediplomat.com/2012/09/04/the-worlds-gaze-turns-to-the-south-pacific/>. acedido em 13 de novembro de 2012. 17h04.

- Jakobson, Linda (2013). Australia-China strategic partnership: Two years of fits and starts. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/04/10/Australia-and-China-Two-years-of-fits-and-starts.aspx>. acedido em 29 de julho de 2013. 18h10.
- Jane's Foreign Report (2006). Australia's Pacific Policy under fire. 29702, 3-4. 26 de outubro de 2006.
- Lee, Sunny Seong-hyon (2013). China targets South Korea with Soft Power. *Asia Times Online*. 10 de abril de 2013. internet: <http://www.atimes.com/atimes/Korea/KOR-01-100413.html>. acedido em 17 de abril de 2013. 12h25.
- Lo, Jieh-Yung (2013). China finds soft power in sport. *Asia Times Online*. 03 de abril de 2013. internet: <http://www.atimes.com/atimes/China/CHIN-03-030413.html>. acedido em 17 de abril de 2013. 12h27.
- MacLellan, Nic (2009). New bases for New Caledonia. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2009/12/03/New-bases-for-New-Caledonia.aspx>. acedido em 04 de junho de 2013. 17h00.
- MacLellan, Nic (2010). France and the undersea continental shelf. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). Tinternet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2010/10/12/France-and-the-undersea-continental-shelf.aspx>. acedido em 04 de junho de 2013. 16h51.
- MacLellan, Nic (2011). Pacific islands nations making new friends. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2011/06/10/Pacific-island-nations-making-new-friends.aspx>. acedido em 17 de abril de 2013. 23h40.
- MacLellan, Nic (2013). Self-determination on Pacific Agenda. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/06/04/Self-determination-on-Pacific-agenda.aspx>. acedido em 04 de junho de 2013. 16h54.

Monocle (2012). Soft Power Survey. internet: <http://monocle.com/film/affairs/soft-power-survey-2012/>. acedido em 31 de julho de 2013. 18h40.

Oliver, Alex (2012a). In defence of the Australia Network. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet: <http://www.lowyinterpreter.org/post/2012/04/18/In-defence-of-the-Australia-Network.aspx> . acedido em 15 de maio de 2013. 09h53.

Oliver, Alex (2012b). Turn up the volume on TV to the region. *The Age*. 27 de abril de 2012. internet: http://www.lowyinstitute.org/files/oliver_turn_up_the_volume_on_tv_to_the_region.pdf. acedido em 15 de maio de 2013. 11h17.

Reeves, Rachel, & Hunt, Luke (2012). French Polynesia Battles for Independence. *The Diplomat*. internet: <http://thediplomat.com/2012/10/10/french-polynesia-last-vestiges-of-frances-empire/>. acedido em 12 de fevereiro de 2013. 12h54.

Rimmer, Susan Harris (2013), The Conversation in Australia: Why Soft Power is so Hard: The Impact of Aid Cuts on Regional Recurity. 07 de junho de 2013. acedido via distribuição de email, Joyo News, East Timor Action Network (email pessoal).

Schwartz, Dominique (2013). Australia's Foreign Minister attends RAMSI celebrations. *ABC Radio Australia*. internet: <http://www.abc.net.au/news/2013-07-24/foreign-minister-attends-ramsi-celebrations/4841100>. acedido em 24 de julho de 2013. 13h02.

Simmonds, Alecia (2013). Why Australia hates thinkers. *Daily Life*. internet: <http://www.dailylife.com.au/news-and-views/dl-opinion/why-australia-hates-thinkers-20130513-2jhis.html>. acedido em 13 de junho de 2013. 14h40.

Tarte, Sandra (2012). The Pacific islands in 2012: navigating diplomatic cross currents. *East Asia Forum*. internet: <http://www.eastasiaforum.org/2012/12/27/the-pacific-islands-in-2012-navigating-diplomatic-cross-currents/>. acedido em 26 de agosto de 2013. 21h23.

Tarte, Sandra (2013). Pacific Islands Forum at a Crossroads. *The Interpreter* (blogue do Lowy Institute for International Policy). internet:

<http://www.lowyinterpreter.org/post/2013/09/02/Pacific-Islands-Forum-at-a-crossroads.aspx>. acedido em 02 de setembro de 2013. 12h35.

Taylor, Lenore (2013). Grande Barrière de corail contre gaz de schiste. *Courrier International*, 1177. 23 a 29 de maio de 2013.

The Age (2006). Solomons PM attacks Downer 'interference'. internet: <http://www.theage.com.au/news/world/solomons-pm-attacks-downer-interference/2006/05/08/1146940457777.html>. acedido em 08 de maio de 2006.

The Economist (2011a). The Next Golden State. 26 de maio de 2011. internet: <http://www.economist.com/node/18744197/print>. acedido em 30 de maio de 2011. 11h51.

The Economist (2011b). "Sun Tzu and the art of soft power". 17 de dezembro de 2011, 71-74.

The Economist (2012). Australia's Two Track Economy Hitched to the China wagon. 25 de agosto de 2012, 30.

World Socialist Web Site (2006). Solomon Islanders hostile to Australian "bullying. internet: <http://www.wsws.org/articles/2006/may2006/solo-m18.shtml>. acedido em 05 de junho de 2006.

Zajec, Olivier (2010a). «Quelque parte en bas», au centre de l'Asie Pacifique. *Le Monde Diplomatique*, março de 2010. 20-21.

Zajec, Olivier (2010b). Force de défense et coopération régionale. *Le Monde Diplomatique*, março de 2010. internet: <http://www.monde-diplomatique.fr/2010/03/ZAJEC/18901>. acedido em 18 de fevereiro de 2013. 12h58.

OUTROS

http://3.bp.blogspot.com/_IBVPgalgRAk/S89zGrafJAI/AAAAAAAAABFE/Dsj8ag-ICHw/s1600/Upsidedown+Map+Of+The+World--Optimized.JPG

http://farm9.staticflickr.com/8028/6968909004_069226d1ca.jpg

<http://mappery.com/maps/South-Pacific-Countries-Map.jpg>

<http://www.abc.net.au/news/image/4154186-3x2-940x627.jpg>

<http://www.coladaweb.com/files/oceania2.png>

<http://www.giraffedays.com/wp-content/uploads/2013/03/south-pacific-islands.jpg>

<http://www.ramsi.org/Media/images/The%20Team%20-%20Landing%20feature-3daf5833-69ed-4f3b-95f8-09d260f4ade9-0-424x285.jpg>

ANEXOS

Anexo I

Entidades do Pacífico e os principais organismos regionais e sub-regionais

Entidade	Organismos Regionais				Organismos Sub-Regionais			
	Forum Fisheries Agency	Fórum das Ilhas do Pacífico	Comissão do Pacífico Sul	South Pacific Regional Environment Programme	Melanesian Spearhead Group	Nauru Agreement	Smaller Islands States	Te Vaka Moana
Estados Federados da Micronésia	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro		
Fiji	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro			
Guam		Observador	Membro	Membro				
Ilhas Cook	Membro	Membro	Membro	Membro			Membro	Membro
Ilhas Marianas do Norte		Observador	Membro	Membro				
Ilhas Pitcairn			Membro	Membro				
Ilhas Salomão	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro		
Kiribáti	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro	Membro	
Nauru	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro	Membro	
Niue	Membro	Membro	Membro	Membro			Membro	Membro
Nova Caledónia		Membro associado	Membro	Membro	Frente Kanak (Membro qualificado)			
Palau	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro	Membro	
Papuasía Nova Guiné	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro		
Polinésia Francesa		Membro associado	Membro	Membro				
República das Ilhas Marshall	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro	Membro	
Samoa	Membro	Membro	Membro	Membro				Membro
Samoa Americana		Observador	Membro	Membro				
Tokelau	Membro	Membro	Membro	Membro			Observador	Membro
Tonga	Membro	Membro	Membro	Membro				Membro
Tuvalu	Membro	Membro	Membro	Membro		Membro	Membro	
Vanuatu	Membro	Membro	Membro	Membro	Membro			
Wallis e futuna		Observador	Membro	Membro				

Fonte: Herr & Bergin, 2011, p. 52

Anexo II

Principais organismos, associações e programas regionais dedicados a assuntos de segurança

Associação	Estatuto	Papel	Sede
Forum Fisheries Agency	Organização intergovernamental	Mantém registos de navios e monitoriza-os	Honiara, Ilhas Salomão
Forum Regional Security Committee	Programa do Fórum das Ilhas do Pacífico	Promove programas de aplicação da lei e intercâmbio de informações judiciais	Suva, Fiji
Oceania Customs Organisation	Associação Voluntária	Cooperação, harmonização e assistência mútua em matéria alfandegária	Suva, Fiji
Pacific Immigration Directors Conference	Associação Voluntária	Cooperação multilateral e assistência mútua na gestão de fronteiras e sistemas de imigração	Suva, Fiji
Pacific Islands Law Officer's Network	Associação profissional	Facilitador a cooperação entre Estados relativamente a abordagens regionais de assuntos jurídicos e segurança	Apia, Samoa
Pacific Islands Chief of Police	Associação voluntária	Fórum de partilha de informações para combate ao crime transnacional na região	Wellington, Nova Zelândia
South Pacific Regional Environment Programme	Organização Intergovernamental	Aconselhamento relativa a obrigações de carácter ambiental	Apia, Samoa
Economic Development Division	Divisão de organização governamental (a Comissão do Pacífico sul)	Manutenção de bases de dados para validação de critérios de segurança nos portos	Suva, Fiji
Pacific Transnational Crime Coordination Centre	Projeto da Polícia Federal australiana	Intercâmbio de informação relativamente a crimes transnacionais	Apia, Samoa

Fonte: Herr & Bergin, 2011, p. 48